

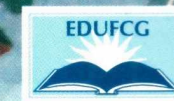
Giscard Farias Agra



Modernidade aos goles

A produção de uma sensibilidade moderna
em Campina Grande, 1904 a 1935

Editora da Universidade Federal de Campina Grande



Este livro tem por objetivo investigar as redes discursivas que produziram nos moradores de Campina Grande novas maneiras de ver e dizer a cidade e os seus elementos, informados por uma sensibilidade moderna, nas primeiras décadas do século XX. Lança, desta maneira, a possibilidade de abordar a modernidade em Campina Grande a partir das promessas simbólicas do Iluminismo, especialmente na pretensão de superação, pelo homem, de sua dependência para com os elementos naturais, movimento representado pela culturalização/cientificização da natureza e que gera, dentre outros eventos, o embate travado em torno da questão do leite, em 1935.

MODERNIDADE AOS GOLES

Giscard F. Agra

MODERNIDADE AOS GOLES

**a produção de uma sensibilidade moderna em
Campina Grande, 1904 a 1935**

1ª edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - 2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORA DA UFCG - EDUFCG

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor
Prof. Dr. José Edilson Amorim
Vice-Reitor
Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCG

Editoração Eletrônica
Ronaldo Evaristo Gonçalves
Capa
Giscard F. Agra

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Benedito Antonio Luciano	CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo	CTRN
Profª. Consuelo Padilha Vilar	CCBS
Prof. Edjane E. Dias da Silva	CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro	CH
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues	CSTR (Patos)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A277m Agra, Giscard Farias.

Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade
moderna em Campina Grande - 1904-1935 / Giscard Farias

Agra. - Campina Grande, EDUFCG, 2010.

218 p.

ISBN 978-85-89674-99-7

1. História. 2. História do Brasil. 3. História da Paraíba. I.
Título.

CDU-94

EDUFCG

Campina Grande – 2010

Todos os direitos reservados à EDUFCG

edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

Dedicado a

Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Apresentação.....	13
Introdução.....	15
CAPÍTULO I.	
QUAL LEITE MIQUILINA PODE BEBER? – a batalha do moderno em Campina Grande	23
CAPÍTULO II.	
IMAGENS DO MATO E DA RUA: passagens da Campina rural à Campina urbana.....	53
Olhares sobre a natureza produzidos em (O) <i>Campina Grande</i>	87
CAPÍTULO III.	
“À NOSSA IMAGEM E SEMELHANÇA”: a construção de um mundo médico científico em Campina Grande	123
Uma construção do médico do passado: o Dr. Chateaubriand B. de Melo.....	127
Uma construção do médico moderno: o Dr. João Arlindo.....	141
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas.....	209

AGRADECIMENTOS

Sangue, suor e lágrimas: três elementos presentes ao longo de toda esta produção humana que agora apresento ao público. Bem mais de sangue, é verdade. Sangue derramado ao longo de mais de dois anos na produção deste texto que, em verdade, não é recente, mas me remete a uma pesquisa bem anterior, uma pesquisa de outro momento que agora me parece tão distante, que agora me causa tanto estranhamento.

Estranhamento não somente quando a tal pesquisa me remeto, mas quando me remeto também a mim mesmo em anos passados. Quem fui, não sou mais; quem sou, jamais serei novamente. E assim a vida segue seu rumo. Eu sigo o meu.

Se cada página aqui escrita demandou litros e litros de sangue meu, se estes dois anos na pós-graduação demandaram mais de mim, tanto física quanto – principalmente – psicologicamente, devo, antes de apresentar ao público o resultado material deste movimento que me levou a tal condição anêmica, prestar os devidos agradecimentos a todos aqueles que enxugaram meu suor e ataram seus farrapos para curar os meus ferimentos.

Inicialmente à minha família nas pessoas de José Agra, meu pai, Elvira, minha irmã, mas especialmente a Maria de Lourdes, minha mãe, companhia inseparável das inúmeras viagens à cidade do Recife e das estadias semanais por lá. Sem o apoio logístico dessas três pessoas, esta viagem não poderia ter sido possível.

A Paloma, cujas forças me auxiliaram sempre que as minhas fraquejaram. Suas palavras de conforto, seus ouvidos, seu ombro e seu colo tornaram-se indispensáveis para todas as máscaras sociais que eu possa usar, máscaras, aliás, das quais ela soube perfeitamente me privar.

A todos aqueles cujos laços se tornaram ainda mais apertados nestes últimos anos, pessoas que, mesmo às vezes longe, viveram e vivenciaram comigo os diversos desgastes físicos, emocionais e intelectuais proporcionados pelo período da pós-graduação. Foram pessoas que assumiram para comigo relações as mais diversas, de colegas de graduação a colegas de trabalho, de alunos a amigos, de amigos a irmãos.

A Saulo e Robson, amigos indispensáveis cujas vidas se confundem com a minha própria, personagens de tantas e tantas histórias, amigos de tantos e tantos anos, protagonistas de tantos e tantos eventos, testemunhas de todo o sangue por mim derramado. Que o futuro traga melhores dias para todos nós!

A este que continua sendo o mais ordinário dos homens, e agora o mais ordinário dos pais, o mestre Wagner Geminiano dos Santos. Tantas as viagens, físicas e/ou mentais, que fizemos ao longo destes anos permitiram que ele fosse muitas vezes o primeiro leitor de vários trechos deste trabalho, mesmo antes de concluso. Agradeço o apoio incondicional, as críticas pontuais, a leitura e a observação atentas, os comentários acadêmicos, os comentários sem futuro, bem como os resultados de sua vida (re)produtiva.

Agradeço ainda àqueles que se tornaram novos laços nesta minha trajetória. Aqueles a quem conheci no Recife como colegas da pós-graduação ou não, mas que se tornaram amigos, companheiros de conhecimento.

Dentre eles, a Antonio Paulo Rezende, por quem a admiração precede o período da pós-graduação e apenas cresceu

com o contato estabelecido no Recife; a Durval, orientador deste texto, cujas aulas, análises, críticas, elogios e puxões-de-orelha foram de muita importância para a construção de meu pensamento. Em especial a Alarcon que, mesmo não tendo relação direta com a minha formação do mestrado, esteve sempre disposto a cooperar com as minhas leituras, a minha pesquisa e a ajudar no encaminhamento de algumas idéias que circulavam na minha cabeça, dispersas ainda, e que encontraram em sua linguagem articulada meio para se concretizarem em estruturação de um pensamento racional.

Palavras de agradecimento expressas aqui neste papel é o que lhes trago. Agradecimento àqueles que curaram as feridas dos últimos anos que provocaram tantas dores. Felizmente, muitos dos aqui relatados poderão ler tais palavras. Meu lamento por aquele que, sendo um dos maiores responsáveis por esta nossa jornada, não pode. A ele, o "cara", que se foi bem antes do que deveria, pelas estradas da vida, agradeço e dedico este livro.

APRESENTAÇÃO

Acompanhei a trajetória de Giscard no curso de Pós-graduação em História da UFPE. Seu empenho foi destacado, pela sua base intelectual e pelo seu interesse presente nos caminhos de renovação dos paradigmas tão comuns da pesquisa histórica tradicional.

O resultado do seu trabalho tem vários êxitos: na forma de escrever, de formular análises e de escolher teorias. Contribui para historiografia sobre um tema atual e de grande importância dentro das discussões acadêmicas mais recentes.

Os entrelaçamentos da modernidade com os projetos sociais também estão inseridos no cotidiano, não só na singularidade das reflexões de filósofos e cientistas. Ela traz rejeições, conflitos, surpresas. Giscard traduziu bem essa complexidade, auxiliado por uma bibliografia excelente e um uso adequado das fontes.

O autor soube expressar, com atenção e cuidado, o ofício de um historiador que não se recusa ao diálogo entre os tempos.

Espero, portanto, que ganhemos, todos, mais uma boa leitura e estímulo para que a escrita da História se expanda para novas formas e novos temas.

Antonio Paulo de Moraes Rezende
Prof. do PPGH/UFPE.
Recife, 17 de agosto de 2009.

INTRODUÇÃO

A propriedade de número 42, da rua Maciel Pinheiro, no coração comercial da cidade de Campina Grande, transformou-se, naquele início de 1935, em uma trincheira de guerra.

De dentro dela, um homem selecionava o alvo e liderava o ataque. A rajada de balas deixava a trincheira na forma de palavras, metáforas pejorativas ou mesmo ataques diretos à atuação de um ou outro sujeito perante a sociedade campinense.

O alvo predileto do tenente que guerreava na trincheira era o chefe do Executivo Municipal, o dr. Antonio Pereira Diniz, empossado no cargo há menos de um ano. Mas outros inúmeros – e ilustres – homens públicos da cidade já haviam sido atingidos pelas balas que daí saíam, às vezes até mesmo sem direção, balas perdidas em busca de corpos para habitar.

Uma baixa já havia sofrido o tenente nas mãos do inimigo: o segundo em comando, o sr. Isidro Aires de Castro, fora, em finais de 1934, alvo de catimboseiros que, realizando um trabalho de macumba sobre ele, levaram-no a entrar em estado crepuscular, conforme clinicamente diagnosticado. Desde então, Isidro era levado a viagens pela Paraíba para, talvez respirando novos ares, recobrar sua sanidade. Talvez isso fosse um prenúncio dos dias que viriam em seguida.

Com seu aliado fora de combate, nosso tenente mudou o endereço de seu batalhão, até então situado à rua Cardoso Vieira, número 19, chegando então ao número 42 da Maciel Pinheiro, onde entrincheirou-se, dando início a dias de trovão na cidade de Campina Grande.

A trincheira de guerra não poderia ter nome diferente: era onde estava instalada a redação do jornal *A Batalha*, semanário de curta duração que circulou na cidade de fins de 1934 a meados de 1935. Aquele a quem chamamos de tenente responsável pela trincheira era o sr. Arlindo Corrêa, diretor do jornal, que parecia, a cada edição, angariar mais inimizades contra si, dentre administradores, poetas, médicos, etc.

No intervalo de três meses, entre fevereiro e abril, Arlindo Corrêa, o jornalista, conseguiu colecionar mais duas inimizades no mundo médico de Campina Grande: a do dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização da venda do leite, e a do dr. João Arlindo Corrêa, diretor do único hospital existente na cidade, o Hospital Pedro I, inaugurado há menos de três anos.

Arlindo Corrêa, o jornalista, em fevereiro de 1935, publicou em seu jornal que algumas pessoas haviam procurado a redação para reclamarem do leite que estava sendo vendido na cidade, pasteurizado pela Uzina de Hygienização e Pasteurização de Leite. Reclamavam da qualidade da purificação do líquido, que deixava a desejar, mas mais especialmente do fato de que o prefeito havia proibido, por meio de ofício, a venda de leite não-pasteurizado por estábulos existentes na cidade.

O jornalista, assim, dizendo estar defendendo os interesses da sociedade campinense, posicionou-se contra a proibição e, desta forma, à pasteurização de todo o leite comercializado, solicitando que o médico fiscal, o dr. Diógenes Miranda, tomasse

medidas urgentes para que fosse permitida a venda de leite não-pasteurizado. A Arlindo Corrêa, juntou-se também um advogado morador de Campina, o senhor Ascendino Moura, defendendo que não havia estudos científicos que comprovassem que o leite pasteurizado era melhor para o organismo.

O dr. Diógenes Miranda, ao saber da solicitação, fez pouco caso do pedido. Não pareceu querer de modo algum atender às solicitações ou crer nas justificativas apresentadas. A razão médica que geria a matéria estava consolidada em sua cabeça e aqueles que não a entendiam só poderiam ser ignorantes. Mas, como insistiam ainda em continuar não acreditando nas vantagens da pasteurização, de forma extremamente irônica, Miranda declarou então que o “burro” da discussão era ele.

Arlindo Corrêa entendeu o recado. E se entrincheirou mais uma vez, lançando rajadas de balas contra o médico, aquele “asno confesso”. Trocas de ofensas de lado a lado, esta questão, assim como várias outras envolvendo o jornalista, foi parar nas vias judiciais.

Mas a batalha pessoal de Arlindo Corrêa, o jornalista, atingiria seu ápice quando, na tarde do dia 02 de abril de 1935, o dr. João Arlindo Corrêa, o médico, invadiu o prédio de número 42 da Maciel Pinheiro, ameaçando fisicamente o seu quase homônimo e o jornal que dirigia. Desafetos já desde a situação ocorrida com Isidro, alguns meses antes, na qual o dr. Corrêa havia sido o médico a diagnosticá-lo com uma “doença inexistente”, o jornalista não poupava críticas à atuação do médico à frente do Hospital Pedro I, culminando nessa inesperada invasão da redação de *A Batalha*.

Segundo consta, João Arlindo Corrêa, o médico, teria dito que não mandava eliminar o jornalista porque “não desejava no momento”, mas “oferecimentos havia recebido”. Em resposta a estas declarações, Arlindo Corrêa, o jornalista, declarou que

o “médico demoníaco” respondia “com a vida por qualquer atentado” que sofressem os redatores de *A Batalha*, “mesmo que não se possa identificar no ato, o bandoleiro pago pelo seu vil metal”.

Eis um pequeno recorte da Campina Grande de 1935. Campina Grande às voltas com discursos do moderno, com pretensões a tornar-se grande não apenas no nome, mas econômica, política e culturalmente. Campina que, na busca pelo moderno, confrontou-se com diversos e distintos projetos de atingi-lo, que nem sempre viviam harmoniosamente entre si. Campina que viveu os seus próprios projetos de modernidade, específicos, locais e contraditórios, como tantos outros que se instalaram no Brasil naquele início do século XX.

Estes são apenas alguns dos inúmeros casos que pude recuperar por meio da documentação que selecionei como fonte para a produção do presente livro, e que escolhi para iniciar esta minha narrativa. Selecionei-o especificamente porque nele leio os principais tópicos de análise de todo este texto, e as desventuras do número 42 da Maciel Pinheiro nortearão todos os capítulos desta obra.

O presente texto vem sendo gestado há longa data. Ao final de minha graduação, minha pesquisa havia me encaminhado à problemática de verificar as condições de possibilidade que permitiram ao discurso da modernidade eleger a higiene como carro chefe desse progresso pretendido por grupos mantenedores de certos poderes locais e como as doenças representaram um empecilho a esta empresa, precisando, portanto, ser erradicadas. Desta maneira, indaguei-me sobre o papel preponderante da higiene na construção, estética e discursiva, de Campina G(g)rande¹.

¹ Aqui, utilizei a forma “Campina G(g)rande” para enfatizar um uso lingüístico recorrente nos diversos discursos – político, econômico, cultural,

Assim, demonstrei nesse texto que a idéia de Campina como uma cidade onde tudo deve ser grande não era uma condição natural, mas uma construção social, cultural, política, econômica e religiosa, e que, no início do século XX, tal condição havia recaído na exigência de Campina se tornar grande no campo da saúde e da higiene.

Trabalhei especificamente com a construção do conceito de higiene vinculado à idéia de progresso, dando a ver que as práticas de higiene do século XX nem sempre estiveram vinculadas à idéia de saúde, mas que, por muito tempo, a promoção da saúde era justamente a prática de atos que hoje consideramos anti-higiênicos.

Assim, foi devido à união entre a noção de higiene e a concepção de saúde, associando-se ainda a isto um projeto de modernizar e civilizar a cidade e seus moradores, amparado pelo discurso médico legitimado pela ciência, que possibilitou ações em nome do progresso, como, exemplo mais característico, as reformas urbanas em Campina Grande no período 1935 a 1945.

No presente livro, por sua vez, aplico um deslocamento propiciado por essa pesquisa anterior. Aqui, minha pretensão consiste exatamente em analisar o que era ser moderno na Campina Grande do início do século XX, dados os vários

religioso – que circulam na cidade, desde pelo menos finais do século XIX, articulando a idéia de Campina Grande como uma cidade grande, moderna, civilizada. Campina Grande, por esses discursos, é uma cidade onde tudo é grande, desde “O Maior São João do Mundo”, à memória dos grandes carnavais do passado, ao maior evento religioso cristão ou esotérico, o viaduto mais moderno do Brasil, dentre outros. A brincadeira com o nome da cidade, “Grande”, e o adjetivo, “grande”, encontra-se ao longo de todo o texto resultado da graduação, publicado sob o título **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935** (Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006, 149p).

projetos de modernidade que circulavam na sociedade naquele período – alguns projetos de cronistas, de administradores, de comerciantes, de advogados, de médicos, e assim por diante. Assim, a partir do que elegi como fontes – jornais, memórias, historiografia, biografias, etc. – questiono acerca do estatuto da modernidade nos discursos que pretenderam construir Campina como uma cidade civilizada, em especial, a oposição que se tentou construir no pensamento moderno entre campo e cidade, presente como matriz em todos os projetos aqui analisados.

Desta maneira, centro o meu problema em analisar como não apenas viver na, mas também viver a cidade e o urbano, desvinculando-se cada vez mais do campo e dos elementos vinculados a um mundo natural, consistia em um dos aspectos mais importantes presentes no ser moderno em Campina Grande no início do século XX.

Elegi como recorte temporal, por sua vez, os anos que vão de 1904 a 1935. Aquele, ano da ascensão ao poder municipal do Sr. Cristiano Lauritzen, evento que tomo como representativo do início de um primeiro período de modernidade na cidade, durante o qual alguns elementos do moderno adentrarão o espaço urbano, notadamente, o trem como o mais destacado pela historiografia local, através do qual o contato de Campina Grande com outras cidades maiores se tornou mais corriqueiro. A ascensão de Lauritzen, por outro lado, representa simbolicamente a emergência das questões urbanas sobre as questões rurais, dos grupos urbanos sobre os grupos rurais no campo político e cultural, conforme demonstrarei.

Como final do recorte temporal, por sua vez, escolhi o ano de 1935, ano em que os eventos à rua Maciel Pinheiro, número 42, acontecem, como maneira de ler, nesse simples evento escolhido para inaugurar a minha narrativa, diferentes maneiras

de ler as mudanças pelas quais passava a cidade e que, no seio de grupos de poder, acabam por radicalizar-se, transformando Campina num verdadeiro palco de batalha. Este mesmo ano, 1935, que encerra o meu recorte temporal, foi ainda o ano da posse do prefeito Vergniaud Wanderley, ocasião em que Campina já “respirava progresso” antes de se asfixiar com ele nas gestões daquele prefeito.

Assim, no primeiro capítulo construo um movimento inicial de interrogação do moderno na cidade de Campina Grande no recorte selecionado. Analiso, a partir de uma aparentemente insignificante contenda a respeito da regulamentação do leite pasteurizado, em 1935, os elementos de modernidade que estavam presentes na cidade no período e como são vistos os sujeitos que não se comportam de acordo com esses elementos. Para isso, aproprio-me da produção local para, aproximando-me e/ou afastando-me dela, tecer uma nova leitura sobre a modernidade em Campina Grande, a partir de elementos vinculados ao projeto iluminista europeu que apareçam enquanto informadores dos diversos projetos de progresso e civilização que circulavam por meio dos discursos dos grupos locais.

No segundo capítulo, analiso mais detidamente como a modernidade em Campina Grande esteve informada pela dicotomia cidade *versus* campo, e que aquela se daria na medida em que Campina fosse adquirindo uma administração, uma economia e uma cultura atribuídas ao mundo urbano, e fossem sendo expurgados de seu território os elementos que a ligassem a um passado rural, de dependência da natureza. Leio, desta maneira, a primeira década do século XX, especialmente o período que corresponde aos anos de 1904 a 1909, como o momento deste deslocamento, quando uma sensibilidade moderna então em gestação tornou-se hegemônica, sobrepondo-se às maneiras de ver e dizer o mundo,

e especialmente a natureza e a cultura, informadas por uma sensibilidade do século XIX, vinculada ainda ao pensamento romântico.

Por fim, no terceiro capítulo, construo uma narrativa sobre a construção do mundo e do poder médico em Campina Grande, a partir de jornais e memórias de antigos moradores da cidade, médicos e pacientes. Problematizo, assim, a passagem do chamado “terapeuta popular”, vinculado ao mundo rural, do final do século XIX, para o médico dos consultórios ou do Hospital, do espaço urbano do século XX, como movimento de consolidação da medicina científica na cidade, analisando também como a figura do médico de família parece estabelecer um elemento intermediário entre esses dois pólos.

Convido agora o leitor que me acompanhe neste passeio pela história, pensando-o tal qual um passeio de gôndola pelos canais de Veneza: à nossa frente, diversas possibilidades de caminhos a trilhar. De maneira leve e suave, com a brisa no nosso rosto, seremos levados pela beleza da história ao nosso alcance. Mas, mesmo que pensemos estarmos seguros, pois estamos sobre uma base de madeira aparentemente firme, a gôndola, tal base de sustentação é trêmula, móvel, frágil, pois todo o resto é água, é maleável, e pode acabar acontecendo – e não raramente acontece – que, em nosso trajeto pela história, a nossa gôndola sofra rachaduras, talvez pela água que nela insiste em bater, desgastando-a, até que sintamos a necessidade de consertar a embarcação ou simplesmente conseguir uma nova, descartando a antiga.

CAPÍTULO I

Qual leite Miquilina pode beber?

– a batalha do moderno em Campina Grande

“A polêmica que vimos mantendo com o dr. Diógenes Miranda, perdeu de tudo, a razão de ser. E’ que esse invencível famanaz do ridículo, com a desenvoltura mais despejada que ainda vimos, acaba de afirmar que estamos discutindo com um ‘burro’.”

A Batalha, 06/02/1935¹

A batalha gestada em torno da questão da pasteurização do leite, naquele início de 1935, opôs, de um lado, o jornalista Arlindo Corrêa, diretor do jornal *A Batalha*, e, do outro lado, o médico-higienista responsável pela fiscalização da venda do leite na cidade, o dr. Diógenes Miranda.

A insistência do periódico e de seu diretor em criticarem a proibição da venda de leite “natural” e em duvidarem da eficiência do leite pasteurizado provavelmente parecia absurda para a razão médica iluminada do dr. Miranda. A ciência médica, com a qual mantinha íntimas relações, havia demonstrado que no leite extraído diretamente da vaca havia pequenos seres

¹ “Em torno da questão do leite – uma declaração surpreendente”. *A Batalha*, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, pp. 01 e 03.

invisíveis ao olho nu, seres que, segundo esse discurso médico, eram responsáveis por diversas doenças que afligiam as pessoas, como, por exemplo, a tuberculose e a brucelose².

Isto posto, o leite deveria passar por um processo técnico-científico de purificação, a fim de que esses microorganismos que nele viviam fossem separados do líquido, para que este pudesse ser bebido sem o perigo de contaminação, sem o perigo à vida que os micróbios representavam. Esse processo de separação e purificação ficou conhecido pelo nome do cientista que havia comprovado a existência daqueles organismos no leite “natural” e inventado como “purificá-lo”, Louis Pasteur, na segunda metade do século XIX. A modernidade, portanto, no tocante ao hábito de alimentar-se do leite, traduzia-se na sua pasteurização, purificando o leite, deixando-o saudável, eliminando os elementos de morte e promovendo a vida.

E a Campina Grande da década de 1930 parecia querer ser moderna. Pelos discursos dos diversos grupos que detinham certo tipo de poder na cidade – político, econômico, intelectual, religioso, dentre outros –, entro em contato com aspirações e desejos de modernizar a cidade, tanto no tocante à sua infra-estrutura, às suas ruas, às suas moradias, quanto no tocante aos costumes de seu povo. A palavra de ordem para esses grupos – administradores, políticos, comerciantes, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, juízes, clérigos –, parecia ser construir Campina como uma cidade grande, moderna, civilizada, europeizada – ou, na impossibilidade, ao menos forjá-la moderna, tendo como modelo o Rio de Janeiro, a capital federal, ou, ainda, o Recife, a capital regional do que então nascia como Nordeste.

² “Com o médico fiscal do leite”. **A Batalha**, Anno 1, n. 12, 03/01/1935, p.03.

A modernidade, entretanto, que se buscava em Campina Grande não podia ser a mesma que se vivia em cidades como Londres e Paris àquela época. Devido às especificidades de cada área, no tocante a vários aspectos da vida urbana, a idéia de modernidade foi vivida nesses ambientes de maneiras também específicas, locais. Elementos como o burburinho, o frenesi, o esbarrar na multidão em meio aos “milhares de encontrões” são geralmente vinculados ao ritmo social “avassalador e tenebroso”, mas, ao mesmo tempo, sedutor, da modernidade europeia. Elementos, entretanto, que não foram vividos nessa mesma intensidade nas cidades brasileiras àquele momento, posto que tais cidades não comportavam a multidão que havia na Paris ou na Londres de finais do século XIX³.

Para Aranha, por exemplo, que toma aqueles elementos como caracterizadores da modernidade, não se pode falar em

³ Cf. ARANHA, Gervácio B. “Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)”. In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132. O autor monta um quadro representativo da modernidade europeia a partir de relatos de sociólogos, economistas, literatos e poetas sobre as cidades de Londres e Paris na segunda metade do século XIX, ressaltando o seu aspecto monstruoso, tenebroso e repugnante, na leitura de uns, e, ao mesmo tempo, sedutor e civilizatório, na leitura de outros. O autor ainda expõe alguns dados sobre tais cidades e o número de pessoas que aí moravam, comparando com as cidades brasileiras a fim de ratificar a sua tese de que estas últimas ficavam bem aquém das metrópoles europeias no tocante ao número de habitantes. Assim, afirma que, em meados do século XIX, enquanto Londres abrigava oficialmente 2,3 milhões e Paris, mais de um milhão de habitantes, o Rio de Janeiro, capital do Império, habitava apenas 200 mil e o Recife, 50 mil. Na última década do século XIX, Londres já contava com 4 milhões de habitantes, enquanto isso, o Rio de Janeiro atingia os 500 mil. O Recife iniciou o século XX com 100 mil habitantes, atingindo os 200 mil apenas na década de 1920. Por sua vez, Campina Grande, objeto do presente texto, nessa mesma década, ainda não ultrapassava a casa dos 10 mil habitantes.

modernidade nas cidades brasileiras no início do século XX, pois o limite físico imposto a elas impedia que o ritmo social que se vivia no estrangeiro acontecesse no Brasil e especialmente nas cidades nortistas, tal qual na Europa. Para o referido autor, quando se trata das cidades brasileiras do início do século XX, não se pode falar em modernidade, mas em elementos dessa decantada modernidade européia que representavam os mais novos inventos, as mais recentes novidades produzidas pela técnica e pela ciência no tocante a vários elementos da vida urbana.

Refiro-me a certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam, por exemplo, nos transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros⁴.

Desta maneira, a idéia de modernidade no Brasil do início do século XX, conforme esse autor, esteve extremamente vinculada à idéia de modernização⁵, vislumbrando o desenvolvimento técnico e científico de maquinarias do conforto que eram ditas pelos grupos letrados como o que havia de melhor,

⁴ ARANHA, 2003, p. 79.

⁵ Uso aqui o conceito de modernização tal qual entendo a partir de Geoffrey Barraclough, como o progresso da técnica e da ciência, aliadas à industrialização e à massificação de seus inventos no início do século XX, na construção de um mundo moderno. Cf. BARRACLOUGH, Geoffrey. "O impacto do progresso técnico e científico". In: **Introdução à história contemporânea**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 43-63.

mais civilizado, mais moderno, mais “evoluído” em cidades como Londres e Paris, e ao redor das quais foi construído todo um discurso de deslumbramento e encantamento, fabricandó-as como “seduções do mundo moderno”.

Essas seduções do moderno passaram para o imaginário social como conquistas materiais e simbólicas de valor universal possibilitando ver e dizer as cidades como modernas, independente do porte de cada uma. Isto significa dizer que “qualquer contato com um ou outro desses símbolos (...) possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou (...) em sintonia com o mundo civilizado”⁶.

Em Campina Grande já haviam aportado algumas dessas seduções ao longo dos anos que iniciaram o século XX. A historiografia local aponta que Campina entrou nos “trilhos do progresso” a partir de 1907, com a chegada do trem de ferro à cidade, elemento que possibilitou o contato maior com outras cidades, especialmente com a capital pernambucana. Com o trem, chegavam também correspondências, cartas, telegramas, jornais e revistas, bem como forasteiros, visitantes de outras cidades “mais adiantadas”, que traziam na bagagem idéias, conhecimentos, experiências, notícias, tendências e novidades do mundo civilizado.

A exaltação do trem como elemento que carrega consigo a modernidade e a civilização está presente em vários discursos do início do século XX em Campina Grande. Os jornais que aí já circulavam trazem alguns exemplos.

No trecho a seguir, recortado do periódico *O Campina Grande*, de 1909, o cronista José Peixoto tece considerações acerca de alguns costumes dos homens do sertão paraibano. Costumes estes que, sob o seu olhar, parecem estranhos, exóticos, até mesmo, atrasados.

⁶ ARANHA, 2003, p. 40.

Segundo o cronista, um acontecimento “trivial”, como uma eleição, por exemplo, “tem a magnetica força de insuflar no sangue desses caboclos tostados de sol uma alegria toda sincera”. Relata ainda que outros costumes mais usuais também falam à alma dos “habitadores das regiões sertanicas com mais fulgor” do que falam “aos espíritos educados dos povoadores de outras zonas”.

E facilmente explica-se esse phenomeno que, segundo penso, terminará de todo quando a grande força civilizadora do seculo – á locomotiva – acordar com os seus berros estu-pendos todos os seres vivos dessas paragens semi-selvagens.

E’ que Ella, semelhante a imprensa, leva nas suas entranhas de aço todas as idéas progres-sivas da actualidade, todos os ensinamentos neces-sarios a educação do povo.

Esperemos por esse dia.⁷

Para Peixoto, os sertões são vistos como “paragens semi-selvagens”, produtoras, assim, não de *homens*, sujeitos possuidores de racionalidade, tal qual defendido pelos discursos modernizantes, mas de “seres vivos semi-selvagens”, de “caboclos tostados de sol”, possuidores de hábitos e costumes estranhos, que se vestem com “roupas mais ou menos exdruxulas (sic)”.

Para ele, portanto, a locomotiva representava a chegada da modernidade, a civilização, a educação iluminada, a “grande força civilizadora do século” cujos “berros” eram “estupendos”. Só com o advento do trem é que seria possível transformar, segundo a óptica de Peixoto, o semi-selvagem em civilizado, o “caboclo tostado de sol” em “espírito educado”.

⁷ “Ideas minhas IV”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 20, 07/03/1909, p. 03.

E Peixoto não estava sozinho na circulação desse discurso. Diversos outros grupos sociais, dentre políticos, intelectuais, médicos e cronistas, exaltavam a maquinaria ferroviária como símbolo do advento do moderno em Campina Grande. Daí o hábito que se instaurou em alguns de estar presente a cada chegada do trem à estação, contemplando, assim, o moderno, dia após dia. Lino Gomes, por exemplo, pelas páginas de *O Campina Grande*, relata que era um dos que faziam questão de ir todas as tardes à estação para presenciar a chegada do trem⁸.

Em carta escrita à redação do mesmo periódico, Themistocles Nóbrega, da cidade de Mulungu, exaltava o crescimento de Campina Grande naquele ano de 1909, conclamando aos responsáveis pelo jornal que continuassem trabalhando em favor da cidade no sentido de conduzi-la ao “destino” inevitável a que estava “fadada” – o progresso, intelectual e material.

Hoje Campina tem dentro de seus muros o maior factor do progresso – A Locomotiva, – portanto, com patriotismo, força de vontade e união ella em poucos anos estará collocada no logar em que a natureza e o destino a designou.⁹

Além do trem¹⁰, aportaram na cidade, nas primeiras décadas do século XX, como seduçõs do mundo moderno, o telégrafo, o automóvel (1914), o cinema (1909), a telefonia residencial (1918), a primeira prensa hidráulica (1919), a luz

⁸ “Na Estação”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 16, 07/02/1909, pp. 02-03.

⁹ *O Campina Grande*, Anno II, n. 27, 25/04/1909, p. 04.

¹⁰ Para um estudo mais detalhado sobre o aspecto civilizador do trem de ferro no início do século XX, cf. ARANHA, Gervácio. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2007.

elétrica (1920), dentre outros elementos cujo desembarque em Campina Grande são mais difíceis de serem datados¹¹.

E, naquele ano de 1935, havia acabado de chegar à cidade outro elemento do mundo moderno, uma invenção da técnica científica que permitia extrair os microorganismos patogênicos existentes no leite e deixá-lo “puro”, livre de contaminações, livre das doenças, livre da morte. A promoção da saúde e da vida e o afastamento das doenças e da morte eram o que a modernização da técnica do tratamento científico do leite permitia aos habitantes de Campina Grande quando nesta cidade instalou-se a Usina de Higienização e Pasteurização de Leite, em 21 de setembro de 1934.

Pertencente à firma de automóveis Oliveira, Ferreira & Cia., a Usina de Pasteurização de Leite localizava-se à rua Quintino Bocaiúva, distante do centro comercial da cidade. Para atender aos seus clientes, a empresa tratou de adquirir um estabelecimento à Praça Epitácio Pessoa, a que deu o nome Leiteria Celeste, que vendia o leite pasteurizado pela usina no outro extremo da cidade. O leite purificado, assim como seus derivados, como manteiga e queijo, também podiam ser entregues a domicílio, por meio de veículos a tração animal ou automóveis da própria firma. Assim, a Oliveira, Ferreira & Cia., que já era responsável pela comercialização de automóveis na cidade, ficou também encarregada da higienização, purificação e venda do leite pasteurizado. Agenciou em si, portanto, dois símbolos do mundo moderno e civilizado: a velocidade e a purificação.

O trabalho desenvolvido pela Usina na pasteurização do leite ganhou ainda mais destaque em Campina Grande quando, por ato do executivo municipal, o Ofício n. 401, de 1935, houve a concessão exclusiva da venda e comercialização do leite e

¹¹ Cf. ARANHA, 2003; SILVA FILHO, 2003.

de seus derivados para a usina ligada à Oliveira, Ferreira & Cia. Este ofício, expedido pelo Sr. Antonio Pereira Diniz, promotor municipal e prefeito da cidade desde julho de 1934, concedia, desta maneira, total controle da venda de laticínios higienizados à Usina de Pasteurização, proibindo, por outro lado, o comércio do leite realizado por qualquer outro meio senão o que passasse pela purificação da fábrica localizada na Quintino Bocaiúva.

O Ofício do Poder Municipal n. 401, portanto, pretendeu impor a Campina Grande mais esta “sedução do moderno”. Higienizando o leite por meio da moderna técnica, estava informado por um conhecimento científico que identificava a existência, em sua “forma natural”, de microorganismos responsáveis por doenças e morte, inclusive pelo grande mal do século XIX, que, na década de 1930, ainda afligia os “grandes centros civilizados”: a tuberculose. Assim, poder político, técnica e conhecimento científico foram articulados para a formulação da norma e da proibição contidas no ato do executivo municipal, estabelecendo que estava a cargo da Usina de Pasteurização a higienização do leite e da Leiteria Celeste a comercialização do mesmo, e a venda do produto não pasteurizado, por qualquer outro sujeito, dono de algum dos estábulos existentes na cidade, estava proibida.

Se a ciência havia comprovado que algumas doenças tinham origem no leite natural, “cru”, e que a pasteurização do mesmo afastava esse perigo dos corpos, nada mais “altruístico” para um governo querer eliminar os vetores patogênicos do cardápio de seu povo, objetivando que as pessoas viessem a consumir o produto purificado, contendo nele apenas os nutrientes que fortalecessem o organismo, e não os que o debilitassem. Neste sentido, o ofício também se coadunava com o objetivo da construção de um novo corpo para as

peças, um corpo saudável, trabalhador, atlético, produtivo, enfim, um corpo moderno.

Aqui, caro leitor, enuncio uma outra leitura do moderno nas cidades brasileiras do início do século XX. Se, como já afirmei há algumas páginas, o moderno se constituiu como modernização, ou seja, primando pela inovação da técnica sobre alguns elementos produzidos discursivamente como emissores dos signos da modernidade, tenho, então, que analisar em quais aspectos determinados objetos, para além do mero desenvolvimento técnico, foram vistos e ditos como símbolos da modernidade, possuidores de um “encanto moderno”. Isto me leva a problematizar a visão de modernidade com que trabalhei páginas atrás, especificamente, a que enunciava que nas cidades brasileiras daquele período não se poderia falar em modernidade, mas apenas em aspectos e “seduções” do moderno.

Como afirmei naquela ocasião, ao estudar as cidades de Parahyba do Norte e de Campina Grande, nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Aranha enuncia que a modernidade, tal qual aconteceu nas principais metrópoles europeias daquele período, Londres e Paris, não ocorreu em nenhuma cidade brasileira, muito menos nas paraibanas, especialmente devido ao que ele denomina de “limite físico” destas cidades, que não contavam com um contingente populacional tão elevado quanto as europeias. Para ele, portanto, a introdução de certas “maquinarias do conforto”, ou “seduções do mundo moderno”, é que proporcionaria o “ar de modernidade” desejado às cidades “fisicamente limitadas” do Brasil por seus grupos letrados locais.

Cabe, aqui, ressaltar uma particularidade desta visão do autor, que diz respeito diretamente ao olhar que ele lança sobre essa temática.

A princípio, é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a idéia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais européias do período oitocentista. Conforme demonstro (...), há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar.

Assim, na impossibilidade de pensar a experiência urbana nortista, em seu vínculo com a idéia de vida moderna, a partir dos chamados ritmos sociais, resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno.¹²

Ao explicitar a sua maneira de trabalho, Aranha expõe o seu olhar sobre o objeto, enuncia a partir de que visão sobre a modernidade ele constrói a sua narrativa, que porta de entrada ele acessa para se introduzir na discussão sobre o moderno. Esse olhar é apresentado tomando por elemento caracterizador da modernidade o que o autor chamou de “ritmo social”, que, segundo ele, apresenta-se pela “pressa”, ou seja, o ritmo social das cidades européias caracterizava-se pela idéia de “vida agitada e/ou ritmo frenético”, pela rapidez, pelas multidões se esbarrando nas ruas, o frenesi. “Um ritmo típico de cidades que têm pressa”¹³.

É, portanto, adotando, como elemento caracterizador da modernidade o “ritmo social” – a cujo elemento são atribuídas algumas noções que dão sentido de agilidade e transformações rápidas, como velocidade, frenesi, pressa, corre-corre, burburinho –, que Aranha classifica o mundo moderno. É, desta maneira, buscando pelos ritmos sociais específicos de cada cidade que trabalha em seu texto – Paris, Londres, Rio de Janeiro, Recife,

¹² Cf. ARANHA, 2003; SILVA FILHO, 2003.

¹³ ARANHA, 2003, p. 80.

Parahyba e Campina Grande –, que Aranha classifica e institui a (in)existência de modernidade nesses espaços.

Assim, o olhar de Aranha sobre o mundo urbano é um olhar que elege um elemento como determinante na configuração de uma cidade como moderna. O elemento que aparece na base de sua classificação é o ritmo social, que ele constrói como apressado e frenético, tomando por modelo as cidades de Londres e de Paris. Se nas demais cidades os ritmos sociais se dão em menor intensidade, então tais cidades não experienciaram a modernidade “em si”. É o que acontece com suas análises sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Para ele, o “limite físico” das cidades brasileiras impede de falar em modernidade aí, pelo menos em modernidade como o conceito que o próprio Aranha estabelece, como uma experiência caracterizada pelo ritmo social avassalador. Sua análise, assim, recai num olhar classificatório que toma como experiência urbana moderna apenas aquela ocorrida na Europa devido à “multidão monstruosa” que propiciava o ritmo social “característico” da modernidade, enquanto todas as demais experiências urbanas que não se adéqüem ao ritmo social daquelas duas cidades não podem ser tomadas como experiências modernas.

Aranha, desta maneira, enuncia que nessas cidades onde não se pode falar em modernidade, pode-se tão só falar no advento das “seduções do mundo moderno”, que, segundo ele, são “novidades vindas do estrangeiro”, “conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno”¹⁴. Ou seja, “maquinarias”, objetos materiais inventados pela técnica, como trem, luz elétrica, telégrafo, sistemas de encanamento de água, esgotamento, etc. Sua

¹⁴ ARANHA, 2003, p. 79.

análise, portanto, destaca a modernidade em sua dimensão material, abordagem que detém o primado da análise. Seu conceito de modernidade torna visível a modernidade apenas em sua concretude material, exigindo uma total correspondência entre palavras e coisas, entre conceito e mundo, entre representação e realidade. Não sendo, assim, verificáveis no mundo material essas articulações entre teoria e empiria, o conceito não se aplica, portanto, não há que se falar em modernidade em tais situações, permitindo-lhe tão só dizer que há um “ar de modernidade”, aspectos do moderno, ao serem adquiridas “seduções do mundo moderno” – elementos que são, basicamente, materiais.

É olhando pela dimensão material da modernidade que Aranha institui o seu conceito de seduções do moderno e de mundo civilizado. É dando destaque, portanto, às maquinarias produzidas pela modernidade que o autor enuncia o seu olhar sobre o tema, um olhar que analisa como algumas práticas culturais são modificadas ou mesmo inventadas com o advento dessas maquinarias materiais do mundo moderno.

A porta de entrada na discussão de modernidade que irei propor para você, leitor, entretanto, é outra. Os elementos que elegi para construir o meu próprio olhar sobre o mundo moderno não são o ritmo frenético, o que me levaria talvez a uma conclusão semelhante à de Aranha. Os elementos que elegi para construir esse olhar têm menos relações com a dimensão material e mais com a dimensão simbólica que rege determinados discursos que circulam na sociedade e informam as ações humanas em suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. São discursos que acabam também por se materializar no sentido de que elaboram enunciados, verdades e regras sociais gerais de acordo com as quais as pessoas devem ser regidas.

Assim, discuto a modernidade em Campina Grande tomando outra porta de entrada, para além da dimensão material que viu o advento da locomotiva, do automóvel, da luz elétrica, etc. Escolho como norteadora deste texto a concepção de modernidade tomada a partir de sua relação com a filosofia do Iluminismo do século XVIII – base sobre a qual se construiu a ciência moderna que, dentre outras coisas, legitimou a superioridade do homem e pretendeu promover a sua “maioridade”, a necessidade de ele, por meio do acesso ao dito “conhecimento verdadeiro”, o científico, tornar-se capaz de subjugar os elementos do mundo à sua vontade, colonizando-os, modificando-os, (re)produzindo-os¹⁵. Com este intento, a ciência informada pela Ilustração promoveu destilações, purificações, pretendendo distanciar elementos que passou a ver e dizer como antagônicos, binários, opostos irreconciliáveis, como cultura e natureza, humano e não-humano, cidade e campo, ciência e religião, racionalidade e irracionalidade, cérebro e corpo¹⁶.

Inventando tais opostos, a ciência moderna pretendeu exercer mais fortemente uma tecnologia de poder, submetendo-os a uma interpretação informada pela racionalidade humana, elaborando enunciados que visavam justamente estabelecer a verdade sobre eles e, desta maneira, mantê-los sob controle e vigilância do conhecimento científico ilustrado. Tal controle, portanto, pretendeu opor cada vez mais os elementos dicotomizados, cartografando espaços próprios para cada um e

¹⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?” In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (seleção e organização dos textos por Manoel Barros da Motta). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp. 335-351 (Ditos & Escritos, vol. II); SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1998.

¹⁶ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. [trad. Carlos Irineu da Costa]. Rio de Janeiro: 34, 1994, 152p.

lutando contra as oposições e as misturas, estabelecendo as suas verdades e exigindo aceitação por parte de todos. Viver o dia a dia urbano não se comportando de acordo com essas verdades acarretava ao sujeito ser dito e tido como “atrasado”, “ignorante”, “bárbaro”, “incivilizado” ou qualquer outro adjetivo menos valoroso, como “caboclo tostado de sol” ou “semi-selvagem”, conforme as palavras de José Peixoto, citadas no início deste capítulo.

Já citei também o sr. Lino Gomes, que tinha o costume de ir todas às tardes à estação para presenciar a chegada da locomotiva. Permita-me agora voltar a ele, especificamente a uma crônica que publicou no jornal de Gilberto Leite e Protásio Sá, para que o leitor desde já entre em contato com a leitura dicotômica lançada pelo conhecimento produzido na modernidade.

Lino Gomes relata que, naquele ano de 1909, numa de suas constantes idas à estação, não pôde deixar de notar a presença de um sujeito vestido de “calças azues, camisa de algodão, pés nas alpercates e chapéu de couro”, que esperava o trem das dezoito horas e dez minutos. Aquele sujeito Gomes identificou como sendo o “rude sertanejo (sic) José Miquilina, que nunca tinha visto a locomotiva”. A expectativa desse “rude sertanejo” e sua impressão do trem são o tema principal da crônica.

Lino Gomes constrói a figura de Miquilina como sendo um sujeito em que várias emoções se confundem. Ansioso e apreensivo pela oportunidade de finalmente ver o trem, Miquilina, entretanto, sob o olhar de Gomes, parece mais dominado pelo medo e pelo desconforto, visível através de seus “olhos abugalhados (sic)”, por olhar constantemente para toda parte e por espantar-se “do menor rumor que surgia-lhe por traz”. Parecia estar ali por obrigação, e não por contem-

plação. Segundo relata, “observei logo no seu physico, que tratava-se mais de um assombrado do que de um visitante”.

Percebendo o desconforto de Miquilina, Gomes aproximou-se e foi conversar com ele, a fim de tranquilizá-lo e prepará-lo para a visão que teria dali a alguns poucos momentos. Tentou fazê-lo ver que o trem é apenas uma “machina grande movida pela pressão dagua e do fogo”, e não um “fantasma”, como parecia o sertanejo crer. Mas foi só ouvir o “berro” e ver o trem chegando, a três quilômetros ainda da estação, que Miquilina desesperou-se, tendo que Gomes segurar-lhe no braço para que não se evadisse da estação no mesmo momento. Diz que gritava: “Misericordia, meu Deus!! Ou que bicho feio e cumprido; o bicho está roncando i si (sic) mijando todo”; e que, vendo os postigos das portinholas abertos, gritava: “Ave Maria! o bicho é tão mago, que conta-se as costellas uma pa (sic) uma”. Cita ainda que, em meio a tudo isso, percebeu que as calças de Miquilina estavam “um pouco humidas pelo lado trazeiro, e despregava-se delle, um cheirosinho um pouco desagradavel”...

Quando finalmente Lino Gomes estava conseguindo convencer Miquilina que não havia risco, e este, que tremia “como vara verde”, tentava se recompor, a locomotiva silvou, fazendo com que o sertanejo caísse de costas, gritando “Valhame o menino Jesus”.

Neste momento, as pessoas ali presentes vaiaram solenemente a atitude do “rude” Miquilina, e alguns ficaram lhe soltando pilhérias como “o bicho te pegal” insuflando ainda mais o medo do sertanejo que, não mais sendo segurado por Gomes, levantou-se “mais rápido do que um touro”, voando por cima de uma cerca de arame, “onde deixou as trazeiras das calças e uma alpercate”, indo se esconder num capoeirão a dois quilômetros da estação¹⁷.

¹⁷ “Na Estação”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 16, 07/02/1909, pp. 02-03.

Como você, leitor, interpreta esse relato de Lino Gomes sobre um final de tarde inusitado na estação ferroviária de Campina Grande naquele ano de 1909?

Deixe-me indicar-lhe alguns caminhos de sentido. Primeiro, sobressaem-se na fala dois comportamentos diametralmente opostos, o de Miquilina e o de Lino Gomes. Enquanto aquele demonstra insegurança, desconforto e, ao avistar a locomotiva, temor e desespero, Gomes é narrado como tendo estado o tempo todo calmo, sereno, centrado, estando ali na estação não por obrigação, mas para contemplar a chegada do trem. É por entender “melhor” do que se trata a “grande machina” que Gomes se vê na obrigação de explicá-la a Miquilina, tentando acalmá-lo, tirar-lhe o pavor que o consumia, o que, porém, resulta num fracasso tremendo. As calças úmidas e borradas que o digam...

Lino Gomes, portanto, mesmo usando de argumentos os mais diversos para que Miquilina não temesse o trem, falha em seu intento. Toda a racionalidade científica de que lança mão para fazer o sertanejo ver na locomotiva o elemento simbólico da vida moderna acaba se esvaindo no ar, não sendo compreendido por aquele sujeito que continuava a vê-la como algo monstruoso, contra a qual só poderia se salvar apelando à religiosidade.

Por outro lado, a ênfase dada por Lino Gomes às vaias que Miquilina levou de todos os demais presentes na estação quando perceberam seu temor são outro ponto que ganha destaque na narrativa. Ela dá a ler que todos ali compreendiam e contemplavam o trem em seu aspecto de modernidade, exceto Miquilina. O sertanejo, assim, estava realmente só em meio à multidão, pois era o único que temia em vez de admirar, era o único que, mesmo com toda a explicação racional de Lino Gomes, não compreendia o valor da máquina de ferro.

Era o único que não partilhava do olhar geral que se tinha a respeito do trem. Era o único espírito não educado, não civilizado, não iluminado, que temia e rejeitava o moderno e, ante esse temor, em vez de usar-se da razão, apelou para a religião. Era aquele cujo próprio corpo denunciava-lhe como não-moderno. Era, portanto, apenas um “rude”.

Lino Gomes representa, por outro lado, o “espírito educado”, o homem urbano, civilizado, aquele que tem familiaridade com o moderno, o homem que contempla a modernidade, o que se utiliza da razão para ver e ler as coisas do mundo, enquanto Miquilina é o homem “rude”, o sertanejo, o “caboclo tostado de sol” ou o “semi-selvagem”, aquele avesso ao moderno, aquele que ainda recorre à religião para explicar o mundo e que não compreende a razão científica como norteadora de novos caminhos.

É por não se enquadrar no ideal de sujeito que a modernidade pretende construir que Miquilina é visto como um rude, um incivilizado, um medroso, um borrador de calças. É por não se adequar que é vaiado por todos os “civilizados” que usam da razão e caçoam daqueles que são movidos pela emoção ou pela religião. É por não conseguir compreender o moderno que Miquilina é construído por Lino Gomes como alguém tão só, um sujeito que tende a ser cada vez mais raro, que, pelo pensamento de José Peixoto, tende a desaparecer quando a “força civilizadora do século, a locomotiva” despertar-lhe com seus “berros estupendos”. Miquilina, portanto, apesar de ter ouvido – e bem alto – os berros da locomotiva, não despertou. Continuou dormindo para o mundo moderno racional e científico. Não havia, portanto, constituído-se em um corpo moderno, tal qual o pretendido pelos discursos modernizantes.

Mas, diferentemente do que Lino Gomes leva a crer, Miquilina não estava realmente só. Reações a algumas atitudes de modernidade na cidade houve durante todo o recorte

selecionado para este livro, sendo tais sujeitos também vistos como rudes, ignorantes, incivilizados, semi-selvagens e, até mesmo, “burros” – e agora me permita retornar ao litígio do jornal *A Batalha* com o dr. Diógenes Miranda.

A pasteurização, em 1935, representava o tratamento do líquido em seu aspecto mais moderno, de acordo com os elementos atribuídos à dimensão material e simbólica da modernidade: a purificação laboratorial por meio da separação dos não-humanos a fim de afastar o perigo à vida que provocavam os microorganismos nele presentes¹⁸; bem como a valorização do leite pasteurizado como sendo aquele que, tendo afastado os micróbios, continha apenas os nutrientes indispensáveis para a constituição de um corpo saudável, robusto, forte, atlético, moderno¹⁹.

O ofício municipal proibindo a venda de leite não pasteurizado emergiu também num contexto em que o Estado passou a chamar para si o poder de vida e de morte sobre os moradores de Campina Grande. O poder de evitar a morte, impedindo que seus “súditos” fizessem ingestão de um alimento contendo seres patogênicos, e o poder de prolongar a vida, debruçando-se sobre o leite com a técnica mais moderna de purificação que, entretanto, não lhe extraíam os nutrientes indispensáveis para a boa constituição orgânica dos sujeitos – vistos então não em sua individualidade, mas como um corpo amorfo e homogêneo, um macro-corpo social, a “população”²⁰.

¹⁸ Cf. LATOUR, 1994.

¹⁹ Cf. CORBIN, Alain. “Gritos e cochicos”. In: PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada** – da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4, pp. 562-611.

²⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) [trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O Estado, assim, legitimando-se como agindo em defesa da sociedade, agiu sobre diversos hábitos e costumes da população, mas não tal qual agia disciplinarmente, sobre corpos individuais²¹. A nova faceta do poder estatal se deu sobre o macro-corpo populacional inventado com o nascimento da biopolítica, sobre o homem-espécie, cuja tecnologia de controle deu-se por meio de uma regulamentação.

O biopoder, assim, por meio da regulamentação, pretendeu exercer sobre o homem-espécie a capacidade de otimizar a vida, encompridá-la, adiando a morte. Aumentar a taxa de natalidade e diminuir drasticamente a de mortalidade – tal intento implicou diretamente em agir sobre hábitos e costumes da população, especialmente sobre aqueles que podiam, de alguma maneira, antecipar a morte.

Isso implicou até mesmo em uma (in)gerência sobre os hábitos alimentares da população. Esta deveria ser proibida de alimentar-se de maneira “errada”, prejudicial, que pudesse provocar a doença ou a morte. O poder regulamentar, portanto, partindo do Estado, passou a interferir nos hábitos alimentares, permitindo alguns alimentos e proibindo outros.

Em Campina Grande, o Ofício n. 401, de 1935, parece-me uma expressão desse poder regulamentador de fazer viver, dessa pretensão de controlar o hábito alimentar da população, permitindo-lhe ingerir apenas o leite pasteurizado, devido à presença única de nutrientes que ajudariam na constituição de um sujeito moderno e saudável, enquanto, por outro lado, proibia-lhe a ingestão do líquido não purificado, do líquido repleto de microorganismos responsáveis pela doença e pela morte. Tal poder, assim, dialogando com diversos elementos simbólicos de uma atitude de modernidade, encontrou respaldo legal na cidade de Campina Grande através do ofício expedido pelo

²¹ Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

prefeito Antonio Pereira Diniz que regulamentava a higienização e a venda do leite no meio urbano, permitindo apenas a venda do líquido purificado, que prolongava a vida, e proibindo a venda do líquido não-pasteurizado, que antecipava a morte.

A publicação do ofício n. 401, portanto, trazia em suas entrelinhas a ingerência do biopoder sobre o corpo do homem-espécie como mais uma atitude de modernidade. Uma atitude que desembocava na defesa à vida e à saúde do homem produtivo, na tentativa de afastar a improdutividade dos corpos doentes gerados pela ingestão de micróbios patogênicos presentes na alimentação.

Na fundamentação que Antonio Pereira Diniz fez para justificar o seu ofício, usou justamente a “alta taxa de mortalidade infantil” constatada na cidade²², que, no seu discurso, aparece como sendo provocada pela ingestão de leite não-pasteurizado pelas crianças.

Isto se devia a que, neste período, não era comum o hábito contemporâneo do aleitamento materno, que só viria a tomar fôlego algum tempo depois. As crianças, em geral, mesmo infantes, eram alimentadas com leite de vaca, a que era atribuída a alta taxa de mortalidade infantil constatada em todo o Estado da Parahyba. Anos antes, em 1911, por exemplo, o presidente do Estado, dr. João Lopes Machado, referindo-se à capital Parahyba do Norte, já fazia a seguinte denúncia em sua Mensagem à Assembléia:

Entre nós, ao lado dos factores geralmente conhecidos, como a miseria organica e a falta absoluta de hygiene

²² Para maiores informações sobre as chamadas “doenças de primeira idade” no período aqui recortado, cf. SILVA, Valdecir Carneiro da. **A mortalidade na infância da cidade da Parahyba**, 1897 a 1912. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB/CCS, 2002.

na classe ignorante da sociedade, um facto deve ferir a atenção dos clinincos desta capital. Refiro-me a alimentação das creanças pelo leite de vacca (...)

o perigo está na presença anomala de principios extranhos naturalmente irritantes, provenientes do habito de se alimentar as vaccas com o caroço de algodão. É vulgarmente sabido que os animaes da raça bovina que ingerem diariamente grande quantidade desta semente, ficam com os tecidos saturados e impregnados de um odor sui generis, denunciador da presença do oleo drastico, que existe em grande quantidade nas referidas sementes. Facil, então é ligar-se o grande numero de casos de gastro-enterites que victimam annualmente consideravel proporção de creanças entre nós, ao leite de vacca que contem grande proporção daquelle óleo.²³

Pela análise da fala de Machado, constato que a denúncia não era contra o costume de alimentarem-se as crianças com leite de vaca, mas contra o hábito de alimentarem-se as vacas com caroço de algodão, que degeneraria os tecidos e, conseqüentemente, o leite extraído desses animais, provocando doenças naqueles que bebessem tal leite contaminado. É com este pensamento que *A Batalha* defende, portanto, que a contaminação do leite não se dava no transporte do líquido, mas na sua fonte produtora, e que caberia ao médico fiscal apenas a tarefa de examinar as vacas nos estábulos para saber quais delas estariam em “condições de produzir leite saudável, fazendo retirar as que não, para que, desta forma, pudesse ser o leite vendido diretamente no copo para tais pessoas”²⁴.

Pereira Diniz, portanto, duas décadas depois da denúncia de Lopes Machado, apropriou-se estrategicamente das taxas

²³ Mensagem Presidencial do dr. João Lopes Machado, 1911, p. 31-32.

²⁴ “Em torno do Ofício do Poder Municipal n. 401”. *A Batalha*, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, p. 03.

de mortalidade infantil e desse discurso que vinculava tais taxas à ingestão de leite cru para legitimar a proibição da venda deste produto não pasteurizado em Campina Grande. Bem como, ainda lançou mão de comparar a cidade que governava às grandes cidades do país, anunciando que nelas o leite pasteurizado vinha sendo recebido de maneira entusiástica como elemento da modernidade. “Tem sido entusiasticamente aceito o leite pasteurizado, nas cidades mais adiantadas do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife”²⁵.

Entretanto, alguns não concordavam com o ofício e seu conteúdo. Defendiam a inconstitucionalidade do ato expedido pelo prefeito e clamavam pela restauração do direito anterior, dando-lhes a oportunidade de optar entre o leite pasteurizado e o não pasteurizado, como o fez, pelas páginas de *A Batalha*, o bacharel campinense Ascendino Moura²⁶. Outros, nesta mesma esteira, condenavam não o ato em si, mas o trabalho “mal feito” que a Usina vinha desenvolvendo. Há notas veiculadas pelo jornal de Arlindo Corrêa que denunciavam que a purificação era nada mais que um belo “conto do vigário”, e que a empresa fornecia à população um produto de péssima qualidade. A própria localização da usina, à rua Quintino Bocaiúva, dava ensejo a reclamações: além da “porcina existente nas proximidades da usina”²⁷, ali bem próximo encontrava-se o Cemitério do Carmo, que havia sido construído

²⁵ “Em torno do Ofício do Poder Municipal n. 401”. *A Batalha*, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, p. 03.

²⁶ *Ibid.*, p. 03. Em seu artigo escrito para o jornal de Arlindo Corrêa, o bacharel ataca a legalidade do ofício baseando-se na Constituição então vigente. “Houve alguma lei que autorizasse o Prefeito local, a fazer a concessão de pasteurização do leite em Campina Grande? (...) É ou não inconstitucional o ato do Prefeito concedendo o privilégio aludido, SEM LEI ESPECIAL QUE O AUTORIZASSE? Há ou não fundamento para um mandado de segurança?...”.

²⁷ “Em torno da questão do leite – uma declaração surpreendente”. *A Batalha*, Anno 1, n. 17, 06/02/1935, pp. 03.

no início do século XX, seguindo normas de higiene que exigiam a localização de cemitérios fora do perímetro urbano, a fim de que os miasmas que dele exalasses não contaminassem a cidade. Estando tão próxima assim do cemitério, posso supor que as pessoas pensassem que a própria usina estava passível de receber tais miasmas oriundos do campo santo, comprometendo o trabalho de purificação do leite que ali era pasteurizado, num período em que, apesar de já vingar a teoria bacteriológica, a miasmática ainda persistia especialmente entre os populares.

Para aqueles que defendiam o ofício n. 401, e, portanto, defendiam a proibição da venda de leite não pasteurizado, os ataques ao ato do prefeito pareciam ser atos de ignorância quanto aos avanços e às “descobertas” do mundo médico e científico. A este grupo, em que se inclui o dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite desde a publicação do ato, as reclamações demonstravam apenas que muitos pareciam não conseguir compreender a importância da purificação do alimento, da eliminação dos microorganismos patogênicos nele presentes, e continuavam insistindo em manter hábitos e costumes atrasados, incivilizados e bárbaros quanto beber leite cru.

Para o dr. Diógenes Miranda, portanto, os defensores do leite não pasteurizado não entendiam o avanço da técnica científica representado pela pasteurização e insistiam num estágio inferior da evolução das sociedades humanas. Para ele, não adiantaria tentar convencer esses “rudes” sujeitos, pois eles não teriam capacidade de entender os avanços da modernidade nem os vendo com os seus próprios olhos. Esses seriam sujeitos que, ignorantes no campo da ciência moderna, teriam receio em avançar na evolução e prefeririam manter-se estagnados e, pior ainda, manter toda a sua sociedade

estagnada, impedindo que o moderno ali se instalasse. Seres rudes, ignorantes, teimosos, semi-selvagens... seres burros.

Sujeitos que, tal qual o Miquilina de Lino Gomes vinte e seis anos antes, não seriam capazes de entender o mundo moderno e o temeriam; sujeitos que, ante a modernidade, fugiriam assustados; sujeitos que tentavam barrar as forças civilizadoras de instalarem-se em Campina Grande; sujeitos que estariam impedindo Campina de tornar-se aquilo a que o destino e a natureza lhes haviam designado.

A visão sobre o outro, neste período histórico de Campina Grande, trata-o como esse ser ignorante, que não entende os “avanços” do mundo moderno. Entretanto, entre o rude Miquilina de Lino Gomes e os caboclos tostados de sol de José Peixoto, em 1909, e os burros de *A Batalha*, em 1935, vemos um pequeno deslocamento de olhar: em 1909, o alvo das críticas tecidas pelos letrados urbanos, o sujeito que geralmente está no papel de negar o moderno, é aquele que vem de localidades do Estado onde o mundo moderno ainda não se fez sentir, de cidades menores, menos povoadas, onde nenhuma “força civilizadora” chegou com seus berros impactantes. Este sujeito geralmente aparece nos jornais, independente de sua naturalidade, como sendo “o sertanejo”, “o caboclo”, “o homem rude”, aquele que não se adéqua às inovações do moderno, aquele cujo próprio corpo anti-moderno denuncia-lhe a “rudeza”, através de sua maneira de andar, de vestir, de comportar-se.

Já em 1935, os alvos das críticas são os próprios letrados locais, como cronistas e advogados, criticados também por não compreenderem o moderno, assim como criticavam os “caboclos tostados de sol” lá na primeira década do século XX. Neste período, entretanto, já observo as críticas direcionadas a tais letrados locais sendo provenientes de um grupo que, lá

em 1909 ainda não havia construído para si um lugar de poder institucionalizado, mas que, em 1935, ocupava lugares cada vez mais influentes em Campina Grande. Um grupo que vai lançar sobre esses letrados que se opõem aos seus projetos de modernidade olhar semelhante ao que os próprios letrados lançavam a Miquilina lá no início do século. Um grupo que vai selecionar os seus próprios Miquilinas a serem criticados por não aceitarem e adaptarem-se ao moderno: os médicos.

Analisarei, mais à frente, a formação desse lugar de influência que os médicos galgaram nas primeiras décadas do século XX na cidade de Campina Grande, verificando como o poder médico agiu sobre questões as mais diversas na construção de Campina como uma cidade moderna – da organização dos espaços urbanos à (in)gerência sobre/dos corpos.

Entretanto, antes que encerre este capítulo, preciso apontar para você, leitor, uma outra leitura desse embate do leite da qual até agora ainda não tratei. Uma leitura do combate pelo direito de ingestão do leite que escapa às redes discursivas que o construíram como elemento da modernidade meramente pela questão da inovação da técnica científica que incidiu sobre ele, bem como que fuja também à análise do leite pasteurizado como o elemento que propiciava o alongamento da vida e o afastamento da morte, pela purificação dos seres patogênicos em que nele havia. Proponho uma terceira via de significação, um exercício de descrição densa do evento, uma nova leitura que tome o embate do leite como questão simbólica da construção de Campina Grande como uma cidade moderna, civilizada, a partir da noção científica de modernidade a qual aqui exercito.

No momento em que analisei o decreto municipal estabelecendo que todo leite vendido em Campina Grande deveria ser pasteurizado e proibindo a venda de leite natural, disse

estar aí presente um elemento do moderno que era o uso da técnica científica para separar os microorganismos nocivos à saúde e, assim, garantir às pessoas uma qualidade melhor de vida. Bem como, analisei o lugar do próprio Estado ao inserir-se na alimentação do povo, legitimando-se no papel de garantir a vida e evitar a morte. Isto não deixa de representar a intenção de construção de um corpo moderno, conforme então analisado, mas há aí também uma outra possibilidade de leitura da presença dos ideais de modernidade que posso apontar.

Beber leite diretamente extraído da vaca, “natural”, era um hábito do homem do campo, do mundo rural, visto que era nas fazendas onde a pecuária se desenvolvia. No meio urbano, por outro lado, não deveria haver lugar para a criação de vacas que pudessem dar leite natural a quem o quisesse beber. A cidade não deveria ser lugar para a pecuária – isto estaria relegado ao campo, ao meio rural. Permitir a comercialização de leite natural na cidade era permitir que a criação de gado continuasse a ocorrer dentro do perímetro urbano, o que ia de encontro aos projetos de modernidade pretendidos pelas elites urbanas.

Uma cidade moderna deveria, portanto, livrar-se de aspectos rurais e aceitar o moderno. Esse moderno, para além das questões já discutidas, foi construído como associado ao mundo e às atividades urbanas, dentre elas, o comércio, a indústria e as atividades liberais, como a advocacia e a medicina. Por outro lado, o mundo rural foi construído no sentido inverso, como espaço das atividades ligadas à natureza e à terra, do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A cidade como lugar do progresso e da técnica científica, o campo como lugar do atraso: uma dicotomização produzida pelos discursos modernizantes.

Campina Grande, desta maneira, para se tornar uma cidade moderna, deveria expurgar do seu seio urbano todos os

elementos que a ligassem a um passado rural – mesmo que esse passado não estivesse assim tão distante, insistindo em incomodar o presente. E a proibição da venda de leite natural em seu território coadunava-se com este objetivo.

Assim, além de representar o que havia de mais moderno na técnica científica e proporcionar a eliminação dos elementos patogênicos que poderiam provocar doenças e morte, impedindo, desta maneira, a constituição de um corpo humano moderno, forte e saudável, a venda de leite pasteurizado e, mais propriamente, a proibição da venda de leite cru propiciavam também que esse produto fosse transportado com mais facilidade e segurança a grandes distâncias. Isso permitiria, portanto, que a pecuária se desenvolvesse fora do espaço urbano da cidade, visto que, se ocorresse dentro dela, dar-lhe-ia um aspecto rural, então ligado à imagem de atraso, dissonante com a pretensão de modernidade desejada pelas elites letradas.

Um dos aspectos mais fortes da modernidade em Campina Grande, desta maneira, consistiu em uma constante busca por produzir-lhe uma imagem de cidade contraposta à imagem de campo, tanto em seu aspecto urbano quanto em seu aspecto humano, de distanciar os elementos urbanos dos elementos rurais, a sociedade da natureza, o homem do animal, a ciência da superstição e do senso comum. O humano, por sua vez, mais moderno seria quanto mais distanciado e independente fosse da natureza, daí a leitura de que os “caboclos tostados de sol” da primeira década seriam inferiores ao homem da cidade, pois aqueles estariam ainda muito dependentes dos desígnios da natureza e não teriam alcançado ainda a maturidade moderna.

Assim, é na invenção de uma dicotomia que contrapõe cidade a campo e, desta maneira, o moderno, representativo

do progresso urbano, ao tradicional, representativo do atraso rural, que foi sendo produzida uma sensibilidade moderna na cidade de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX.

É esta leitura dicotômica da sociedade, estabelecendo a modernidade como espaço da presença dos elementos ligados ao urbano, e da tentativa de silenciamento dos aspectos rurais, que abordarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

Imagens do mato e da rua

– passagens da Campina rural à Campina urbana

“Caiu do ar? destacou-se da terra? não sei; sei que um vulto imenso, uma figura de mulher me apareceu então, fitando-me uns olhos rutilantes como o sol. Tudo nessa figura tinha a vastidão das formas selváticas, e tudo escapava à compreensão do olhar humano (...); ao cabo de algum tempo, que foi breve, perguntei quem era e como se chamava: curiosidade de delírio.

- Chama-me Natureza (...); sou tua mãe e tua inimiga. (...) Entendeste-me? (...)

- Não, respondi; nem quero entender-te; tu és absurda, tu és uma fábula. Estou sonhando, decerto, ou, se é verdade que enlouqueci, tu não passas de uma concepção de alienado, isto é, uma cousa vã, que a razão ausente não pode reger nem palpar”.

*Memórias Póstumas de Brás Cubas*¹

Epaminondas Câmara, ao descrever Campina Grande nas primeiras décadas depois de ter sido elevada à categoria de cidade, em 1864, constrói-a a partir da imagem de uma cidade

¹ ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 28 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 26-27 [Série Bom Livro].

simples: simples nos costumes e nas habitações de seus moradores, em suas festas, nas suas danças, nas músicas que aí eram executadas, nas brincadeiras, etc.²

Descreve, assim, um quadro urbano em que se pintavam, em sua grande maioria, casas de apenas um piso, teto baixo, parede de tijolos e “pintura bizarra”; calçadas de pedra comum ou de laje mal polida; sulcos lamacentos que obrigavam as pessoas a improvisar uma ponte de madeira para atravessarem; ruas com lamas de até meio palmo de espessura, que eram alastradas por toda a cidade devido ao movimento de pedestres e de animais, estes, responsáveis por comerem parte das folhas do matagal que revestia os vários espaços desocupados; as pessoas, por sua vez, eram devotadas à religião, respeitando, por exemplo, o rito da Igreja Católica durante a Semana Santa, sendo também extremamente supersticiosas, acreditando nas diversas histórias de fantasmas, mulas e lobisomem que eram contadas, contra as quais recorriam aos céus por ajuda.

Irenêo Joffily, por sua vez, assim se referiu à fisionomia da cidade, já no final da década de 1880:

é má a impressão de quem pela primeira vez visita Campina. Grandes espaços desocupados, ruas sem o alinhamento preciso, cheias de escavações, ocasionadas pelas águas pluviais, tal é a vista que se lhe oferece logo; com a única exceção da praça da Independência, que, com sua arborização e estabelecimentos comerciais, forma um verdadeiro contraste com as demais ruas e praças.³

² Cf. CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande** – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864). 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006, especialmente o tópico “Usos e Costumes”, à página 87.

³ JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977, pp. 390-392.

Câmara destaca que pelas ruas da nova cidade era maior o movimento de animais que o de pessoas. Durante a semana, viam-se apenas homens do comércio, artífices, trabalhadores do eito, escolares e outros. Quando os fazendeiros precisavam resolver alguma coisa na cidade, andavam por ela montados em cavalos. Nestes espaços, raramente viam-se mulheres. Já quanto aos animais, era freqüente o trânsito destes.

Era maior o movimento de animais que de pessoas. (...) Aqui e ali, tropas de burros encangalhados, bestas com cargas de farinha, rapaduras ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, bois puxando lentamente carros de algodão em rama, muares com cargas de lenha, burras de sela bem arreadas, cavalos baixeiros ou meeiros esquipando em parelhas, rua abaixo, rua acima, cobrindo tudo de pó; “derruba” de gado na rua do Seridó, cabras que davam leite às crianças, ovelhas dormindo no oitão da Matriz, porcos fuçando as sarjetas e se dando ao esporte de enlamear as calçadas e os batentes, perus e galinhas ciscando o local da feira à cata de grãos de milhos.⁴

Da Campina descrita por Epaminondas Câmara e por Irenêo Joffily para a Campina do início do século XX, não parece ter havido uma mudança muito radical nessa fisionomia urbana. Ao verificar os jornais do século XX, encontro ainda a presença constante dos animais perambulando pelas ruas, sejam acompanhados de humanos, servindo, por exemplo, como meios de transporte, sejam sozinhos, ajudando a “limpar” a cidade – especialmente quando o presidente do Estado demorava a visitá-la...⁵

⁴ CÂMARA, 2006, p. 87.

⁵ Confira duas notas veiculadas pelo periódico *O Campina Grande*, intituladas “Hygiene publica”, em duas edições consecutivas do jornal. Na primeira, denuncia-se que a limpeza pública urbana, que deveria estar

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, na pretensão de transformar Campina em uma cidade moderna, pretendeu-se fazer com que os animais desaparecessem das ruas da cidade, nas quais eles ainda habitavam e por onde ainda perambulavam constantemente, sozinhos ou conduzidos. Além de emporcalharem as ruas de Campina, maldizendo-a, assim, no tocante à higiene e à salubridade, para o forasteiro que a visitasse, os animais passaram a ser vistos também como um perigo para as pessoas que, vivendo então num espaço urbano, precisavam cada vez mais sair de suas casas e andar pela cidade para realizar seus afazeres cotidianos.

O início do século XX estabeleceu a emergência de uma nova cartografia urbana em Campina Grande: as ruas, até então espaços de circulação de animais e sociabilidade dos homens, passaram a pertencer aos automóveis a partir de sua introdução na cidade em 1914, que desfilavam pelas ruas representando a velocidade do mundo moderno; aos homens, restaram as margens das ruas, as calçadas. Os animais, por sua vez, não deveriam circular por nenhum dos dois espaços, já devidamente ocupados pelos carros e pelos pedestres. Deveriam, desta maneira, simplesmente deixar de ser vistos perambulando pela cidade, fosse em suas ruas, para que não colidissem com os

sob a supervisão de “médicos ilustrados”, em Campina está sob a execução de porcos “que passam o dia a limpar as ruas e a fossar as calçadas” (“Hygiene publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03). Já na nota seguinte, denuncia-se novamente o estado de “completa immundicie” em que se encontrava Campina Grande, afirmando, dentre outras coisas, que “os beccos Cardoso Vieira e Açougue causam nauseas a qualquer transeunte” e que as ruas só são limpas “quando alguém faz correr o boato de uma visita do governador do Estado”. Para o autor da nota, tal situação diz mal dos costumes dos campinenses, “dizimando a nossa população, nos pondo emfim fora do contacto progressivo e evolucionar, das cidades cultas” (“Hygiene publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p. 01).

automóveis, fosse em suas calçadas, a fim de evitar choques contra os humanos.

Na prática, entretanto, pedestres e animais continuavam se misturando pelas calçadas e também pelas ruas, dividindo-as com os automóveis, fugindo à normatização que pretendeu esquadrihar os espaços de circulação correspondentes a cada um. Essas violações à nova gramática espacial urbana geraram, não raramente, acidentes, colisões entre automóveis, humanos e animais, tais como os ocorridos contra uma criança de dez anos em frente à farmácia do Dr. Chatô⁶ e com o senhor Belizio Raposo⁷, ambos em 1909, bem como o atropelamento fatal do senhor Diogo Dias da Costa, escrivão de órfãos, em 1922⁸.

O perigo maior contra a pretensão de modernidade pretendida em Campina estava, por outro lado, justamente no caráter simbólico que isto representava: a mistura de pessoas e animais. O mundo moderno, calcado no uso da razão iluminista e na tentativa de separação dos opostos, pretendeu distanciar a racionalidade da irracionalidade, entendendo, com isto, que o homem, como ser racional, deveria gerir sua vida segundo

⁶A notícia, veiculada pelo jornal *O Campina Grande*, trata de uma criança que havia levado um coice de um cavalo quando passava em frente à Farmácia do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. "ANTE-HONTEM quando passava defronte a Pharmacia Azevedo, uma creança de 10 annos de idade, teve a infelicidade de ser alvejado pelas patas de um cavallo, que a estupidez destes matutos faz collocar até mesmo acima das calçadas./ A creança que prostrou-se longo tempo sem falla, já está salva" ("Da carteira do repórter". **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04).

⁷ Trata de um acidente ocorrido com o senhor Belizio Raposo, quase esmagado pelo bolieiro de uma carroça. "Atirados com estupidez os cavallos para o pobre homem, este cahiu por terra deitando sangue, emquanto a carroça seguia sua marcha de triumpho" ("A carroça cinzenta". **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03).

⁸ SILVA FILHO, 2005, p. 126.

este elemento, nunca se permitindo agir contra a razão, de maneira irracional, passional, emotiva. Quando movido por seus instintos ou suas paixões, e não pela razão, o homem estaria se reaproximando de seu passado selvagem, de sua fase não-racional, “pré-científica”, estaria ele caminhando contra o progresso, contra a civilização e a modernidade buscada.

Agir racionalmente foi o que permitiu ao homem construir a civilização e o mundo moderno, foi o que permitiu agir contra a natureza, dominá-la, colonizá-la, distanciar-se dos seres despossuídos de racionalidade. Agir irracionalmente, por outro lado, era o que levava o homem a regredir, a negar a civilização, a aproximar-se cada vez mais de seu passado distante, em que agia segundo instintos naturais; era o que levava, portanto, o homem a não se distanciar mais dos animais: aliás, era o que o fazia novamente comparável a um animal. Daí aqueles que praticavam atos nomeados pelos enunciados modernizantes como não-rationais, tais como os mendigos⁹, os loucos¹⁰,

⁹ Os jornais do período trazem denúncias de que mendigos espalhados pelas cidades, além de serem responsabilizados pela proliferação de doenças e pelo aspecto sujo e insalubre do ambiente urbano, ainda insultavam os cidadãos quando não conseguiam esmola dos mesmos (Cf. “A cidade e os mendigos”. *A União*, edição de 13/04/1934). Em 1931, uma comissão apoiada pelo então prefeito de Campina Grande, o Sr. Lafayette Cavalcante, tentou angariar fundos dos comerciantes a fim de coordenar um “socorro” aos mendigos, o que representava a construção de um espaço específico onde eles pudessem habitar, o que parece não ter surtido muito efeito (“Socorro aos mendigos”. *Brasil Novo*, edição de 01/04/1931). No mesmo ano, foi inaugurado, pela Sociedade Beneficente Deus e Caridade, o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo, à rua do Açude Velho (atual Paulo de Frontin), um asilo de recolhimento de mendigos e idosos desamparados (Para mais detalhes, cf. AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935.** Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006).

¹⁰ Como, por exemplo, Camillo, em 1909, Vicência, em 1934, e a “Rainha Joana”, provavelmente na década de 1940, três “loucos” de Campina Grande que as fontes pesquisadas nos apresentaram (Cf. AGRA, 2006;

os criminosos¹¹, etc., ou que de alguma maneira agiam contra alguns elementos do moderno, serem constantemente comparados a animais.

A animalidade consistia em um perigo constante nessa sociedade que se queria regida pela razão e não pelas pulsões corporais. As paixões humanas, segundo uma reportagem de 1909, escrita por José Peixoto, eram “vorazes como leões famintos” e tinham poder de ir “dominando o espírito humano, numa furia (...) de tudo perverter, aniquilando tudo”¹².

O leitor deve lembrar-se do senhor Peixoto. Trata-se do mesmo redator que qualificou o sertanejo como “caboclo tostado de sol” no primeiro capítulo deste livro. Pois bem, aqui,

a seção “Acto de caridade”, veiculada pelo jornal *O Campina Grande* em edições esporádicas entre fevereiro e maio de 1909; “O que vai pelo interior”. **A União**, edição de 09/09/1934; PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1958, pp. 155-162). Em 1931, o Brasil Novo conta-nos de três loucos que perambulavam pela cidade e que eram taxados pelas pessoas por nomes como, por exemplo, “macaca oca” (“Com vistas à polícia”. *Brasil Novo*, edição de 04/07/1931).

¹¹ Refiro-me, por exemplo, às ações de dois sujeitos que estupraram e levaram à morte uma menina de quinze anos na cidade de Itabaiana, em fevereiro de 1909, taxados pelo jornalista como “gorillas cruéis” por terem cometido tal ato demonstrativo de sua “selvageria primitiva”, sendo “indignos dos tempos em que vivem e do espaço que ocupam na Terra” (“A la minute”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 03); à ação de outro estuprador, desta vez atuando em Pombal contra uma menina de dez anos, considerado semelhante a “uma fera sanguinária” (“Pombal”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 03); a um tal José Teixeira do Carmo, que vivia amasiado com suas próprias filhas, em Uberaba, tratando-se de um sujeito de “bestial libidinagem” (“Redacção”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p. 03); aos agressores do jornalista Protásio Sá, armados de revólveres, que “querem fazer desta terra um burgo de selvagens e pôdres” e que seus atos assemelhavam-se aos de um “tigre na jaula” (“Aggredidos!!!”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01).

¹² “Ideas minhas”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 18, edição de 21/02/1909, p. 02.

posso recuperar ainda algumas metáforas usadas por ele para se referir ao mesmo sertanejo, ligando este ao mundo natural e animal, além do adjetivo “ser humano semi-selvagem”, o qual já analisei naquela oportunidade.

Na sua seção semanal publicada pelo jornal *O Campina Grande*, José Peixoto noticiou com alegria a chegada do inverno e, com isto, o retorno dos sertanejos – a quem chama de “filhos das montanhas” –, que estavam em Campina devido às intempéries do clima de suas regiões, para suas localidades de origem. Peixoto comparou-os, assim, a “aves de arribação” por terem migrado das “longiquas plagas sertanejas” para virem “buscar noutras paragens mais propicias o recurso que lhes fallecia alli”¹³.

A comparação do agir não-racional à animalidade é constantemente explorada pelos cronistas e redatores das primeiras décadas do século XX em Campina Grande. Sobre um tal sujeito da meteorologia, por exemplo, aparentemente por utilizar-se de diversos elementos poéticos para tratar de um assunto científico, diz-se nunca se ter visto tanta “asneira” de uma vez¹⁴; sobre a chegada de um tal “Club do Rasga” à cidade, que ficou aquartelado no antigo prédio da Mesa de Rendas, diz-se ser composto por uma troça de “macacos immundos e imoraes” tanto quanto os “arangotangos” que os comandam¹⁵; a Severiano Correia D’Araújo restam os qualificativos de “pedaço de asno”, “poltrão” e “abjecto animal”, devido a algumas rixas que estavam ocorrendo entre ele e os redatores de *O Campina Grande*, Protásio Sá e Gilberto Leite¹⁶; ao

¹³ “Ideas minhas VI”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 24, edição de 04/04/1909, p. 02.

¹⁴ “Dialogo”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 04.

¹⁵ “Troça de macacos”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 04.

¹⁶ “Carta Aberta – caso Severiano”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 22, edição de 21/03/1909, p. 04.

presenciar um grupo de bêbados à tardinha fazendo barulho numa praça, um sujeito, assinando como “um campinense”, diz ter se sentido transportado ao “muzeu zoológico do Rio de Janeiro”¹⁷. Não se esqueça, ainda, do senhor Arlindo Corrêa da Silva, o jornalista, um “asno” pelo discurso do Dr. Diógenes Miranda no embate sobre o leite em 1935...

A mistura, portanto, de humanos com animais, fosse física, quando dividiam os mesmos espaços de circulação, fosse simbólica, quando compartilhavam atitudes irracionais, era perigosa para as pretensões de construir Campina Grande como uma cidade moderna. Necessário, portanto, fazia-se destilar, purificar, separar racionalidade de irracionalidade – ainda mais quando a irracionalidade viesse justamente de quem se esperava a racionalidade – numa pretensão de isolar esses corpos para que não contaminassem o homem moderno.

Assim, para os animais, naturais ou “sociais”, currais com cercas: para os loucos, os asilos de alienados¹⁸; para os mendigos, os asilos de mendicidade¹⁹; para os criminosos, a prisão²⁰. Estes sujeitos, portanto, eram vistos como homens

¹⁷ “Alcoolismo”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 02.

¹⁸ Na Paraíba, o primeiro asilo de alienados foi construído na capital, a Parahyba do Norte, em 1928, o *Hospital de Alienados Juliano Moreira*. Antes dele, recorria-se à cidade do Recife, que já possuía o *Hospício de Visitação de Santa Isabel*, posteriormente, Hospício de Alienados da Tamarineira, atual Hospital Ulysses Pernambucano, desde 1864 (cf. MEDEIROS, Tácito. *Psiquiatria e Nordeste: um olhar sobre a história*. **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1516-44461999000300010&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 08 nov. 2005).

¹⁹ Sobre as tentativas de retirar os mendigos das ruas da Parahyba do Norte e de Campina Grande, cf. AGRA, 2006.

²⁰ Os criminosos, como sujeitos não movidos pela razão, são vistos como indignos de viverem numa sociedade que se queria pautada nas verdades científicas e, portanto, deveriam ser isolados dessa sociedade. Esse discurso pode ser encontrado, por exemplo, na notícia veiculada pelo

que haviam sido dominados pela irracionalidade, representada pela primazia de seus corpos sobre seus cérebros. Sujeitos que representavam a própria negação do projeto de civilização baseado no uso da razão pretendido para as cidades. Seres submetidos à natureza, vista como influência nociva, pois dita como contraposta à ciência.

Distanciar-se cada vez mais da natureza e da influência desta sobre o homem, portanto, era necessário para a Campina do início do século XX pretendida como cidade moderna. Esta tentativa de oposição radical entre civilização e natureza aparecerá tanto no olhar lançado aos elementos simbolizados por um e por outro – configurando-se, assim, na prevalência do olhar moderno que inventa a cidade como espaço da vida, da agitação, da velocidade e da ciência, e o campo como espaço da lentidão, do atraso e das superstições –, quanto em diversos outros setores da sociedade, da política partidária aos hábitos alimentares do povo.

A racionalidade e a ordem deveriam, assim, ser estabelecidas pela ciência em detrimento da irracionalidade e da desordem do mundo natural. Era necessário, portanto, fazer prevalecer o discurso da ciência, os elementos do moderno, e apagar os sinais que fossem ligados a elementos do atraso. Desta maneira, o mundo moderno estabeleceu essa dicotomia, elegendo como espaço de atuação, como lócus privilegiado, o urbano, a cidade, por representar o espaço de produção humana e científica, e elegendo, por outro lado, o rural, o campo, que representava a natureza da qual a ciência e o homem

jornal *O Campina Grande* quando da agressão de seu diretor, Protásio Sá, vítima de dois sujeitos armados de revólveres. “Depois que a ciência se difundiu pelos recantos mais afastados dos centros cultos, a valentia das esquinas longe de recomendar os homens na sociedade passou a ser o estigma denunciante de sua necessária expulsão” (Aggredidos!!!” . **O Campina Grande**, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01).

moderno precisariam se afastar, como espaço do atraso, do caos, do irracional.

Com a modernidade, portanto, relações entre homem e natureza que existiam há séculos foram paulatinamente sendo quebradas para dar lugar a outros vínculos, não mais com a natureza, mas com a artificialidade da ciência moderna. O mundo natural, desta maneira, foi se transformando em um estranho para o homem de ciência que parecia querer ignorar a própria existência de uma realidade fora do ambiente científico, de uma realidade não manipulável, de uma realidade espontânea²¹.

O mundo moderno foi, desta maneira, inventando categorias de operacionalização do cotidiano que não mais se ligassem ao meio natural. Assim, a dependência humana da luz natural, sua orientação temporal pela posição ocupada pelo Sol, o transporte por meio de carros a tração animal e o trabalho na agricultura foram sendo substituídos pela luz elétrica, pelo tempo abstrato medido pelo relógio, pelo transporte por trens e carros e pelo trabalho nas indústrias e no comércio, etc. Neste mesmo sentido, conforme analisarei no terceiro capítulo, as diversas tradições das medicinas populares, que estabeleciam uma necessária ligação entre os corpos doentes e os elementos da natureza, como plantas medicinais, chás, ervas, sangrias, etc., foram sendo substituídas pela medicina científica alopática, exercida em hospitais e clínicas e tendo por profilaxia e terapêutica a posologia de soluções químicas laboratorialmente produzidas segundo a ciência farmacológica.

²¹ Cf. LATOUR, Bruno. “Você acredita na realidade?” – notícias das trincheiras das Guerras na Ciência”. In: **A esperança de Pandora**. [trad. Gilson César Cardoso de Sousa] Bauru, SP: EDUSC, 2001, pp. 13-38 (Coleção Filosofia e Política).

Portanto, cidade e campo, urbano e rural, ciência e natureza: eis as dicotomias inventadas pela modernidade e que permearão a leitura da cidade de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX que farei neste capítulo. Em Campina, essa oposição aparece, no século XIX, sob a categorização antagônica de “rua” e “mato”.

Com efeito, ‘rua’ é qualquer aglomerado de casas onde periodicamente as pessoas se encontram com o objetivo de trocar suas mercadorias, ouvir as novidades ou, simplesmente, ‘prosar’. Por outro lado, o ‘mato’ é um espaço econômico de produção, consiste naquilo que se poderia denominar zona rural, como, aliás, o faz Epaminondas Câmara.²²

Na leitura de Rômulo de Araújo Lima, as categorias de “urbano” e “rural” não eram comumente usadas pelos nortistas para se referirem aos espaços ocupados por eles, mas referiam-se a tais espaços a partir dessa outra oposição, a de “rua” e “mato”, considerando que “‘rua’ nada mais era do que um aglomerado disforme de casas de taipa entregues aos aventureiros que nela pousavam”²³.

Epaminondas Câmara destaca, por sua vez, que a oposição entre “rua” e “mato” não se dava apenas territorialmente, mas implicava diretamente na construção de um olhar diferenciado sobre os moradores de cada um destes espaços.

Neste sentido, Câmara afirma que até por volta de 1860, a vila de Campina Grande consistia em um “agregado de casinhas mal construídas, de aspecto triste, habitadas por gente

²² LIMA, Rômulo de Araújo. “A burguesia comercial em Campina Grande”. **Grão**. Publicação do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB. Ano 1, n. 3, julho/agosto de 1985, p. 86.

²³ *Ibid.*, p. 86.

humilde e semi-analfabeta, com uma vida social rotineira, de bate-papos e cochichos, de muito jogo de azar e pouca instrução”²⁴. Essa “gente humilde e semi-analfabeta” que habitava a vila, por sua vez, era mal vista pelos moradores do “mato”, ou seja, os moradores das fazendas que freqüentavam a “rua” apenas em “casos de necessidade”²⁵.

A vila abandonada pelos fazendeiros, com moradores pobres e alguns “antigos” pouco radicais, era, antes de 1860, um desprezível ponto de intercessão que, na opinião dos homens do campo, servia apenas para se comprar algumas bugigangas e se ouvir, vez por outra, os ofícios divinos.²⁶

Os fazendeiros orgulhavam-se, assim, em morar no “mato”, segundo informa Câmara. Para moradia, era preferível a fazenda à vila. Para justificar esta afirmativa, o autor descreve o cotidiano de uma e de outra, traçando um quadro de inocência e pureza do mato e de sua gente, e desenhando um quadro de perda dos valores tradicionais da rua e de quem nela habitasse.

[No mato,] A abundância, a vida ao ar livre, o ingênuo primitivismo de certos costumes, as danças, os brinquedos de prendas, as novenas, as procissões, as pescarias, o queijo fresco, as apartações, a umbuzada, a cangicada, a coalhada, o requeijão, o mel de abelha, a panelada etc., etc., tudo se fazia num ambiente deleitável, num ambiente de pureza e de ternura, de simplicidade e de inocência.

E quem estivesse ali não se lembrava da vila, dos seus folguedos populares tão desorganizados, como os

²⁴ CÂMARA, 2006, p. 74.

²⁵ Ibid., p. 76.

²⁶ Ibid., p. 79.

debochados entrudos, as imundas cambindas, os apimentados pastoris, as rouquenhas lapinhas, as estúpidas cavalhadas, as descompassadas serenatas.²⁷

Epaminondas Câmara ratifica, portanto, na sua oposição “mato” e “rua”, um olhar já cristalizado e generalizado sobre o campo e a cidade, historicamente construído, conforme observado por Raymond Williams. Esse olhar lançado sobre o campo atribuiu-lhe uma “forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples”, enquanto à cidade atribuiu-se o lugar de “barulho, mundanidade e ambição”²⁸.

Assim, o autor contrapõe o “mato” à “rua” e, desta maneira, os moradores do mato – os fazendeiros, os “matutos” – aos moradores da rua – “cafajestes, ‘ponta-limpa’, mascates ‘pé de poeira’²⁹ –, tecendo uma análise segundo a qual o lugar de morada determinaria o comportamento e o caráter de cada um.

Essa oposição inventada por Câmara na sua construção de uma história de Campina Grande no final do século XIX, entre moradores da “rua” e moradores do “mato”, leva-o ainda a nomear aqueles que, por ele colocados nesses lugares, exerciam poder político naquela sociedade. Assim, nomeia os moradores do “mato” de “burguesia rural”, enquanto os moradores da “rua” de “burguesia urbana”. Essa divisão, segundo ele, leva em consideração vários fatores, como a profissão, o credo político e o espaço de moradia dos mesmos. A meu ver, entretanto, para Câmara nenhum desses fatores é tão preponderante para a classificação de um sujeito em um ou

²⁷ CÂMARA, 2006 p. 80.

²⁸ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura** [trad. Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11-12.

²⁹ CÂMARA, op. cit., p. 79.

outro grupo “burguesês” como aquele que diz respeito à tradição familiar do mesmo.

Ao classificar Campina e os seus moradores dessa maneira, esse autor constrói a cidade como uma sociedade praticamente encerrada em castas, sem possibilidade de locomoção de um grupo para outro. A ligação tradicional à terra, elemento determinante para a classificação de um sujeito em uma ou outra categoria, era possibilitada, por sua vez, pelo nome de família que cada um levava consigo. Assim, todo sujeito descendente de alguma família tradicional da região, filho de fazendeiros, mesmo que ele próprio não fosse dado à vida no “mato” e freqüentasse as faculdades já existentes em cidades maiores, como Recife, Rio de Janeiro ou Salvador, era enquadrado, nesta visão, na “burguesia rural”. Como exemplos destes, temos o coronel João Lourenço Porto, o bacharel Irenêo Joffily, os senhores Honorato da Costa Agra, João Tavares de Melo Cavalcanti, Pedro Américo de Almeida e o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo.

Por sua vez, mesmo que um sujeito já fosse morador de Campina há décadas e possuísse fazendas e grandes propriedades no “mato” – como os “coronéis” Alexandrino Cavalcanti, pernambucano que havia chegado a Campina na década de 1850, e Cristiano Lauritzen, “o gringo”, como era pejorativamente conhecido, dinamarquês morador de Campina Grande desde 1880 –, por não ser filho de uma “família tradicional”, ainda seria considerado como “burguesia urbana”.

O nome de família, portanto, é o elemento que determina a análise de Epaminondas Câmara da situação política e social de Campina nos últimos anos do século XIX. Tudo o mais eram conseqüências diretas dessa ligação familiar. As famílias antigas da região, assim, representavam a tradição, e esta tradição determinava necessariamente o espaço de moradia dos

sujeitos ligados a ela, bem como a atividade econômica, a atuação política e a vinculação partidária dos mesmos. A “burguesia rural”, assim, consistia em descendentes das famílias tradicionais, que deviam, desta maneira, ser fazendeiros moradores do “mato”, viver da agricultura e da pecuária e, quando atuando na política, ser filiados ao Partido Liberal. Por sua vez, a “burguesia urbana” era composta de pessoas não vinculadas às famílias antigas da região, devendo, assim, ser forasteiros que viviam do comércio de mercadorias na área urbana da cidade e filiados ao Partido Conservador³⁰.

Para além do mundo da política, esses sujeitos muitas vezes acabavam estabelecendo relações pessoais apenas entre os elementos de seu próprio grupo e evitando aqueles de fora. A atuação política daquele final de século, segundo descreve Evaldo Gonçalves, implicava diretamente no estabelecimento ou não de relações pessoais entre aqueles sujeitos. “Não era possível dissociar a ação política da pessoa que a exercitava. As fronteiras entre governo e oposição eram bem

³⁰ O autor chama atenção para essa postura aparentemente contraditória das elites campinenses, posto que aqueles sujeitos de famílias antigas, ligados diretamente à terra, assumiam uma atitude liberal, enquanto que os forasteiros que trabalhavam no comércio e não tinham vinculação com a terra, assumiam uma atitude conservadora (CÂMARA, 2006, p. 82). Trata-se, provavelmente, de mais uma adaptação de idéias estrangeiras às especificidades locais, onde ideologias acabam sendo apropriadas de maneiras as mais diversas possíveis, tomando pequenos recortes e fundamentando as posições políticas nestes extratos. Talvez em Campina os liberais fossem justamente os descendentes dos antigos fazendeiros, e não os forasteiros que trabalhavam no comércio, devido à defesa exacerbada dos privilégios da propriedade privada prevista pelo liberalismo político e econômico. Sendo assim, seguindo esta lógica, os descendentes das antigas famílias poderiam ter assumido essa postura liberal no intuito de defender os seus direitos de decidirem sobre os rumos da cidade baseando-se na tradição de suas famílias (Cf. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

delimitadas. Não se admitia a convivência pacífica dos contrários. Ou tudo, ou nada”³¹. Assim, adversários políticos tornavam-se também inimigos pessoais, e aliados políticos estreitavam laços na vida social e familiar. Isto foi o que aconteceu, por exemplo, entre os dois principais representantes do Partido Conservador em Campina: em 1883, Cristiano Lauritzen casou-se com uma das filhas de Alexandrino Cavalcanti, tornando-se, logo em seguida, sócio do estabelecimento comercial deste último, um armazém de nome “Casa Inglesa”. Do outro lado, no grupo das famílias tradicionais, o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo contraiu núpcias com a senhorita Amanda, sobrinha do coronel João Lourenço Porto; e, já no final do século XIX, o coronel Salvino Figueiredo, filho do capitão João Rodrigues de Souza Figueiredo, casou-se duas vezes com filhas de membros de seu Partido: na primeira, com uma filha do coronel Honorato da Costa Agra, e na segunda, com a filha do Dr. Bento Viana, Luiza Viana, relacionamento do qual nasceu o Sr. Argemiro Figueiredo³².

Câmara, desta maneira, constrói Campina Grande como um espaço habitado por esses dois grandes grupos estanques, opostos e rivais, política e socialmente. A leitura que ele realiza, entretanto, apesar de estar especificamente tratando da renovação urbana pela qual a Vila Nova da Rainha passou depois de ser elevada à categoria de cidade de Campina Grande, em 1864, é uma leitura que valoriza mais a vida e o morador do “mato” em detrimento da vida e do morador da “rua”.

³¹ GONÇALVES, Evaldo. “Affonso Campos e Campina Grande na Primeira República”. In: CAMPOS, Aluizio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990, p. 271.

³² CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1998, p. 78.

Estabelece, assim, que a visão sobre a vila era pejorativa até pelo menos a década de 1860, sendo o mato o espaço privilegiado de moradia e de observação dos “valores tradicionais”, enquanto a rua consistia apenas em espaço para trocas comerciais, administração política e subversão daqueles valores. Esta imagem sobre o espaço da rua, ainda conforme o autor, só iria mudar depois daquela década, quando a influência dos bacharéis que aí passaram a habitar paulatinamente foi mudando a “má impressão” da rua e, com cada vez mais forasteiros chegando para trabalhar no comércio – e alguns enveredando pela política –, os fazendeiros voltaram o olhar e os investimentos para Campina a fim de não perderem os lugares de poder que haviam aí construído ou herdado.

Assim, ao ler Epaminondas Câmara, entro em contato com uma Campina Grande que estava passando por modificações sociais, culturais e econômicas, mas que, apesar disto, esta “renovação urbana” não representou necessariamente o “progresso” rumo à civilização, tal como pretendido pelos discursos modernizantes. Isto porque este autor valora negativamente os impactos que tal renovação urbana teve sobre os hábitos e os costumes do povo de Campina Grande, como na música, nas danças, nas brincadeiras, etc. Assim afirma Câmara sobre os valores dos fazendeiros, a quem chama de “matutos”, sem a conotação pejorativa a que iria se ligar tal termo no século XX: “o matuto, em que pese a natural ojeriza às inovações dos centros mais civilizados, possuía qualidades de organização e compostura moral em grau mais acentuado que os moradores da ‘rua’”³³.

Desta maneira, ao estudar como a imagem do urbano foi sendo modificada ao longo das últimas décadas do século XIX, propiciando que, com o advento do século XX, a “rua” se

³³ CÂMARA, 2006, p. 80.

tornasse o primado da vida campinense, superando o campo em moradias e atividades econômicas, políticas e sociais, Câmara o faz dando especial destaque à ação dos fazendeiros que, influenciados pelos bacharéis, passaram a investir economicamente na cidade e propiciaram-lhe um aspecto renovado, possibilitando-lhe o desenvolvimento comercial e urbano. Ou seja, mesmo quando tratando da renovação urbana de Campina, Epaminondas Câmara atribui isto à ação do que ele chamou de “burguesia rural”.

A análise de Câmara, desta maneira, apóia-se na valorização do papel dos fazendeiros para a história de Campina Grande, propiciando uma vida “pura” no “mato” e depois sendo responsáveis pelo desenvolvimento de Campina como uma cidade. Apóia-se, assim, numa visão idealizada dos valores tradicionais, que ele considera serem o sangue, o vínculo familiar e a ligação com a terra. Apenas os fazendeiros teriam essa ligação, apenas eles estariam ligados histórica e consanguineamente a Campina Grande, poderiam se orgulhar por serem “descendentes dos Oliveira Lêdo”, enquanto os que ocupavam a rua seriam “gentinha”, “forasteiros”, “pés de poeira que nada tinham de que orgulhar-se senão a posse de um ponto comercial e algumas patacas guardadas lá no fundo do baú”³⁴.

A valorização da tradição que leio ao estabelecer contato com os escritos de Epaminondas Câmara é informada pelo próprio lugar que o autor ocupa na sociedade de Campina Grande. Nascido em Esperança, em 1900, formou-se técnico em Contabilidade, vindo morar em Campina em 1920 ou 1921. Trabalhou no escritório de um tal senhor Joaquim Azevedo e, logo depois, com o Sr. Virgílio Maracajá, na firma compradora de algodão deste, até o ano de 1929, quando ingressou no Banco Auxiliar do Povo, onde trabalhou até 1940. Cristino

³⁴ LIMA, 1985, p. 88.

Pimentel informa que “saiu do Banco Auxiliar do Povo com diminutas economias, quando reconheceu que a velhice lhe ameaçava os calcanhares sem nenhuma garantia para os dias futuros”³⁵. Sua primeira contribuição para a história de Campina Grande, *Os Alicerces de Campina Grande*, data de 1943, portanto, quando já estava sem trabalhar e com poucos recursos monetários.

Essa situação de pobreza financeira pela qual Câmara deveria estar passando, quando o leio por Cristino Pimentel, deve tê-lo levado à decisão de escrever sobre a história de Campina Grande, sobre a qual já vinha lendo desde há tempos. Nisto, construiu uma história da cidade buscando um tempo anterior de um passado glorioso, estabelecendo um lugar para si próprio, um lugar que, na década de 1940, quando produzia tal narrativa, ele não mais ocupava. Este lugar, esta época de ouro consistia nas primeiras décadas pós-municipalização, décadas em que as elites agrárias ainda detinham em suas mãos o poder sobre a cidade. Assim, Câmara foi ao passado para construir uma vida que se dava nas fazendas, no “mato”, de maneira “pura”, “inocente”, de “compostura moral mais elevada” do que na “rua”. E, desta maneira, buscou também, através da formulação dos dois grupos estanques com os quais trabalha, “burguesia rural” e “burguesia urbana”, a retomada de um lugar para si próprio na história de Campina.

Ao inventar e contrapor esses grupos com base na tradição familiar, enfatizando que a vida rural se dava de maneira “pura” e que a cidade só veio a se urbanizar devido às ações dos fazendeiros estimulados pelos bacharéis – estes, geralmente, filhos daqueles, pois eram os fazendeiros que tinham condições financeiras para enviar os seus filhos às faculdades das outras províncias –, Câmara estabelece um lugar para si próprio, uma

³⁵ PIMENTEL, 2001, p. 39.

história que o coloca como herdeiro dessa tradição familiar das elites agrárias que seriam as verdadeiras propiciadoras do desenvolvimento de Campina, desde a sua fundação até a sua urbanização.

Isto porque Câmara era filho de Horácio de Arruda Câmara e Idalgina Sobreira Câmara, descendente da família Arruda Câmara, que assentara moradia na Parahyba há algumas gerações. Traçando um rápido perfil genealógico, alcancei o nome do Capitão-Mor Francisco Arruda Câmara, que viveu na província paraibana no século XVIII. Sobre ele, não obtive muitas informações, sabendo apenas que foi o pai do senhor Arruda Câmara. Este, por sua vez, tendo nascido em 1752, em Pombal, e falecido em 1812, estudou em Portugal e na França, fixando residência na província pernambucana onde passou a exercer as artes médicas, especialmente estudando a botânica, o que levou o cientista Saint-Hilaire a batizar uma planta com o seu nome – arruda, uma planta altamente tóxica, abortiva, que causa hemorragias internas, confusão mental, convulsões e dores violentas do intestino.

Encontro ainda referências, já no final do século XIX, a dois sujeitos de nome Eufrásio Câmara, pai e filho, descendentes daquele Capitão-Mor do século XVIII. O pai foi senhor de engenho da Serra das Cabaças, com propriedades em Cajá, Sapé e Mulungu, tendo sido assassinado em Ingá no ano de 1877. O filho herdou do pai o *status* de fazendeiro, tornando-se também coronel da política. Casou-se com Maria América, filha do professor Clementino Procópio e irmã de Severino Procópio. E parece também ter herdado em seu sangue os atributos da planta que leva seu nome, tendo assassinado a tiros, na véspera de Natal, em Matinhas, no ano de 1892, o então presidente do Concelho de Intendência de Campina Grande, José André Pereira de Albuquerque, cunhado de João Lourenço Porto, chefe do Partido Liberal campinense. Apesar

de não conseguir localizar nenhum processo criminal em que o Sr. Eufrásio Câmara, o filho, tenha respondido judicialmente por este ato, parece-me que seu crime não ficou impune, tendo ele respondido pelo assassinato pouco mais de três décadas depois, em 1925, pelas vias da autotutela, quando, também em Matinhas, foi morto por Afonso André, provavelmente filho do Sr. José André, “por vingança”³⁶.

Epaminondas Câmara, portanto, ligava-se a uma família cuja ocupação no território paraibano remete-se pelo menos até o século XVIII. Desta maneira, ao inventar as duas categorias de burguesia, a “rural” e a “urbana”, elegendo como elemento caracterizador mais importante o sangüíneo, e não a posse de terras, o trabalho no comércio ou o espaço de moradia, o autor encerra, assim, em cada grupo desses, determinadas famílias que passariam aos seus herdeiros – e apenas a eles – o *status* de famílias tradicionais, históricas, lugar que não poderia ser ocupado por qualquer outro sujeito que não viesse do seio desses grupos. É por isso que os conceitos de “burguesia rural” e “burguesia urbana” aparecem em Câmara tais como castas, sem possibilidades de locomoção de uma a outra por sujeitos que adquirissem terras e virassem “coronéis” na região, como Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen, que aparecem na obra de Câmara sempre ligados às elites “urbanas”³⁷.

Esse autor, entretanto, abre uma exceção à determinação pelo fator sangüíneo, colocando um sujeito de família tradicional vinculado ao Partido Conservador devido ao “credo político”. Mas mesmo isto faz de maneira interessada. Trata-se do Sr.

³⁶ Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996; CÂMARA, 1998; “Arruda”. **O portal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/arruda.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2008

³⁷ Oswaldo Melo, por exemplo, lança um outro olhar sobre a mesma sociedade, elegendo a posse de grandes propriedades rurais e o tempo

Manoel de Arruda Câmara que, apesar de pertencer à família Arruda Câmara, a mesma do autor, é citado por Epaminondas como pertencente à elite social conservadora³⁸. Agindo assim, ele produz a história de Campina como a história de sua própria família, estabelecendo antepassados seus em todos os grupos que construíram a cidade e que de sua história fizeram parte, legitimando, desta maneira, o seu lugar e o seu papel como o “pai da história campinense”.

Dum e doutro grupo, porque a ambos pertenço, sinto-me à vontade para falar do modo insuspeito, com inteiro conhecimento de causa. Não sou campinense e, ao mesmo tempo, pertenço à família Oliveira Lêdo, precisamente a mais antiga e a mais característica de quantas povoaram Campina e seu vasto município. Dos nomes citados no título Elite Social (...) incluí propositalmente dois dos meus bisavós, um em cada partido, segundo seus credos políticos. Quis desta maneira reservar-me de qualquer malquerença gratuita.³⁹

E é por essa relação com a tradição da família Arruda Câmara em território paraibano que Epaminondas Câmara constrói uma história de Campina Grande que é uma história que valoriza mais as ações das elites rurais, legitimando, desta maneira, o lugar de sua família nessa narrativa, e seu próprio lugar como herdeiro de um grupo familiar tradicional da localidade. E é desta leitura que a historiografia local se serve ainda hoje para analisar as relações políticas das primeiras

de moradia na localidade como elementos caracterizadores dessa tradição, enunciando, assim, o coronel Alexandrino Cavalcanti como pertencente a uma família tradicional (MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. “Trajetória jurídico-política”. In: CAMPOS, 1990, p. 140-141).

³⁸ CÂMARA, 2006, p. 82.

³⁹ Ibid., p. 15.

décadas republicanas, colocando essas elites agrárias, ligadas ao Partido Liberal, à frente do poder na maior parte do período.

Assim, dá também a ler a disputa política local sendo travada entre membros de famílias tradicionais da região, ligados à terra e ao mundo rural, e forasteiros, novos sujeitos que apareciam na sociedade para atuar no comércio e adentravam na política, seara até então comandada exclusivamente por aquelas famílias tradicionais. O “novo”, desta maneira, aparecia tentando suplantar o “antigo” ou “tradicional”. O “novo” já se fazia representar pelo mundo urbano, enquanto ao “velho” restava o mundo rural. Os discursos modernizantes que privilegiavam, assim, a “rua” em detrimento do “mato”, já circulavam na cidade, mesmo que ainda de maneira dispersa, e vinculavam os sujeitos moradores desses espaços a essa mesma carga de atributos.

A historiografia campinense, assim, afirma que no início do século XX os mais altos cargos administrativos da cidade⁴⁰ estavam ocupados por membros do Partido Republicano, que, em Campina, consistia nos antigos membros do Partido Liberal, ou seja, as elites ligadas às fazendas, de famílias tradicionais na Parahyba e que não trabalhavam no comércio urbano⁴¹.

⁴⁰ Até 1895, as funções executivas da cidade eram exercidas pelo “Concelho Municipal” ou “Concelho de Intendência”. Foi apenas por meio da Lei Estadual n. 27, de 2 de março de 1895, que foi instituído o cargo de Prefeito Municipal, que era nomeado pelo Presidente do Estado. Até o final da década de 1880, os liberais, comandados por João Lourenço Porto, estavam no poder, presidindo o Concelho de Intendência. Com o golpe republicano, ascendeu ao poder estadual o Sr. Venâncio Neiva, Conservador, que nomeou o Sr. Cristiano Lauritzen como presidente do Concelho de Intendência em 1890. A deposição de Neiva, em 23 de novembro de 1891, e a ascensão do liberal Álvaro Machado, fez com que os liberais campinenses, liderados por João Lourenço Porto, depusessem também o Sr. Lauritzen, retornando as elites agrárias ao poder municipal.

⁴¹ O cenário político paraibano havia se modificado no ano de 1892, quando, na capital, a Parahyba do Norte, foram organizados dois partidos políticos, o Autonomista, sob o comando do antigo presidente Venâncio

Alternavam-se, assim, à frente das instituições político-administrativas, membros das antigas famílias de fazendeiros de Campina, como Honorato da Costa Agra⁴², João Lourenço Porto e Francisco Camilo de Araújo, este último, que veio a ser o primeiro prefeito da cidade⁴³.

E, apesar da “renovação urbana” pela qual Câmara afirma ter passado Campina Grande depois da municipalização, a leitura de Irenêo Joffily, conforme já visto, ainda desenha uma cidade repleta de animais, sem o mínimo de infra-estrutura, com moradias precárias, não muito diferente do que a

Neiva, e o Republicano, do então governador Álvaro Lopes Machado. Enquanto na capital antigos liberais e conservadores misturaram-se indistintamente entre os dois partidos, a historiografia local coloca que os conservadores campinenses aderiram ao Autonomista, também chamados de venancistas, enquanto os liberais, ao Republicano, passando a serem chamados de alvaristas. A divisão, entretanto, continuou em nível local. De um lado, em Campina, ficaram os Autonomistas, liderados por Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen. De outro, os Republicanos, sob o comando de João Lourenço Porto, Irenêo Joffily e Dr. Chatô (Cf. CÂMARA, 1998; GURJÃO, Eliete de Queiróz. “Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova”. In: GURJÃO, Eliete de Queiróz et al. **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000, pp. 29-57; SILVA FILHO, 2005).

⁴² Pertencente a outra família tradicional da Parahyba, Honorato da Costa Agra, nascido em 1816, era filho do capitão Francisco de Alencar Costa Agra – este, por sua vez, filho do Sr. José da Costa Agra – e da senhora Rita Maria da Conceição Viana Agra – esta, filha do Capitão-Mor Bento Viana. Foi grande proprietário de terras, deixando quarenta e quatro fazendas em Campina Grande, Ingá e Soledade, na Parahyba, e em Jardim, no Rio Grande do Norte, além de imensa criação de gado e várias casas em Campina. Faleceu por volta de um mês depois de ausentar-se do cargo de presidente do Concelho, em 23 de julho de 1893 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996).

⁴³ Ambos, Francisco Camilo e João Lourenço, eram descendentes de Teodósio de Oliveira Lêdo, tido como principal responsável pela ocupação da região onde Campina havia sido aldeada, no século XVII.

construída por Epaminondas Câmara referente aos anos pós-1864.

Historiografia e memória locais, porém, atribuem às primeiras décadas do século XX o que passarei agora a chamar de *primeiro movimento de intensificação da modernização da cidade*⁴⁴, a partir da adoção de alguns elementos produzidos como signos da vida moderna, fossem eles materiais – tais quais as maquinarias de conforto –, fossem imateriais, como atitudes de modernidade – tais quais a busca pela destilação dos elementos, pela maioria do homem e a adoção da ciência e da razão. Assim, jornais, historiografia e registros de memórias locais insistentemente enunciam que o crescimento de Campina Grande e a sua “modernização” concretizaram-se de maneira mais efetiva na primeira década do século XX, especialmente a partir do ano de 1907, data da chegada do trem de ferro à cidade.

Tal documentação afirma que a chegada do trem propiciou a intensificação do comércio do algodão, principal produto econômico de exportação da cidade à época, mas também a instalação das primeiras indústrias locais, bem como a intensificação da migração de pessoas vindas de outras localidades, seduzidas pelas oportunidades que o crescimento urbano de Campina propiciava. A historiografia registra, em

⁴⁴ Por “primeiro movimento de intensificação da modernização”, ou “primeira modernização” de Campina Grande entendo os anos entre 1904, com a ascensão de Lauritzen, e 1935, com a ascensão de Vergniaud Wanderley, quando teve início o “segundo movimento de intensificação de modernização”. Ambos foram construídos na história e memória locais como políticos empenhados na modernização da cidade, entretanto, enquanto Lauritzen representava grupos políticos ligados ao comércio urbano, Wanderley ligava-se a uma tradição familiar e rural do século XIX, cujo pai, Vigolvino Wanderley, chegara a Campina para trabalhar no comércio de gado, economia vinculada às antigas famílias rurais da localidade.

termos de crescimento quantitativo, que em 1907 havia aí cerca de 731 casas, elevando-se, em 1913, ao número de 1.216 e, em 1918, a 1.841⁴⁵.

Josemir Camilo afirma que a chegada da locomotiva propiciou à cidade o desenvolvimento de atividades “propriamente urbanas”, como os setores industrial, social e cultural, sendo influenciada e também passando a influenciar cada vez mais as cidades com que mantinha contatos.

Com o trem de ferro, começava a primeira fase de indústrias, como as de transformação e beneficiamento de produtos como as prensas hidráulicas e as fábricas têxteis, de tecido, de fios e estopas; e outras fábricas de bens de consumo doméstico (sabão, camas, facas, móveis em geral e utensílios). No ramo das alimentícias há que acrescentar a de óleos comestíveis e as de bebida e as de café, bem como padarias e as já tradicionais casas de farinha. Multiplicam-se as manufaturas e oficinas mecânicas, e ateliês de funilaria, calçados e artesanatos. Também foi importante o ramo manufatureiro das olarias tradicionais. Se não era propriamente uma industrialização no sentido estrito da palavra, as prensas possuíam a técnica de transformar o produto bruto em produto pronto para a indústria têxtil, de fiação e aniagem, além de efetuar a separação de grãos para a indústria de óleo comestível e para subprodutos como ração animal. (...)

⁴⁵ GURJÃO, Eliete de Queiroz et al. **O bairro de José Pinheiro: ontem e hoje.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, 1999, p. 17. Apesar de registrar o número de 731 casas no ano de 1907, a própria autora cita em seu texto que William Tejo, memorialista e historiador local, refere-se a apenas 600 casas existentes no mesmo ano. Os primeiros números são extraídos da obra de Epaminondas Câmara (Cf. CÂMARA, 1988).

Outro setor que se beneficiou do trem foi o cultural. Na primeira década do século XX, Campina tinha 3 jornais. Mas, a partir da chegada do trem, Campina Grande viu surgir grande número de jornais, estabeleceram-se casas de cinema, cassino, teatro e rádio, bandas de músicas modernas (Jazz, de Capiba, por exemplo), aumentou a migração cultural e intelectual no sentido muito mais de Recife-Campina que vice-versa e a cidade tomou feições urbanísticas modernas.⁴⁶

Esse acontecimento, entretanto, cristalizado na memória e na história da cidade, por si só não se apresenta como um evento marcante para a história da modernidade de Campina Grande. Sob minha óptica, mais pertinente não é analisar o acontecimento em si, mas os fios, as redes discursivas que inventaram tal evento, que construíram no imaginário das pessoas daquele período, bem como na e para a memória, e na e para a história da cidade, a chegada do trem como elemento anunciador do progresso de Campina Grande.

Com este propósito, lanço um outro olhar sobre esta primeira modernização de Campina, deslocando o meu foco do evento que foi construído como símbolo tradicional dela, a chegada da locomotiva, e retornando três anos, a 1904, analisando o caráter simbólico da ascensão ao poder municipal daquele que foi produzido como o “grande benfeitor da cidade” e o “responsável pela entrada de Campina nos trilhos do progresso” pelos mesmos discursos que inventaram o evento de 1907: Cristiano Lauritzen.

Cristiano Lauritzen assumiu a prefeitura de Campina Grande em 14 de novembro de 1904 e estabeleceu a mais

⁴⁶ MELO, Josemir Camilo de. “O trem e o crescimento de Campina Grande”. In: OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007, pp. 21 e 26.

longa gestão que a cidade conheceu até hoje, tendo saído de lá apenas quando a morte o ceifou, em 18 de novembro de 1923. Em dezenove anos à frente do executivo municipal, Lauritzen vinculou seu nome a um primeiro movimento de modernização da cidade, de entrada nos “trilhos do progresso”, sendo considerado pela historiografia e pela memória locais como o principal responsável pela chegada do trem de ferro a Campina Grande, em 1907, evento exaltado por muitos – contemporâneos a ele, como José Peixoto, Lino Gomes, Themistocles Nóbrega, ou mais recentes, como Ronaldo Dinoá, Josemir Camilo, Gervácio Aranha, dentre outros – como inaugurador do moderno na cidade.

Segundo estes discursos, foi apenas com os esforços pessoais de vários anos que “o gringo” conseguiu fazer com que o trem se instalasse em Campina, algo que já havia sido tentado incessantemente tanto por Irenêo Joffily, desde a década de 1870, através de *O Mercantil*, mas também através do seu próprio jornal *A Gazeta do Sertão*, na década de 1880, quanto por Antonio Sinfrônio Rodrigues Luna, em 1884, ambos ligados ao Partido Liberal⁴⁷, sem, entretanto, lograrem sucesso.

Elpídio de Almeida assim descreve a ação de Lauritzen no prolongamento da estrada de ferro:

Mas o batalhador incansável do prolongamento, o lutador que tomou o caso como coisa sua, que não parou nem desanimou, que gastou tempo e dinheiro, foi inquestionavelmente Cristiano Lauritzen. Por duas vezes viajou ao Rio de Janeiro, à sua custa, expressamente para tratar do assunto. A primeira em 1890, quando estava à frente do govêrno municipal, como presidente do Conselho de Intendência.⁴⁸

⁴⁷ ALMEIDA, 1962, p. 342.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 343.

Destituído, entretanto, do cargo quando da deposição de Venâncio Neiva em âmbito estadual e da ascensão dos liberais novamente ao poder no município, no final de 1891, o projeto não foi levado adiante, sendo apenas retomado anos mais tarde.

Não desanimou Cristiano Lauritzen, nem abando-nou a sua idéia, uma idéia fixa. Ficou aguardando oportunidade. Ressurgiu essa em 1903 (...) Resolveu fazer nôvo sacrificio, nova viagem ao Rio de Janeiro, a expensas suas, dessa vez sem posição política, em oposição ao govêrno do Estado e do município.⁴⁹

Artur Aquiles, por sua vez, por meio do jornal *O Comércio*, também exaltou Cristiano, ligando-o ao progresso urbano propiciado pelo trem, afirmando que, “com o acendrado amor que vota a sua pátria adotiva, está fazendo muito mais pela Paraíba, pelo seu futuro e pelo futuro das populações do interior, do que a nossa representação e do que o nosso governo”⁵⁰. Ronaldo Dinoá refere-se a ele como “o grande artífice da vinda do trem para Campina Grande”⁵¹.

Cristiano Lauritzen foi um sonhador. Realizou seu sonho, tornou-o realidade. Não partiu com ele, deixou-nos para nosso crescimento. Desfizemos esse sonho, trocamos a ferrovia pela rodovia, o trem pelo automóvel, mas sua lembrança ficou marcada de forma indelével na memória e no coração dos campinenses. Sua fibra, sua tenacidade, seu ideal de progresso, permanecem para sempre na fleugma da cidade, como exemplos da persistência e da vontade política que devem guiar os governadores em favor de nossa gente.⁵²

⁴⁹ ALMEIDA, 1962, p. 346.

⁵⁰ *Apud* OLIVEIRA et RODRIGUES, 2007, p. 53.

⁵¹ DINOÁ, 1993, p. 23 (vol. 2).

⁵² SOUSA *In*: OLIVEIRA et RODRIGUES, op. cit., p. 56-57.

Assim, a chegada do trem é produzida na memória e história locais como estando diretamente relacionada à figura de Cristiano Lauritzen e sua ascensão ao poder municipal em 1904, e estes acontecimentos são enredados, articulados, entrelaçados discursivamente e inventados como inauguradores da modernização de Campina Grande por serem a eles atribuídos vários elementos ligados ao pensamento dicotômico moderno, como as oposições civilização *versus* natureza, cidade *versus* campo, moderno *versus* tradição.

A cidade, o mundo urbano, assim, aparece como espaço da hegemonia do novo sobre o antigo, das rápidas mudanças e da supremacia do moderno no tocante a vários aspectos da vida social, cultural e econômica. Por outro lado, o campo é inventado, opostamente, como espaço da prevalência dos valores ditados pela tradição, da permanência de determinadas estruturas relativas àqueles aspectos da vida, da lenta temporalidade, da quase imutabilidade.

Desta maneira, memória e historiografia locais imbricaram discursivamente a velocidade da locomotiva à rapidez das mudanças do mundo moderno, atribuindo tais elementos ao urbano, elegendo-o como espaço privilegiado onde a vida moderna poderia ocorrer. E estabeleceram ainda uma relação muito próxima entre esse momento de modernização e modernidade da cidade e o nome de uma pessoa, um político local que aquela memória e historiografia produziram como sendo o maior responsável pela chegada do trem a Campina Grande. Segundo tais fontes, sem os “grandes esforços” desse “grande benfeitor”, que conseguiu realizar um desejo que era “de toda a cidade” e que alguns já haviam tentado sem sucesso, Campina amargaria mais vários anos no “atraso”, vários anos ainda surda para os berros da locomotiva, tal qual as paragens “semi-selvagens” citadas por José Peixoto. Produziu-se, assim,

a figura de Cristiano Lauritzen como esse “grande homem”, esse “benfeitor”, responsável pela modernização de Campina Grande iniciada com a chegada da locomotiva. E ele é produzido, ainda, justamente como alguém vinculado à cidade e às atividades urbanas, um representante do “novo”, destituído de elementos da tradição – política, econômica e cultural – que então se queriam superados pelo moderno.

Desta maneira, inventa-se a modernização de Campina Grande no início do século não só como atrelada ao advento da maquinaria ferroviária em 1907, mas à própria figura de Cristiano Lauritzen, especialmente quando ascendeu ao poder municipal em 1904. A modernidade, então, esteve ligada ao advento do novo em contraposição à tradição, e Lauritzen, nesse contexto, representava o novo na política. Quando o lemos por meio da historiografia local que em muito atualizou as noções de elites rurais e urbanas por meio da literatura de Epaminondas Câmara, relacionamos esse momento de modernização como estando atrelado à ascensão de Lauritzen, ascensão, esta, que não representava unicamente a tomada do exercício do poder das instituições políticas nas mãos de uma pessoa, mas a passagem desse exercício do poder para um novo grupo, o grupo das elites urbanas comerciais, sem tradições familiares na localidade⁵³.

Representa, então, a ascensão de Cristiano Lauritzen, em 1904, um evento que desloca o poder político em Campina Grande, saindo das mãos dos fazendeiros de longa tradição

⁵³ Após a morte de Cristiano Lauritzen, sucederam-se no poder o Sr. Jovino de Souza do Ó (1923-1924), em caráter temporário; o Sr. Ernani Lauritzen (1924-1928), filho de Cristino; e Lafayette Cavalcanti Correia de Melo (1928-1932), todos ligados às atividades comerciais e liberais urbanas, bem como membros da Loja Maçônica Regeneração Campinense, sendo Jovino do Ó e Ernani Lauritzen fundadores da mesma (DINOÁ, 1993, p. 179, vol. 1), à qual pertencia também o Dr. Arlindo Corrêa, como será visto no próximo capítulo.

familiar e vinculação econômica com a terra para as mãos dos comerciantes e “forasteiros” da região. A tradição *versus* o novo. Implica também na prevalência do novo espaço de moradia e atuação dos homens, deslocado do campo, do “mato”, para a cidade, a “rua”, e isto simbolizado pela ascensão política desses grupos que se ligavam ao urbano, lócus privilegiado pelos discursos modernizantes⁵⁴.

Assim, é com a hegemonia das questões urbanas em Campina Grande, em detrimento das questões rurais – como espaço de moradia, atividades econômicas, grupos políticos, etc. –, ou seja, pela pretensão de superar-se o campo e, desta maneira, os elementos vinculados à natureza, numa tentativa de fazer prevalecer a cidade e a racionalidade científica, que esse momento de modernização de Campina vai ser produzido.

Mas os discursos modernizantes, no tocante à defesa que faziam da superação do campo pela cidade, ou melhor, da natureza pela cultura, ainda encontraram certa resistência em Campina Grande, mesmo depois da ascensão das elites urbanas e do advento do trem como elemento simbólico da velocidade do mundo moderno. Pela voz de alguns grupos

⁵⁴ Não que alguns elementos da modernidade não circulassem na cidade antes do “gringo” subir ao executivo. Alguns já estavam presentes em discursos de sujeitos até mesmo ligados às origens rurais, como era o caso de Irenêo Joffily que, através do seu jornal *A Gazeta do Sertão*, do final da década de 1880 e início de 1890, já defendia a necessidade do asseio e nivelamento das ruas, do cuidado com a higiene, da arborização de praças e ruas, etc. (“A cidade de Campina Grande I”. **A Gazeta do Sertão**, edição de 01/03/1889 e “A cidade de Campina Grande II”. **A Gazeta do Sertão**, edição de 08/03/1889). Mas com a passagem do poder das elites rurais para as elites urbanas, simbolizada pelos dezenove anos de gestão de Cristiano Lauritzen à frente do executivo municipal e pelos prefeitos que o sucederam, que o moderno encontrou terreno propício para circulação e consolidação na cidade, pois o ideal da modernidade estava intimamente relacionado com a ascensão das elites urbanas nas cidades onde era dado a ser visto e vivido.

letrados, a vida bucólica e as relações estabelecidas com o mundo natural encontraram fôlego numa sociedade em que a superação da natureza era um discurso que se impunha na pretensão de tornar-se hegemônico.

Na Campina Grande de 1909, pouco mais de um ano depois do advento do trem e cinco anos depois da ascensão de Lauritzen, a natureza e os elementos vinculados a ela aparecem de maneira muito forte nos discursos de alguns letrados locais. Aparecem, entretanto, especialmente enquanto estratégia literária, enquanto espaços nos quais são ambientadas as poesias produzidas por esses letrados que trabalham na imprensa de Campina Grande. A natureza é, assim, apropriada poeticamente por esses letrados que, lançando um olhar sobre ela, tomados por um devir romântico, constroem em suas poesias cenários de pureza, leveza e beleza nos quais a dramaticidade da narrativa ocorre, no qual é idealizado um amor, um sonho, uma divagação, uma sensação, um instante, etc.⁵⁵

Uma leitura cuidadosa das edições do jornal *O Campina Grande – Orgam Litterario e Noticioso*, possibilita entrar em contato com esse olhar romantizado que um grupo de letrados locais enunciava em seus textos. E ainda mais: é por meio deste periódico que consigo ler o embate travado entre diferentes olhares sobre a natureza na primeira década do século XX em Campina Grande, embate este que iria propiciar a passagem de um olhar informado por uma sensibilidade romântica para um olhar informado por uma sensibilidade moderna.

⁵⁵ Chamo de “olhar romântico” essa leitura contemplativa lançada sobre a natureza e os elementos vinculados a ela segundo uma sensibilidade que informa a leitura do mundo natural como espaço da pureza, da inocência e da beleza. O Romantismo como tendência literária é identificado como a maneira predominante de produzir poesias e prosas no Brasil no período

Olhares sobre a natureza produzidos em (O) *Campina Grande*

O jornal semanal *O Campina Grande – Orgam Litterario e Noticioso*, dirigido por Protásio Sá e Gilberto Leite, e tendo como principais redatores Antonio Sá, Virgílio Maracajá e J. Cavalcante, teve sua primeira edição publicada no dia 24 de janeiro de 1909, dando continuidade à enumeração do título anterior, *O 15 de Novembro*, fundado por Severiano Correia D’Araújo, no ano anterior, e dirigido por ele e Protásio Sá.

Enquanto *O 15 de Novembro* se preocupava mais com questões de educação e instrução, devido à estreita ligação entre o periódico e o Instituto 15 de Novembro, do qual havia conseguido o nome, dirigido por Correia D’Araújo, professor primário e diretor do Instituto e do jornal, *O Campina Grande* assumiu uma preocupação maior com poesias e temas

que vai de 1836, com a publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, até 1881, com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, em que predominariam os seguintes elementos: subjetivismo, sentimentalismo, evasão, escapismo do tempo presente pela idealização da realidade, especialmente da idealização do passado, culto à natureza e idealização da mulher. Apesar de o Romantismo enquanto escola literária ter seu fim datado oficialmente da década de 1880, muitos autores posteriores a essa década produziram visões de mundo que se assemelhavam ao olhar romântico produzido no século XIX. Na *Campina Grande* da primeira década do século XX, por exemplo, encontro na produção poética de alguns grupos letrados uma influência muito forte desse olhar dos oitocentos, lançado aos elementos do mundo. Esses grupos, assim, lêem e significam o mundo por um “olhar romantizado”, pois informado por alguns elementos do romantismo do século XIX, mas produzidos sob a influência de um devir romântico no século XX. Para uma discussão sobre a elaboração do olhar romântico, cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

românticos⁵⁶. A mudança de preocupação de um título para outro, entretanto, deve ter se dado não meramente quando da mudança de nomenclatura do periódico, como pode fazer crer certa literatura a respeito⁵⁷, mas quando da mudança de direção do jornal, quando Gilberto Leite, letrado local, substituiu Correio D'Araújo, em janeiro de 1909.

As fontes pesquisadas afirmam que Severiano D'Araújo teria se afastado da direção do jornal com o intuito de dedicar-se exclusivamente ao seu papel de educador e diretor do educandário 15 de Novembro, fundado em 1905⁵⁸. Creio, entretanto, que o fim da parceria jornalística que ele mantinha com Protásio Sá, e, desta maneira, a mudança na direção, nas preocupações e no próprio nome do periódico podem ter ocorrido de maneira mais hostil do que as relatadas pela literatura local.

Isto porque, cerca de dois meses depois da substituição de Severiano na direção do jornal, foi veiculada, por seu antigo jornal, uma nota acerca de um grave desentendimento que estava havendo entre ele e seus antigos colegas de redação. É ele o Severiano nomeado de “pedaço de asno”, “poltrão” e “objecto animal”⁵⁹, que relatei há algumas páginas.

Talvez essa rixa, publicada pelo periódico em março de 1909, tenha sido resultado de alguns desentendimentos já presentes em janeiro daquele ano no corpo redacional do jornal, que podem ter resultado na saída dele da direção da folha. É possível ainda que a fundação do instituto de educação Colégio Campinense, sob a direção de Antonio Sá, irmão de Protásio, ambos da redação de *O Campina Grande*, em 7 de março de

⁵⁶ ARAÚJO, 1986, p. 83.

⁵⁷ Cf. ARAÚJO, 1986 e RIBEIRO, 1979.

⁵⁸ CÂMARA, 1988, p. 78. O autor informa ainda que tal educandário deixou de funcionar no ano de 1912 (p. 84).

⁵⁹ “Carta Aberta – caso Severiano”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 22, edição de 21/03/1909, p. 04

1909 – duas semanas, portanto, antes da veiculação da nota citada no parágrafo anterior –, possivelmente em concorrência ao Instituto dirigido por Severiano, tenha servido para acirrar ainda mais os ânimos⁶⁰.

Desta maneira, sob a direção de Protásio, o periódico adquiriu uma nova faceta, menos preocupada com as questões envolvendo instrução escolar e mais voltada à celebração do espírito e da vida poética de seus redatores. Em segundo plano, ficavam as notícias da cidade que, até mesmo elas, eram apresentadas ao leitor sob forma poética⁶¹.

O jornal *O Campina Grande*, que circulava na cidade aos domingos, publicou, ao longo de seus sete meses de impressão, entre 24 de janeiro e 29 de agosto de 1909, diversos textos poéticos elaborados por seus redatores-poetas e por outros colaboradores que traziam como cenário a natureza e diversos elementos vinculados a ela que, vistos sob um olhar romantizado, foram produzidos como maneiras de atingir-se a beleza, a pureza, a inocência de cada leitor e, mais especialmente, de cada autor, que parecia buscar em tais elementos a sua própria rendição, uma procura por paz de espírito ante a agitação e as confusões do “mundo moderno”.

⁶⁰ Penso ser esta hipótese possível devido ao que apresentei e ao pouco tempo entre o afastamento de Severiano e a notícia sobre sua rixa com Protásio Sá. Entretanto, em nenhuma literatura das que pesquisei consegui localizar uma discussão neste sentido. Cf. ARAÚJO, 1986, p. 83; SILVA FILHO, 2005, p. 108. Epaminondas Câmara nos informa que, em 1912, enquanto o colégio de Severiano deixava de funcionar, o Colégio Campinense, então sob a direção do professor Pedro Otávio de Farias Leite, mantinha-se regularmente (CÂMARA, 1988, p. 84).

⁶¹ A grande quantidade de poemas publicada pelo jornal em suas poucas quatro páginas semanais levou Fátima Araújo a lê-lo como “mais literário que noticioso” (ARAÚJO, 1986, p. 83), o que é demonstrado até mesmo pelo próprio subtítulo do periódico, onde o “litterario” antecede o “noticioso”, dando, assim, a ler a predileção dos seus redatores.

Exemplo disto pode ser encontrado logo na primeira edição do periódico, em poema assinado por Protásio Sá.

O Domingo, apresentava um céu nublado de nuvens espaltas a vagar indolentemente pela abóboda celeste e nem se quer avistava-se uma pequena estrelinha que viesse acordar o manco lago que dorme pacato, ou banhar de luz, de esperança, a fronte angélica da mais pura das virgens.

Eu bem sei que aquillo são notas harmoniosas que vão repercutirem com entusiasmo no coração de todos os que plantão de todos os que criam. Mas o que não poderei deixar de lembrar com grande tristeza, são aquellas bellas noites de um luar sereno quando a pequena deusa dos poetas a consoladora dos que amam, vem agencionada com carinho e ternura todo o velho globo. Banhando de luz, desde o infeliz viajor que no alto mar leva na fronte a saudade da esposa estremosa, até o humilde camponez que traz no seu coração, a lembrança de um passado feliz.

Eu recordo-me destas noites sublimes que têm sido a preocupação constante dos que amam a poesia.

Noites idéas e fagueiras em que a virgem sonha em um berço de flores, ao mesmo tempo que o poeta este prescrutador divino adormece tendo nos lábios o sorriso ingênuo de sua lyra⁶².

Além de usar elementos da natureza para construir o cenário de sua poesia – “céu nublado”, “nuvens espaltas”, “abóbada celeste”, “estrellinha”, “lago”, “lugar sereno” –, Protásio Sá chega a humanizar alguns, dando-lhes vida e vontade próprias – como é o caso do “lago que dorme pacato” e das “nuvens espaltas a vagar indolentemente” –, elegendo ainda como protagonista de seu poema um desses diversos

⁶² “Chroniqueta”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 14, edição de 24/01/1909, p. 03.

elementos extraídos da natureza: a lua, esta “deusa dos poetas”, esta “consoladora dos que amam” que banha de luz o “viajor” e também o “humilde camponez”. A infelicidade do poeta, desta maneira, expressa no poema, dá-se pela impossibilidade de ele observar a lua devido ao “céo nublado” que a encobre.

O mesmo Protásio Sá foi responsável por diversos outros poemas publicados pelo periódico, produzidos sob um olhar idealizado sobre a natureza. Em *Folhas Soltas*, por exemplo, poesia dedicada a uma tal “Esther”, que parece ter sido a sua musa inspiradora⁶³, real ou imaginária, novamente ele faz uso de diversas referências à natureza para construir o seu texto.

É hoje adorada Esther, que cheio de ternura, volto-me a admirar o nosso passado, a nossa vida de ilusões...

Como é bello contempla-lo assim magestoso, ostentando brilho, como se fora pequenina estrella a bordar a cúpula infinda do céo!..

Além, entre árvores frondosas flores perfumadas, descortino o tecto abençoado que te vio nascer!

Lembra tu, minha Esther, as florinhas que juntos colhíamos, os olhares onde só reinava innocencia?!...

Como era bom então...

Hoje, hoje aquelle sol que nos via feliz, brincando como dois cysnes, espera-me triste buscando a cruz alvinitente de teos braços.

As flores colhidas em teo “délícieux” jardim, Esther, perderam o perfume, o brilho e pallidas como neve cahiram aos meos pés...

Amo-as muito, são minhas ternas companheiras.

Quando o vento lhes arranca impiedosamente uma pétala sinto confrangir-me a alma de ternura e dor...

⁶³ É também a Esther que Protásio Sá dedica pelo menos outro poema publicado pelo jornal, intitulado “Ao Piano”. Cf. “Ao Piano”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 23, edição de 28/03/1909, p. 03.

Mas o teu amor, minha doce Esther é superior a tudo e até mesmo as tuas próprias irmãs – as flores.⁶⁴

Um elemento a mais que faz com que tanto *Folhas Soltas* quanto *Chroniqueta* aproximem-se e sejam lidas como poesias produzidas sob um olhar romantizado, além das referências à natureza, é o saudosismo que o poeta demonstra ter e a lembrança funcionando como representação de um ausente. Em ambos, o poeta aciona a memória de um tempo ido e que, tragicamente, não voltará mais. Esse passado do qual diz recordar-se é um passado que é construído por ele no presente através dos jogos da memória, como um tempo ideal, um tempo para o qual são atribuídos certos elementos, como inocência, pureza e simplicidade, que não existem mais no presente. Neste, portanto, evoca-se um passado – “volto-me a admirar o nosso passado, a nossa vida de ilusões” – que não é meramente um tempo ido e findo, mas uma construção idealizada e gloriosa de um tempo, uma “idade de ouro” que é ativada na memória para mostrar a glória desse passado – “Como é bello contempla-lo assim magestoso...” – e a miséria do presente – “Hoje, hoje...”.

Assim, sob esse olhar informado por um devir romântico, esse passado idealizado é construído como memória para contrapor-se ao presente que perdeu todos os vínculos com aquele tempo ideal. Desta maneira, o passado idealizado em *Chroniqueta* é aquele em que o *eu lírico* do poema de Protásio Sá visualizava as “bellas noites de um luar sereno”, enquanto o presente o impossibilitava de fazer o mesmo devido ao “céu nublado”. Já no passado ideal de *Folhas Soltas*, o poeta e sua musa, Esther, colhiam flores juntos, enquanto no presente as

⁶⁴ “Folhas Soltas”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 15, edição de 31/01/1909, p. 02.

mesmas flores já haviam perdido “o perfume, o brilho e pallidas como neve” caíam aos seus pés.

A miséria do presente em oposição à glória de um passado aparece também, no primeiro poema, nas referências ao peregrino infeliz, que, em alto mar, leva consigo a saudade da esposa que não o acompanha, e ao humilde camponês cuja felicidade também ficou no passado, e no presente é apenas uma lembrança que leva em seu coração. Da mesma maneira, no segundo poema, presenciamos a tristeza do próprio Sol ao testemunhar a infelicidade do *eu lírico* que busca, sem sucesso, os braços de Esther.

A exaltação de um passado ligado ao mundo rural em detrimento do presente que se vincula cada vez mais ao urbano é temática constante nas produções poéticas neste período. O devir romântico, informador de tal exaltação, é acionado justamente como uma fuga do presente, como uma volta a um passado não tão distante em que o “mato” ocupava o lugar central na vida dos homens. O “mato”, ou seja, o meio rural e os elementos vinculados à natureza, são assim produzidos por esse olhar romantizado como um “ambiente deleitável, (...) de pureza e de ternura, de simplicidade e de inocência”⁶⁵, único espaço onde poderia ser formado o “verdadeiro caráter do homem”. Por outro lado, a “rua”, o meio urbano, é inventada como espaço produtor de pessoas superficiais, fracas, cada vez mais distantes da “essência humana”, que só poderia ser encontrada naqueles sujeitos formados no “mato”, conforme já visto quando analisei a influência desta sensibilidade na produção histórica de Epaminondas Câmara.

Este discurso também foi apropriado por um literato paraibano, nascido oito anos antes da fundação de *O Campina*

⁶⁵ CÂMARA, 2006, p. 80.

Grande. Refiro-me a José Lins do Rêgo que, a partir da década de 1930, ao escrever as obras que compõem o *Ciclo da Cana de Açúcar*, construiu a sua narrativa baseada na oposição entre dois de seus personagens, Carlos Melo e o seu avô, José Paulino. Estes dois personagens representam dois mundos que, ao escrever as obras, José Lins dicotomizou, opondo, assim, uma série de representações sobre o mundo rural, construído na figura de José Paulino, e uma visão sobre o urbano, representado na figura de Carlos Melo.

José Paulino é construído nessa narrativa como sendo um fazendeiro, possuidor de uma formação rural que o possibilitou construir um império agrário da casa grande. Por outro lado, Carlos Melo é o sujeito que, ao assumir as responsabilidades sobre o mundo da fazenda legadas pelo seu avô, põe tudo a perder devido a sua incapacidade e inabilidade de gerenciar tal espaço, o que é, na visão de José Lins, resultado da fraqueza de caráter atribuída à formação urbana que Carlos tivera.

Ao opor, portanto, estas duas imagens, nas figuras de José Paulino e de Carlos Melo, José Lins do Rego afirma uma superioridade do homem da fazenda sobre o homem da cidade, uma primazia do rural sobre o urbano, pois cada um destes elementos exerce, neste discurso, influência direta sobre a formação do caráter dos personagens. Isto propiciou que a obra dele, produzida no contexto de invenção do regionalismo nordestino, construísse o Nordeste como espaço do rural e, desta maneira, como o espaço produtor do “verdadeiro caráter” do homem, descaracterizando, portanto, o lugar então ocupado pelo Sudeste que, nesta leitura, produziria apenas homens fracos, inabilitados para comandar uma fazenda, quiçá a nação brasileira⁶⁶.

⁶⁶ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez, 2001.

Para José Lins, portanto, o “verdadeiro caráter” do homem só poderia ser construído em um espaço tradicional tal qual o Nordeste rural brasileiro, em que os homens pudessem manter íntimas relações com o meio natural, e não em espaços urbanos onde as relações com os elementos naturais estavam cada vez mais distantes, tal como era o Sudeste sob a sua óptica, mas também tais quais eram as cidades nordestinas que haviam se distanciado do passado agrário e do mundo das fazendas. A formação do caráter dos homens, desta maneira, para José Lins do Rego, estava diretamente ligada às relações que eles estabelecessem com a natureza e os seus elementos.

Assim, Epaminondas Câmara, na década de 1940, e José Lins, nos anos 30, atualizaram um olhar romantizado sobre o rural que já informava Protásio Sá ao escrever seus poemas para *O Campina Grande*, utilizando-se, os três, da invenção de um passado idealizado, ligado à natureza, agrário, para contrapor-se a um presente desvinculado daquela tradição, mas ligado a atividades urbanas, como a indústria e o comércio.

Tanto Câmara, nos anos 40, quando José Lins, na década de 30, e Protásio Sá, em 1909, portanto, inventaram um presente como um tempo a ser lamentado, como uma época sem glória posto ter perdido os laços que mantinha com o passado, este, idealizado, consistindo num passado vinculado à tradição rural. Se José Lins tentou, por meio do ciclo da cana-de-açúcar, “restituir” o lugar da recém nascida região Nordeste na história do Brasil, como espaço produtor do verdadeiro brasileiro, do homem de caráter, ele o fez justamente porque, sob sua óptica, a importância cultural, econômica e política daquela região havia sido deslocada para o Sudeste, relegando o Nordeste a um presente miserável e pobre. Já Protásio Sá produziu seus poemas de exaltação a um passado rural glorioso porque o presente em que viveu era marcado pela intensificação da urbanização e o nascimento das

primeiras indústrias em Campina Grande em detrimento às atividades vinculadas à vida rural.

Desta maneira, naquele período de veiculação de *O Campina Grande*, a cidade passava por uma intensificação comercial, industrial e populacional, fazendo com que os laços que mantinha com o seu passado rural fossem sendo desatados cada vez mais pelos poderes que geriam Campina, que tentavam justamente urbanizá-la para dar-lhe o aspecto de cidade moderna, para produzir, assim, um discurso que seduzisse os forasteiros para que nela viessem investir comercial e culturalmente. Deslocava-se, assim, do mundo rural para o mundo urbano, o papel de centro de influências. O “mato” era paulatinamente sobrepujado pela “rua”, consistindo ainda, esse olhar romantizado, em uma maneira de resistir a este movimento pelo qual passava Campina naquele ano.

E não apenas Protásio Sá enunciava um olhar idealizado e nostálgico sobre a natureza pelas páginas do periódico de 1909. Alguns outros poetas-redatores também se apropriaram da idealização de um passado ligado a elementos da natureza para elaborar os seus textos e publicá-los nas páginas de *O Campina Grande*. No poema intitulado *O Jardim*, por exemplo, assinado por Sophia Galliza, o eu lírico recorda de suas idas a um jardim e de seu amor por um jasmineiro. “Um só dia não posso deixar de vir ao jardim, e colhe-los com o carinho expressivo de minhas meigas ternuras, antes que o sol beije as suas pétalas e o colibri sugue o seu mel”. Dias depois, entretanto, o jasmineiro fenecera, restando apenas a “triste lembrança”. “E foi assim que um dia fiquei orphã de seus perfumes, guardando sempre no sacrário de minh’alma a recordação deste passado feliz”⁶⁷.

⁶⁷ “Um jasmineiro”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 34, edição de 13/06/1909, p. 02-03.

O olhar romantizado sobre a natureza expresso pelos poetas-redatores e colaboradores do jornal *O Campina Grande*, naquele ano de 1909, não se restringiu, entretanto, à idealização da natureza num lugar no passado, mas, conforme posso verificar em outros autores, na idealização da natureza por si mesma, na visão de que o mundo natural, seja ele encontrado no passado, seja ele encontrado no presente, consistia no espaço da pureza e da simplicidade a que o homem devia almejar. Significava, desta maneira, uma negação do urbano pela prevalência do rural como espaço de vivência humana. Sob este olhar, os elementos da natureza são vistos como perfeitos, belos, ideais, e só através do contato com eles o homem poderia buscar a sua felicidade, deixando-se seduzir e contagiar por sua “pureza” e “simplicidade”.

Era maio, o mez do dylirio, da poesia, das piedosas preces, que vinha, cheio de encantos, por entre as camadas espessas da floresta rompendo as brumas escamosas do Oriente.

A aurora tingia-se de um lindo escarlatae ao mesmo tempo em que o astro rei, com os seus raios dardejantes de uma luz benéfica, vinha surgindo por entre os ramaes floridos das acácias silvestres.

A brisa perfumada brincava docemente nos jardins com as folhas cahidas das plantas; as flores prateadas de orvalho namoravão-se aos raios do sol nascente; e somente ao longe ouvia-se o triste e saudoso gorgear das aves a anunciar uma saudade que morre, uma esperança que surge.

Dir-se-hia que tudo revestia-se de encanto, de entusiasmo, para saudar esta manhã primaveril de Maio em que todos os corações pulsam como a mesma agitação febricante de um divino supremo de um prazer sem fim.

Oh! como é sublime a natureza nestas horas de devaneios melancólicos em que o nosso espírito vacilante transporta-se a plagas desconhecidos!

Oh! eu só amo a natureza por que só ella é capaz de encerrar em seu regaço todo segredo da humanidade.⁶⁸

Assim como em *Chroniqueta* e em *Folhas Soltas*, aqui o eu lírico aciona em sua memória a lembrança de um passado idealizado. Em *Devaneio*, entretanto, o foco principal da idealização não é o passado em si, mas a exaltação do “espetáculo” da natureza: uma descrição idílica de eventos naturais como a aurora – que se torna tingida “de um lindo escarlate” –, o aparecimento do Sol e o movimento das acácias – que se relacionam, segundo a óptica do poeta –, o sopro do vento – que se torna uma “brisa perfumada” a brincar com as folhas caídas dos jardins –, a incidência de luz solar sobre as flores – que é transformada em testemunha do namoro destas, dentre outros elementos.

A vida em contato com esses elementos da natureza, assistindo ao espetáculo por eles proporcionado, é o desejado pelo eu lírico. Uma vida assim não teria, sob esse olhar romantizado sobre o natural, lugar para tristeza. A melancolia seria produto de uma vida distanciada desses elementos, por isso que o eu lírico afirma que a natureza é sublime nas horas tristes, pois só nela é que ele consegue encontrar a felicidade de uma vida simples e pura perdida com a civilização que distanciou a vida cotidiana da apreciação do mundo natural. Este, em *Devaneio*, é tão exaltado como propiciador de satisfação e felicidade ao homem melancólico, que os únicos elementos destoantes desta visão idealizada do natural que aparecem no poema, as “aves que gorjeiam triste e saudosamente”, fazem-no bem distantes do cenário descrito pelo poeta, pois “somente ao longe” é que podem ser ouvidas. E,

⁶⁸ “Devaneio”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 17, edição de 14/02/1909, p. 03. O poema é dedicado a “Ella”, que não pudemos identificar se é a “Esther” dos demais poemas de Protásio Sá.

mesmo elas, gorjeiam uma “saudade que morre”, mas anunciam também “uma esperança que surge”.

A visão desses poetas, entretanto, consiste num olhar meramente contemplativo sobre a natureza. Eles se colocam como meros espectadores do mundo natural e dos eventos produzidos por este, observando e admirando cada movimento proporcionado pela ação natural. Nos poemas que analisei até agora, a natureza é inventada pelo homem como espaço de observação, contemplação e admiração tão apenas. Não cabe ao sujeito intervir sobre ela, mas apenas observá-la e descrevê-la⁶⁹.

Essa visão contemplativa e romantizada da natureza, entretanto, começa a sofrer certa descontinuidade no interior da própria redação de *O Campina Grande*. Quando analiso os escritos de outro poeta redator do periódico, Virgílio Maracajá⁷⁰, leio a maneira como ele constrói a natureza diferentemente daquela produzida por seus colegas de jornalismo, especialmente da natureza construída por Protásio Sá.

O mundo natural de Maracajá ainda é um espaço idealizado que inspira poetas pela sua beleza. Entretanto, em seus textos, os elementos da natureza começam a aparecer também sob um olhar culturalizado, científico, e não apenas tomado por

⁶⁹ Leio também esse olhar contemplativo em outros poetas redatores que escreveram para *O Campina Grande* naquele ano de 1909. Dentre eles, José Peixoto – “Entre a folhagem do frondoso cajueiro cantava um sabiá tristemente e as notas suavíssimas do seu trinado cahiam em minh’alma tão doces como as vibrações de um coração amante” (“Threnos”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 23, edição de 28/03/1909, p. 02) –, Evaristo Fabrício – “a brisa serenamente passa, murmurando nas folhagens” (“Ao luar”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 24, edição de 04/04/1909, p. 03) –, e José Cavalcante – “O sol despedia-se soltando seus últimos raios, nas verdes ramagens das campinas” (“O passado”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 25, edição de 11/04/1909, p. 03).

⁷⁰ Já citei anteriormente o senhor Maracajá neste texto. Na década de 1920, Epaminondas Câmara trabalhará na firma de algodão de Virgílio, antes de ingressar no Banco Auxiliar do Povo.

um devir romântico. Virgílio Maracajá assume, assim, o papel de transmitir aos leitores do periódico a visão que a ciência tem sobre os elementos da natureza tão exaltados pelos poetas. Ele próprio, também poeta, faz questão de enunciar em seus textos as duas visões sobre tais elementos, construindo-se, assim, enquanto um sujeito em que os dois olhares sobre a natureza se amalgamam, produzindo uma visão que almeja estabelecer uma relação – mesmo que de oposição – entre o olhar romantizado dos poetas e o olhar moderno dos cientistas.

É com este intuito que ele publica, em cerca de um mês, três diferentes artigos, cada um voltado à análise de um elemento da natureza inspirador para os poetas: o céu, o sol e a lua.

No primeiro deles, intitulado “A natureza e o céu”, Maracajá traça um perfil do que o céu representava para poetas, pastores e astrólogos. Seu texto inicia com a pergunta “que faz o bronco pastor, encostado ao píncaro da serra com os olhos pregados na abobada celeste?”. Eis a sua resposta:

Contemplo a belleza infinita das estrellas, os seus movimentos eternos; e pergunta a si mesmo que mão omnipotente crivou a cúpula de crystal que sobre os campos, que o cercam e se perdem no horizonte, de diamantes que tanto brilham.

Escuta a musica divina das espheras; essa harmonia celeste, formada pelos sons que cada astro produz rolando na immensidade.

Escuta a voz grave e magestosa de Uriel, o espirito que dirige o sol, e a voz sonora e melancólica de Saturno, astro dos mysterios. – Essa muzica que os antigos admirava, e cuja existência os astrônomos modernos negam com razão, ainda que os poetas a ouvem, e a procuram nos seus cantos.⁷¹

⁷¹ “A natureza e o céu”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 03.

Quanto ao astrólogo, diz julgar que no céu é possível ler o destino individual de cada homem. “O céu para elle é um livro, onde pensa vêr escriptos os segredos do futuro”. Afirma ainda que “o aspecto do céu é tão formoso e tão sublime a sua grandeza, que todos sentem ao vê-lo o respeito, a fé coarem-lhe n’alma”.

Assim, se o “bronco pastor” vê no céu as estrelas e seus movimentos eternos, o astrólogo a chance de prever o futuro dos homens e o poeta ouve a música divina e harmoniosa das esferas, o cientista, ou seja, o astrônomo moderno nega – e “com razão” – toda esta idealização romantizada do céu.

Numa tentativa, mesmo que ainda tímida, de inserir o olhar moderno da ciência na visão sobre o céu, Maracajá assim o define:

Quando fitamos os olhos no céu, vêmos uma immensa abobada, transparente, e pura de um azul bellissimo; ora alumada pela refulgente luz de um globo de fogo, que caminha magestoso de este para oeste, inundando os campos de vida, reflectindo-se nas alvas agulhas de neve que coroam as serras, ou transformando-se em palhetas de fogo nas crespas escamas dos rios.⁷²

Desta maneira, nem cúpula de cristal, nem livro de destinos individuais, nem gerador de música harmoniosa, o céu é enunciado como meramente uma imensa abóbada transparente azulada e iluminada pela luz do sol. Mesmo que a descrição “científica” de Maracajá ainda utilize de algumas figuras de linguagem atribuídas ao olhar romantizado, com este artigo ele já começa a estabelecer uma ruptura com esse olhar, ao demonstrar que o que se imaginava e fantasiava-se sobre

⁷² “A natureza e o céu”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 26, edição de 18/04/1909, p. 03.

o céu foi, “com razão”, desmentido pela ciência, que demonstrou ser ele meramente uma abóbada transparente azulada. Ao frisar a expressão “com razão”, mesmo fazendo uso de imagens poéticas para escrever o seu texto, Virgílio Maracajá demonstra estar mais propenso a aderir ao olhar dos cientistas, “descobridores” das verdades do mundo, do que ao olhar dos poetas, que continuam a escutar música onde não existe e a buscá-la através de seus “cantos”...

No segundo texto, “A natureza – O Sol”, a pretensão de Virgílio Maracajá em recuperar as imagens idealizadas e fantasiosas sobre esse elemento da natureza continua, mas passa a estabelecer-se uma oposição maior entre o olhar moderno e o olhar romantizado.

Para os homens o sol é uma divindade; os selvagens adoram-no no cimo das montanhas. Os povos antigos viam nelle um de seus deuses; os Índios chamavam ao Deus do Sol, o casto Surya, e julgavam que sete soberbos corcéis verdes arrastavam o seu carro, guiado por Aarona, atravez dos céus; os gregos herdaram essa tradição: a Surya chamavam-lhe Phebo; Aarona denominavam-no Aurora.⁷³

Tais imagens sobre o sol, entretanto, Maracajá recupera já ao final do seu texto. Ao longo dos parágrafos anteriores, ele descreve, minuciosamente, o olhar científico sobre o sol.

O sol é um immenso globo luminoso e segundo a opinião do Dr. Joaquim M. de Lacerda, o seu diâmetro é 113 vezes maior que o da Terra, o seu volume 1,400,000 vezes mais considerável e sua distancia média da Terra

⁷³ “A natureza – O Sol”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 28, edição de 02/05/1909, p. 03.

é de 27.500.000 leguas geographicas ou 153 milhas de kilometros.

O sol não é todo igualmente luminoso: visto ao telescópio podem notar-se na sua superfície manchas obscuras, de formas muito variadas; a observação dos movimentos dessas manchas faz conhecer que aquelle astro gira sobre si mesmo, dando uma volta completa aproxima-damente em vinte e cinco dias.

A direção deste movimento de rotação do sol é a mesma que a do movimento da terra, que gira também, como sabemos, em torno de um eixo.(...)

O sol é formado de um globo central quasi obscuro, envolto de uma atmosfera carregada de uma immensa camada de nuvens que o envolvem por toda a parte: é por cima destas nuvens que se estende, como um manto de luz, uma esfera resplandecente, cuja irradiação allumia a terra e os planetas, virifica e orna o espaço, e é a causa de se nos figurar o sol como se fôra um orbe de chamas.⁷⁴

Será que conseguiria, você, caro leitor, imaginar uma descrição menos romantizada do que essa?

Cerca de três meses antes da publicação deste olhar friamente técnico sobre o sol, Gilberto Leite, também poeta redator de *O Campina Grande*, publicava, sob o título de "Sol", as seguintes linhas:

Tem phases diversas este grande centro de atração planetaria. Ora, na exuberancia de um rigor assombroso mata, queima, destroe, ora alimenta os seres animados, faz da terra um jardim de encantadas delicias.

A claridade que se irradia desse foco soberano de luz é a propria vida.

⁷⁴ "A natureza – O Sol". *O Campina Grande*, Anno II, n. 28, edição de 02/05/1909, p. 03.

Que belleza não encerra esse phenomeno admiravel que põe em contacto com a nossa retina todas as cousas de existencia phisica?

Que viver contristado não deve ser daquelle que não pode admirar os encantos da Natureza porque lhe falta a vista porque lhe falta a luz.

Pois bem o mundo sem o sol seria o mesmo que o individuo sem vista. Grande e eterna noite...⁷⁵

Pela fala de Gilberto Leite, vejo a afirmação de um olhar idealizado e contemplativo sobre a natureza e os seus elementos, bem como a exaltação da luz solar justamente como propiciadora da apreciação do mundo natural. O sol, assim, aqui aparece como responsável por permitir que o homem admire “todas as cousas da existencia phisica”, especialmente os “encantos da Natureza”. O sol, sob o olhar de Leite, “é a propria vida”, e jamais um mero “globo luminoso” cujo diâmetro e volume são tantas vezes maiores do que os da terra, formado “de um globo central quasi obscuro” e que “gira sobre si mesmo”. Aqui, portanto, vemos, pelas páginas do mesmo jornal, novamente o choque entre dois olhares sobre o sol: o olhar poético e romantizado de Gilberto Leite e o olhar moderno e técnico de Virgílio Maracajá.

No último artigo temático sobre a natureza que Maracajá publicou, intitulado “A lua”, a ruptura com o olhar romantizado parece ainda mais forte, visto que o próprio objeto em análise aparecia recorrentemente nos textos dos poetas, conforme já visto quando analisei os textos de Protásio Sá.

Da mesma maneira que fez ao escrever sobre o sol, Maracajá estrutura seu texto em dois momentos, ressaltando, em um, a visão idealizada dos poetas sobre a lua, e, em outro,

⁷⁵ “O Sol”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 15, edição de 31/01/1909, p. 02.

enunciando a sua visão sobre ela, uma visão técnica informada pelo conhecimento científico.

A lua tem sido a consoladora inspiração para muitos, a companheira das noites solitárias para todos os desgraçados.

É o protector dos espíritos aerios, que a Musa romântica sonha pousados à bordas das cascatas, mal cobertas pelo véu de vapor que se alevanta das aguas espumosas da torrente, é a deusa grave, formosa, e ligeira dos cantores classicos, que entoam hymnos ao som da Lyra que os gregos lhe legaram.

Poetas de todas as edades, poetas de todas as escolas; todos quanto são dotados de uma alma capaz de sentir e de amar o bello, te têm votado a melhor parte de seus versos, ó Lua formosa!

É porque o povo te adora, o povo crê em te, ama-te, deseja-te, e o poeta é inteprete (sic) do sentir do povo.

Os antigos não tinham sinão ideas vagas sobre a constituição da lua, que segundo Clearcos definiam “o mais bello espelho, o mais perfeitamente polido e lustroso, onde se reflectiam as imagens e as figuras do grande mar oceano”⁷⁶

Após essa apresentação de como a lua era vista pelos antigos e continuava sendo vista pelo povo e pelos poetas, Maracajá começa a descrevê-la segundo a ciência moderna, conseguindo expurgar-lhe de toda a poesia.

Hoje porem, depois da descoberta dos óculos, sabe-se que a Lua é um globo semelhante a terra, mas segundo a opinião do Dr. Joaquim M. de Lacerda é 49 vezes

⁷⁶ “A Natureza – A lua”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 30, edição de 16/05/1909, p. 01-02.

menor em volume, que gira em roda do planeta que habitamos á distancia de 60,000 léguas geographicas, alumiado, como nós, apenas pela luz do sol e pela luz reflectida pela terra.

A lua gira em torno de um eixo, como os planetas e o sol, o seu movimento é tão lento, que apenas perfaz uma volta completa no espaço de 29 dias e meio; é este mesmo o tempo que ella gasta em percorrer a sua orbita (assim se chamma o caminho que os astros descrevem no espaço) em roda da terra.

A reunião destes dois movimentos que se completam em tempos eguaes faz com que nós vejamos constantemente o mesmo lado desse astro, e por conseguinte que a sua apparencia não mude.

Occupando posições diversas em relação ao sol, quando caminha em torno da terra, a Lua recebe a luz em pontos diferentes da sua superfície, e por isso se nos mostra com formas variadas; porque nós della só percebemos a porção illuminada.⁷⁷

Más notícias, portanto, para poetas e apaixonados que viam no céu, no sol e na lua a expressão de sentimentos os mais diversos. O olhar moderno trazido por Virgílio Maracajá às páginas de um jornal que se considerava em primeiro lugar literário, e apenas em segundo noticioso, provocava uma ruptura entre uma visão sobre a natureza, romantizada e idealizada, a que eram atribuídas pureza, beleza e inocência, para enunciar e estabelecer outra visão, uma visão técnica, científica, moderna.

Desta maneira, nesses três artigos, Maracajá trouxe às páginas de *O Campina Grande* a “verdade científica” sobre os elementos da natureza romantizados pelos poetas campinenses,

⁷⁷“A Natureza – A lua”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 30, edição de 16/05/1909, p. 02.

alguns, inclusive, seus próprios colegas de trabalho na redação do jornal, como Protásio Sá e Gilberto Leite.

Em seus textos sobre a natureza, Maracajá ressaltou os vários olhares sobre o mundo natural, descrevendo como ele era visto pelos antigos, pelos “selvagens”, pelos poetas, pelo povo, enfocando, entretanto, as mais recentes “descobertas científicas” para enunciar e afirmar uma nova visão, embasada no olhar moderno, que lia esses elementos de maneira objetiva e técnica.

Assim, o autor afirmava em seus textos, por exemplo, as visões sobre o sol que os “antigos” ou “selvagens” tinham – “para os homens, o sol é uma divindade...” – justamente para contrapor-se a elas, enunciando a visão científica e objetiva sobre ele – “O Sol é um imenso globo luminoso” –, bem como descreve a maneira idealizada como a lua era interpretada pelos antigos – “a deusa grave, formosa, e ligeira dos cantores clássicos” –, que não sabiam o que ela era “de verdade” – “os antigos não tinham sinão ideas vagas sobre a constituição da lua” –, e contrapõe-se a eles, estabelecendo, assim, um novo olhar com pretensão de constituir-se como único e hegemônico – “a lua é um globo semelhante a terra, mas (...) 49 vezes menor em volume”.

Em Maracajá, entretanto, confundem-se ainda algumas vezes o olhar moderno e o olhar romantizado, apesar da predileção, como afirmamos, pelo primeiro. Ainda não vejo nele o rompimento completo com a visão idealizada do mundo natural, mas a pretensão de enunciar e fazer circular entre os leitores do periódico a visão científica, como um “papel civilizador”, em que ele teria se investido por ser possuidor do conhecimento objetivo. Nesta sua “missão”, precisaria levar o conhecimento ao grande público para esclarecê-lo, para educá-lo, para instruí-lo, pois o mundo moderno só seria alcançado quando a ciência suplantasse a ignorância e todas as demais maneiras de (des)conhecimentos populares. E a imprensa era

vista como um elemento do progresso justamente por possibilitar a difusão desse saber científico entre o grande público⁷⁸ – mesmo que o “grande público” fosse constituído apenas dos letrados que possuíam recursos para assinar o jornal.

Era, portanto, justamente investido desse papel de homem de ciência e em sua missão de levar o conhecimento moderno para o público leitor de Campina Grande que Virgílio Maracajá escrevia para o jornal dos irmãos Sá.

Outro elemento que destaco nos escritos de Maracajá que leio como um deslocamento do olhar romantizado para o olhar técnico sobre a natureza consiste em que, neste redator, o mundo natural já não aparece apenas como mero espaço de contemplação pelo homem, como aparecia nos escritos dos poetas redatores de *O Campina Grande*. Para Maracajá, a ciência dava possibilidade de o homem intervir sobre a natureza, modificando-a, “melhorando-a”. Nele, o mundo natural aparece como espaço de atuação e intervenção humana, como possibilidade de culturalização. O homem, assim, ganha o poder de atuação e intervenção sobre o natural, passando a ser agente ativo na construção de novos espaços da natureza, e não apenas espectador de seus fenômenos.

É nesta pretensão de culturalização do natural que leio a reportagem *As Flores*, de sua autoria.

O homem hoje pode ir além da contemplação no que [diz] respeito às flores, e mesmo aos animaes; pode,

⁷⁸ O próprio periódico para o qual Virgílio Maracajá escrevia publicou o seguinte: “Effectivamente, quando cheio de illusões consoladoras, o espírito fecundo de Guttemberg fundou a imprensa, outro sentimento não lhe arrebatou senão haver descoberto o maior elemento de progresso e civilização” (“O Popular”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 18, edição de 21/02/1909, p. 01).

pela força da sua vontade, pelo poder da sua sciencia, modificar a natureza íntima dos entes organizados, fazer-lhe variar o aspecto, transformar-lhe à phisionomia, enriquecer-lhe a belleza. A planta conduzida do campo, onde é simples e desadornada, para os jardins, dobra as suas pétalas, adquire novas côres, e toma o garbo airoso e aristocrático, que é um dos encantos das bellezas que são as flores das salas, como as pobres flores se tornaram os diamantes e as perolas dos jardins perfumados.⁷⁹

Virgílio Maracajá defende, portanto, uma prática que ele adjetiva como sendo “arte”, “paixão” ou “luxo” das “nações civilizadas”, mas que se trata, sob o seu olhar, de uma aplicação concreta do conhecimento científico ao mundo natural: a jardinagem, ou seja, o recorte e deslocamento de um espaço natural para um espaço artificial humanamente elaborado para a criação de plantas. Assim, Maracajá defende a intervenção do homem sobre a natureza, mostrando como tal intervenção é benéfica tanto para ela – pois vai “enriquecer-lhe a belleza” – quanto para ele – pois a jardinagem, como prossegue no texto, é também um importante objeto de comércio, um “manacial (sic) de trabalho e de salários para muita família pobre, o pão de grande numero de desgraçados, o alivio para grandes padecimentos”⁸⁰.

Maracajá desloca, assim, o olhar de beleza lançado pelos poetas tomados por um devir romântico à planta em seu estado natural, pois afirma que ela, nestas condições, é “simples e desadornada”, e não bela e pura como faziam crer os poetas. Produz uma nova visibilidade sobre a planta. Apenas com a

⁷⁹ “As Flores”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 35, edição de 20/06/1909, p. 02.

⁸⁰ “Ibid.”, p. 02.

intervenção humana é que ela ganharia a “belleza”, tornar-se-ia “os diamantes e as perolas dos jardins perfumados”.

Os jardins, pode lembrar-se o leitor mais atento, já apareciam nos escritos de alguns poetas de que tratei neste capítulo, como Protásio Sá, na poesia dedicada a Esther, quando falava que as flores colhidas no jardim desta já haviam perdido o perfume, e Sophia Galliza, ao dedicar um poema a um jasmineiro morto. Apesar de os três redatores se referirem a um espaço não mais puro, não mais livre da ação do sujeito, mas humanamente elaborado na tentativa de reproduzir e ordenar o natural, apenas Maracajá conscientemente declara ser tal espaço uma produção humana, expondo a perda da inocência quanto ao natural efetivamente existente nesta produção cultural. É apenas Maracajá, e não Sá nem Galliza, que declara a (cons)ciência por trás da construção de jardins.

Exercer, assim, o domínio sobre o natural, subjugar a natureza, tornando-a, assim, uma produção da cultura, consistia em mais uma atitude de modernidade executada por alguns letrados de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX. Os jardins representavam justamente essa intenção, a produção de espaços artificiais que recortavam determinados aspectos do mundo natural e reproduziam-no em espaços devidamente controlados pelo homem. A pretensão de domínio do homem sobre a natureza era a promessa da ciência do século XIX, especialmente no sentido de que, sendo conhecedor das “leis que regiam” o natural, o humano estivesse prevenido contra suas intempéries, já que esse “mundo caótico”, como era então visto pelo olhar moderno, poderia apresentar perigos os mais diversos.

Assim, ao longo dos primeiros meses de publicação, *O Campina Grande* fez circular pela cidade pelo menos duas visões sobre o mundo natural: uma tomada por um devir

romântico, representada especialmente pelos poemas de Protásio Sá, que contemplava a natureza como espaço da pureza, da inocência e da beleza; enquanto a outra, expressa por Virgílio Maracajá que, apesar de ainda apresentar algumas influências do olhar romantizado, já era informada por uma sensibilidade moderna que lançava um olhar não mais meramente contemplativo à natureza, mas uma ação interventora sobre ela, vendo-a como elemento passivo de culturalização.

Esses dois olhares conviveram na redação do periódico pelo menos até meados de 1909, sendo o olhar expresso por Protásio Sá o mais consistente – e insistente – no jornal, posto que diversos outros redatores e colaboradores usavam dessa mesma visibilidade sobre a natureza para contemplá-la em sua beleza, pureza e inocência.

A hegemonia do olhar romantizado então existente nas edições do periódico, entretanto, passou a sofrer grave abalo pelo menos a partir de junho de 1909, quando a natureza passou a ser vista pelos redatores não mais como espaço idealizado, mas como elemento opressor do povo nortista.

Esta mudança de leitura sobre o mundo natural ocorreu devido à estiagem nos estados do Norte, noticiada pelo periódico entre 13 de junho e 15 de agosto daquele ano. Ao longo dessas edições, a natureza apareceu nas páginas do jornal como flagelo, castigo para um povo já sofrido. O sol deixou de ser um deus da vida para se tornar um provocador da morte, um sol que flagelava tanto homens quanto plantas e animais, sem distinções.

Durante o período da seca, a natureza expôs a fragilidade das leituras que a ela foram lançadas tanto pelo olhar romantizado, fazendo abandonarem-se os poemas de exaltação ao mundo natural para passar-se a enunciá-lo como inóspito e opressor, quanto pelo olhar moderno, pois ela passou novamente a ser vista como determinadora da vida dos

homens, igualando-os aos irracionais, incluindo todos no mesmo destino trágico: a fome, a sede, a penúria, a doença e, finalmente, a morte.

No alto o sol – enorme papoula rubra – caustica, fusila, entoando a sua eterna canção da luz, essa luz reverberante e vivaz que traz vida á muito morte, que traz morte á muita vida...

E o catingal aphylo estende para o infinito os galhos resequidos, na suplicante attitude do crente que implora a misericórdia celeste.

Pesa sobre os campos a pavorosa quietude das regiões carbonisadas, solitárias.

É a influencia nefasta da sêcca que manifesta-se em toda a sua exuberancia de perspectivas luctosas, tétricas, sem vislumbres de coloridos agradáveis á retina.

Olhares amortecidos, corpos emaciados, figurando lêmures noctâmbulos, os bois e ovelhas mugem e balam lugubrememente, fazendo penetrar no segredo ádyto de nossa alma de Bons a compaixão pelas míseras victimas do flagello sertanico.(...)

Tudo denuncia a continuação dessa quadra torrificante, o eterno reinado desse sol esbraseado e ardente, que elanguesce a violeta após a formação do folíolo, cresta o mimoso quando apenas principia a brotar o tenro cauliculo.

E não são somente os animaes e as plantas que soffrem os vexames, as maguas refinadamente torturantes dessa estação calorifica, não! Os pobres, os desherdados dos bens terráqueos, também languem suffocamento da atmosphaera carregada, asphixiante, fugindo, os que ainda podem mover os membros enervados, para longiquas, bemfasejas plagas, procurando um pouso reparador e ameno onde possam reclinar as lúridas frentes, requeimadas pelas ardências da secca terrível, devastante, cruel!⁸¹

⁸¹ "A secca". **O Campina Grande**, Anno II, n. 34, edição de 13/06/1909, p. 01-02.

Os elementos da natureza, portanto, passaram a aparecer nesse período por meio do sol “esbraseado e ardente”, que “fusilava” as formas vegetais de vida ainda antes de se formarem devidamente e deixava os campos completamente “carbonizados”; dos “galhos resequidos” implorando a “misericórdia celeste”; dos “lêmures noctâmbulos” e dos bois e ovelhas mugindo e balando lugubrememente; assim como da “atmosfera carregada, asphixiante” que flagelava os “pobres, os desherdados dos bens terráqueos” com “frontes requeimadas pelas ardências da cruel e devastante secca”.

Em outra reportagem pelo mesmo periódico, o autor admitiu que muitos dos efeitos sociais da estiagem vinham da falta de recursos do governo federal que não eram passados ao povo nortista. Entretanto, sua leitura era a de que tais recursos representavam mecanismos de minorar uma situação já posta, natural, justamente a opressão devastadora da “mãe impiedosa” e “insensível” que era a natureza. E, na falta de apoio do Estado aos “oprimidos” da estiagem, apelava-se para a verdadeira responsável pela situação calamitosa dos nortistas.

(...) appellamos para tu, ó Natureza! (...)

E a honra que se vende, o amor que se corrompe, a sociedade que se degrada, a família que se dissolve, tudo enfim não poude ainda semsibilizar-te ó Mãe impiedosa!?

Uma gotta d’água tem para nós, abandonados filhos deste solo, a preciosidade das cousas raras. É a lei da necessidade que se patentea.

Vivemos semi-mortos pela sêde e pela fome.

E quando o anômalo governo federal crusa os braços ante tão grande desgraça, mentindo á Constituição que jurou cumprir, tu, ó céu, conservas a plenitude de um Sol de fogo!

Resta-nos pois uma esperança é que as lagrimas
nossas se casem com as vossas lagrimas, fecundando
a terra.⁸²

Até mesmo Protásio Sá, um dos maiores representantes do olhar idealizado sobre a natureza a trabalhar na redação de *O Campina Grande*, admitiu, em um artigo denominado *O Norte*, que o mundo natural, por alguma “anomalia” desconhecida, era responsável pelo sofrimento de todo um povo que ficava à mercê dos “disvellos” da natureza e do “desdem de governos impatrióticos”.

É por assim dizer nesta pequena nesga do globo terráqueo que por uma anomalia desconhecida habitão os espíritos mais refractarios aos disvellos da natureza e o desdem de governos impatrióticos, que recebem os nossos dilacerantes gemidos de dôr, entre gargalhadas estridentes (...)

não somos mais do que um pequeno afluente do rio caudaloso de civilização e grandesa, que com o nosso sacrifício se ostenta lá no Sul.⁸³

Os efeitos de uma estiagem nos estados do Norte eram atribuídos às ações de uma gama de elementos naturais “opressores” do homem, como a falta de chuvas periódicas, um “sol de fôgo” imponente e causticante, uma atmosfera asfixiante, etc. A estiagem, desta maneira, era vista como produto da ação da natureza, uma natureza insensível que castigava e oprimia o homem. Por outro lado, caberia, segundo a visão desses jornalistas, ao poder estatal, especialmente ao

⁸² “Pro Patria”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 35, edição de 20/06/1909, p. 01.

⁸³ “O Norte”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 36, edição de 04/07/1909, p. 02.

governo federal, minorar os efeitos sociais da ação dos elementos naturais propiciadores da seca “terrível, devastante e cruel”. Deveria o homem, assim, empreender ações com o fim de diminuir a influência que a natureza continuava a ter sobre as sociedades, proporcionando-lhe uma maior autonomia, uma maior liberdade quanto aos caóticos e imprevisíveis desígnios do mundo natural⁸⁴.

É possível, desta maneira, que a estiagem noticiada em 1909 tenha funcionado como elemento catalisador na produção e consolidação de uma sensibilidade moderna na Campina Grande do início do século XX. Isto porque a exaltação à natureza ditada pelo olhar idealizado dos poetas foi minada durante o período da seca, período em que ao mundo natural, como vimos, passou a ser atribuída a maior responsabilidade pelo sofrimento e pelas angústias do povo nortista; em que a natureza passou a ser dita e vista como opressora, impiedosa, insensível, etc.; em que, por outro lado, passou-se a defender uma ação mais eficaz do homem com o fim de minorar os efeitos do mundo natural sobre a vida humana, ou seja, passou-se a defender mais a intervenção humana sobre os elementos naturais – daí a publicação, nesse mesmo período, do poema *As Flores*, de Virgílio Maracajá, defendendo a manipulação da natureza pelo homem no intuito de aperfeiçoá-la.

Nesse ínterim, entre junho e agosto de 1909, os poetas redatores de *O Campina Grande* não mais escreveram poemas de exaltação à natureza, provavelmente porque seria até mesmo um contra-senso exaltar algo que, segundo seus olhares, consistia no próprio algoz da vida dos nortistas. Na medida em que o jornal noticiava os efeitos da seca, os poemas

⁸⁴ A invenção do Nordeste como uma região específica pode ser vista sob essa lógica, já que a região foi inventada como espaço do atraso por, dentre outras coisas, ser um território que estava submetido aos desígnios da natureza por meio da seca (Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001).

de exaltação aos elementos do mundo natural foram paulatinamente perdendo espaço e saindo de cena para darem lugar a denúncias contra a falta de higiene pública⁸⁵, críticas ao governo municipal⁸⁶, à administração dos cemitérios⁸⁷, à jogatina e outros costumes “incivilizados”⁸⁸, dentre outros temas “modernos”. O jornal foi, portanto, tornando-se mais “noticioso” que “litterário” pela primeira vez em oito meses de veiculação.

Se isto foi meramente um momento de exceção, uma excepcionalidade na sensibilidade das elites letradas que conduziam *O Campina Grande* dada devido à situação de estiagem, e que, logo depois da sua cessação a sensibilidade romantizada voltou a imperar no jornal, não tenho como responder. Isto porque a última referência à seca se deu em reportagem datada de 15 de agosto e o jornal encerrou suas atividades na imprensa duas semanas depois. O motivo alegado para a suspensão foi a saída de Antonio Sá, irmão de Protásio Sá e “principal redactor”, que teria ido concluir o seu curso de direito na cidade do Recife⁸⁹.

⁸⁵ Cf. “Da carteira do reporter”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04; “Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 41, edição de 15/08/1909, p. 03; e “Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p.01.

⁸⁶ “Quem tudo fazia, promettendo até transformar esta cidade em verdadeiro paraizo terrestre, certamente não se recorda mais de suas solemnes e publicas promessas./ Não negaremos jamais que em annos passados alguma cousa tinha feito, entretanto manda a justiça que se diga: nos últimos tempos o nosso querido torrão, vive em absoluto e completo abandono./ O leito das ruas está sem a menor conservação: buracos por toda a parte, lixo por todos lugares e recantos” (“Hygiene Publica”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 42, edição de 22/08/1909, p.01).

⁸⁷ “Cemiterio”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p.02.

⁸⁸ “Não somos nós somente”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 33, edição de 06/06/1909, p. 04

⁸⁹ “Redacção”. **O Campina Grande**, Anno II, n. 43, edição de 29/08/1909, p. 03.

Por outro lado, sou levado a crer que o encerramento das atividades de *O Campina Grande* não se deveu unicamente ao alegado pelo periódico. A mudança pela qual o jornal passou nos últimos meses de veiculação, quando passou a ser mais noticioso do que literário, começando a abordar de maneira mais crítica aspectos sociais e políticos da cidade, parece ter feito nascerem alguns inimigos dos seus redatores que os “inocentes” poemas de exaltação à natureza não haviam até então produzido. Parece-me ter sido este o motivo que levou ao atentado contra a vida de Protásio Sá, no dia 25 de julho de 1909, quando este se encontrava no estabelecimento comercial do Sr. Francisco Cezario da Costa e foi agredido por dois sujeitos armados de revólveres⁹⁰. Não foi a primeira nem seria a última vez que jornalistas de Campina Grande foram e seriam agredidos ou ameaçados devido às críticas políticas e sociais veiculadas em seus periódicos – que o digam o Sr. Irenêo Joffily, diretor de *A Gazeta do Sertão*, cuja rixa com o presidente do Estado, o Sr. Venâncio Neiva, levou ao empastelamento do seu jornal e ao seu exílio no Rio de Janeiro, em 1891, e o Sr. Arlindo Corrêa, diretor de *A Batalha*, agredido pelo Dr. João Arlindo, em 1935.

Apesar do prematuro encerramento das atividades de *O Campina Grande* e, desta maneira, da impossibilidade de comparar os discursos sobre a natureza proferidos antes da estiagem, analisados neste capítulo, com aqueles que seriam proferidos depois da mesma por aquele pequeno grupo de poetas redatores que lá trabalhavam, penso ainda assim ser possível pensar a estiagem de 1909 como elemento catalisador da mudança de sensibilidades em Campina Grande.

⁹⁰ O caso é relatado em “Agredidos!!!”. *O Campina Grande*, Anno II, n. 40, edição de 08/08/1909, p. 01.

Isto porque, mesmo não me sendo possível afirmar que o olhar sobre a natureza produzido no período de seca tenha perdurado para além do evento climático então ocorrido, com base neste periódico, com a leitura dos jornais que vieram nos anos seguintes é possível pensar como o impacto da seca possa ter ajudado a minar o olhar romantizado sobre a natureza até então ainda muito professado por grupos letrados em Campina, abrindo um maior espaço para uma sensibilidade moderna que paulatinamente foi se tornando hegemônica entre esses grupos e comunicada à cidade especialmente por meio da imprensa.

É também na própria estrutura física deste jornal, ou seja, na distribuição espacial de seus conteúdos, que posso analisar como alguns elementos nele presentes seriam modificados nos periódicos das décadas seguintes, periódicos, estes, já informados por um olhar moderno. Isto porque as poesias aí produzidas se encontravam no mesmo espaço das notícias, e muitas destas notícias eram passadas ao leitor utilizando-se da linguagem poética, não havendo distinção clara entre o espaço do poético e o espaço do noticioso. Isto em geral não ocorreu com os jornais veiculados na cidade nas décadas seguintes, que passaram a ser instrumentos com uma função mais política – apresentando mais notícias –, e mais econômica – pela divulgação de produtos e serviços –, do que folhetins literários. Estes jornais modernos ou não publicavam poemas, ou publicavam em quadros destacados do texto principal ou em chamados *Suplementos Literários*, apartando-os, desta maneira, das notícias, delimitando-os, assim, cartografando espaços distintos, inventando o espaço da notícia e o espaço da poética.

Cito, por exemplo, os jornais *O Século – Jornal de Livre Opinião*, de 1928, dirigido por Luiz Gomes, que mantinha um

Suplemento Ilustrado e Literario que era anexado ao periódico entre as páginas 2 e 3 – estas, por sua vez, em geral, páginas de propaganda de produtos e serviços os mais diversos, desde os caminhões da Chevrolet ao Elixir de Nogueira⁹¹; *Brazil Novo – Orgam de Livre Opinião*, de 1933, dirigido por Tancredo de Carvalho e José Tavares Cavalcanti, que trazia algumas poucas poesias geralmente na página 3 de cada edição da folha, em quadros destacados⁹², ou na seção especial *Letras Regionaes*⁹³; em *A Batalha – Orgam dos trabalhadores e de interesses gerais*, de 1934, do senhor Arlindo Corrêa da Silva, e em *Voz da Borborema*, de 1937, do senhor Acacio Figueiredo, não localizei poemas nem prosas poéticas.

Assim, leio como com *O Campina Grande* o olhar romantizado sobre a natureza deu seus maiores saltos naquele início de século XX, bem como deu também seus últimos suspiros antes da prevalência do olhar moderno. E era na própria redação do jornal onde acontecia o combate entre esses dois olhares, por meio das diferentes abordagens sobre os elementos naturais expressos por Protásio Sá e por Virgílio Maracajá.

Os anos que se seguiram, desta maneira, não viram mais o nascimento de periódicos jornalísticos tais quais *O Campina Grande*, mais literários e românticos do que propriamente noticiosos. O papel do jornal numa cidade moderna, assim, era o de apresentar fatos, notícias, eventos políticos e econômicos, numa abordagem racional e científica. As subjetividades e demais expressões sentimentais do homem não deveriam

⁹¹ Cf. **O Século**, Anno I, n. 06, edição de 25/08/1928.

⁹² Cf. "Inspiração". **Brazil Novo**, Anno I, n. 01, edição de 10/01/1933, p. 03.

⁹³ Consegui localizar este suplemento apenas em algumas das primeiras edições do jornal, no número 03, edição de 24/01/1933, e no número 06, edição de 14/02/1933, ambas à p. 03.

figurar aí, lugar do moderno. E a natureza, por sua vez, ligada a essa subjetividade, deveria ser vista apenas como elemento culturalizável, colonizável pelo homem, espaço de sua intervenção.

Os discursos modernizantes, pautados na idéia de que a racionalização científica iria proporcionar o domínio dos elementos do mundo, consistiram em promessas de uma total oposição à natureza e a tudo o que ela representava. O mundo moderno pretendeu oferecer ao homem a possibilidade de controle total sobre o mundo natural, passando a considerar a natureza um mero objeto de colonização do homem moderno. Com isso, pretendeu também desatar os nós que ligavam o homem à natureza há séculos, relações que haviam sido estabelecidas pelo humano e que permitiam uma vivência cooperativa com os elementos daquele mundo. Relações, estas, que os discursos do moderno instituíram como dependência e pretenderam quebrar para que os homens estabelecessem outras relações. A representação do homem moderno, que deveria ser necessariamente um homem de ciência, foi produzida tal qual um Brás Cubas machadiano. Alguém que deveria guiar sua vida pelas análises e classificações que o conhecimento científico lhe proporcionava.

Brás Cubas, apesar de não reconhecer devidamente o papel da ciência na sua vida – ao graduar-se em Coimbra, por exemplo, afirma ter-se sentido “logrado, ainda que orgulhoso”, pois a Universidade havia-o atestado “uma ciência que (...) estava longe de trazer arraigada no cérebro”⁹⁴ – demonstra em diversas situações práticas de sua vida que o seu contato com o conhecimento científico havia construído nele um olhar distinto dos demais, um olhar “superior”, que o levava a

⁹⁴ ASSIS, 2006, p. 51.

observar, ler, qualificar, classificar e nomear o mundo e as pessoas de maneira racional, lógica, linear, dicotômica⁹⁵.

Assim agindo em suas práticas cotidianas e nas relações que estabelecia com os outros à sua volta, Brás Cubas, apesar de afirmar que a ciência não se lhe havia “arraigado no cérebro”, era um homem que lia e classificava o mundo segundo a formação acadêmica do século XIX com que tinha entrado em contato em seus estudos na Europa, guiando-se em muitos episódios de sua vida conforme regia o conhecimento científico. Havia, portanto, tornado-se um homem de ciência.

E, até mesmo em seu delírio de morte, Cubas é orientado por tal conhecimento. Quando se defronta com um ser que se denomina como a própria “Mãe Natureza”, a reação do homem de ciência é exatamente a de rejeitar a existência de tal coisa, a de classificar-lhe por “absurda”, chamar-lhe de “fábula”. Para Brás Cubas, ou melhor, para o homem moderno que regia a sua vida pautado no conhecimento científico, o olhar para a natureza deveria se dar apenas no intuito de colonizá-la, de controlá-la, de culturalizá-la, estabelecendo aí o domínio da razão científica. Na crítica que Machado de Assis produz a este olhar por meio de sua representação literária, o homem de ciência recusa-se até mesmo a aceitar a própria existência da Natureza como um ser externo à ciência, por ela não controlada ou classificada. Ao ser apresentado a ela, Cubas a repudia, não podendo crer que, no momento final de sua vida, é com a natureza, e não com a ciência, que ele deve tratar. Mais assustador ainda para ele deve ter sido perceber o quanto a ciência falhara em sua pretensão de domínio e classificação do natural, já que, segundo sua própria observação, mesmo

⁹⁵ Cf. AGRA, Giscard F. “Do delírio de morte de Brás Cubas: as pretensões da ciência moderna postas em questão”. In: **Machado de Assis: o bruxo da linguagem**. Anais do Encontro Machado de Assis: O bruxo da linguagem. Campina Grande, PB, 2009.

sem ainda saber de quem se tratava, afirmou que na natureza “tudo escapava à compreensão do olhar humano”⁹⁶.

Desta maneira, Brás Cubas, que ao longo de sua vida guiou-se pelo conhecimento científico, lendo e classificando o mundo de acordo com esses preceitos, até mesmo em seu delírio de morte age como um homem de ciência do século XIX ao ser confrontado pela natureza. Para ele e, de maneira geral, para o conhecimento científico oitocentista que informou os discursos modernizantes, a natureza era caótica, desordenada, irracional, “absurda”, uma “fábula”. Deveria, portanto, ser controlada, colonizada, manipulada, tornar-se um elemento da cultura, sendo, assim, vista e dita por essa nova sensibilidade produzida na cidade, uma sensibilidade moderna.

A oposição cidade *versus* campo aparecerá também nestas primeiras décadas do século XX em Campina Grande em uma área específica da produção do conhecimento que começa a se consolidar como ciência na cidade na década de 1920. Refiro-me à medicina científica que, ao nascer, legitimou-se destituindo as demais práticas de cura não-científicas, galgando o monopólio institucional sobre os corpos doentes e saudáveis.

Como analisarei no próximo capítulo, a medicina científica nasceu sob a égide da artificialização da natureza, contrapondo-se, assim, às práticas e aos praticantes “populares”, maneiras de curar que estabeleciam uma relação íntima e necessária entre homem e elementos da natureza.

⁹⁶ ASSIS, 2006, p. 26.

CAPÍTULO III

“À nossa imagem e semelhança”

– a construção de um mundo médico científico em Campina Grande

“Ante-ontem, às 17 horas, quando grande era o numero de pessoas estacionadas em frente a nossa redação, para ler as últimas notícias do dia, fomos surpreendidos com a entrada do Dr. Arlindo Corrêa, em nossa sala de trabalho, que veio agredir os que fazem este jornal. (...) A palidez do seu rosto, o seu sistema nervoso alteradíssimo, provou que êle não pertence á estirpe dos homens de vergonha e de atos decentes.”

A Batalha, 04/04/1935¹

O periódico dirigido pelo Sr. Arlindo Corrêa da Silva provavelmente nunca havia sido tão merecedor do nome que levava quanto a partir daquele fatídico final de tarde do dia 02 de abril de 1935. Foi naquele dia que o prédio de número 42 da rua Maciel Pinheiro quase veio abaixo, ao presenciar a entrada de um furioso médico que havia ido para lá tirar

¹“O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d’A Batalha”. *A Batalha*, Anno 1, n. 25, 04/04/1935, p. 04.

satisfações com o diretor do jornal, devido às várias críticas a sua pessoa que saíam daquele prédio.

A cena é descrita unicamente por meio do próprio jornal, dois dias após o acontecido, pela visão do jornalista agredido e ameaçado verbalmente. Segundo ele, o Dr. João Arlindo Corrêa, visivelmente nervoso e irritado, teria invadido o prédio em horário comercial, indo agredir o jornalista em sua sala de trabalho. Teria o médico ameaçado a livre circulação do periódico, bem como aqueles responsáveis pela redação e distribuição do mesmo. Ainda mais: segundo o jornalista, o Dr. João Arlindo teria afirmado a existência de alguns “capangas” seus, responsáveis por fazer alguns “servicinhos”, dos quais poderia vir a fazer uso para cumprir as suas ameaças...

A ameaça de agressão física foi retomada em uma edição seguinte do periódico, enquanto a batalha entre os dois Arlindo Corrêas, o médico e o jornalista, acirrava-se. Segundo a reportagem, o Dr. João Arlindo teria afirmado “a várias pessoas” que não mandava eliminar o diretor do jornal porque “não desejava no momento; mas oferecimentos havia recebido”².

O jornalista Arlindo Corrêa também não se deixava ameaçar sem uma resposta à altura. Através de seu jornal, afirmou:

Que venha proibir a circulação d’A BATALHA, para nós lhe mostrarmos com quantos paus se faz uma jangada. Ninguém teme nem as suas bravatas de valente, nem

² “Confessando o seu pavor”. **A Batalha**, Anno 1, n. 27, 16/05/1935, p. 04. Infelizmente, o acervo deste periódico é bem escasso nos arquivos de Campina Grande, e não pude localizar a edição de n. 26 do mesmo, onde pode ter sido veiculada alguma notícia sobre o impacto da invasão. Entretanto, o fato de a edição de número 27 só ter saído mais de um mês depois da de número 25, considerando que o periódico era semanal, pode ter sido devido a algum tipo de censura, como nos permite ler Fátima Araújo (s.d., p. 88).

os capangas que diz ter para fazer “servicinhos”! Pensam que é este o estado de segurança em que vivem os jornalistas independentes?

É o dr. Arlindo Corrêa o terror campinense. Não se lembra que chegou aqui enrolado numa estôpa e que foi esta terra generosa que tudo lhe presenteou, embóra que, hoje a pobreza viva sofrendo as chicotadas do orgulho macabro.

Conosco tem diferença.

Se o chicote bater nas nossas costas, nos o revidaremos na cara desse medico agressor de jornalistas.³

E, quanto à afirmação de que ao médico já havia sido proposta a eliminação do jornalista, este retrucou:

Convido, pois, a vir declarar o nome das pessoas que apresentaram os seus serviços para empreza tão sangrenta, sob pena de citarmos os nomes dos cavalheiros que me puzeram ao corrente deste phenomeno e desde já lhe avisando que toda a minha família e a do jornalista Izidro Aires de Castro, perante eles, v. s. responde por qualquer atentado que soframos mesmo que se não possa identificar, no ato, o bandoleiro pago pelo seu vil metal.(...)

Mêdo, médico demoníaco, é que nós não temos. A morte é privilégio de todos nós.⁴

Como já disse anteriormente, o número 42 da Maciel Pinheiro assistiu, naquele ano de 1935, a dias de trovão em Campina Grande.

³ “O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha agredir os diretores d’A Batalha”. **A Batalha**, Anno 1, n. 25, 04/04/1935, p. 04.

⁴ “Confessando o seu pavor”. **A Batalha**, Anno 1, n. 27, 16/05/1935, p. 04.

Entretanto, se a idéia de modernidade estava vinculada ao uso da razão objetiva e levava, conseqüentemente, ao abandono das ações pautadas em emoções como ódio, rancor e raiva, como entender que numa sociedade que se queria civilizada, moderna, continuassem acontecendo situações como a que acabo de relatar? E, justamente, como entender que ocorressem rixas entre alguns desses sujeitos enunciadores dos discursos modernizantes, pertencentes a grupos que se queriam fazer ver como homogêneos nas maneiras de pensar o moderno, responsáveis pela circulação dos discursos de construção de Campina como uma cidade grande?

Esse problema se torna ainda maior quando analiso o papel exercido pelo Dr. João Arlindo na cidade de Campina Grande. Ele não era apenas um médico, mas era provavelmente o principal nome da ciência médica na cidade naquele período. Sua trajetória na medicina campinense era notável: havia chegado à cidade no início da década de 1920, dirigira o Posto de Profilaxia Rural dali, fora responsável pela construção do único hospital que a cidade possuía e, desde a sua instalação, em 1932, até aquele ano de 1935, era o diretor daquela Casa de Saúde.

O Dr. João Arlindo havia, em cerca de uma década morando em Campina Grande, construído o seu próprio nome na cidade, um nome excepcional, um nome importante, um nome de poder. Poder, entretanto, que articulou práticas, ações sobre o social, que nem sempre eram vistas com bons olhos por aqueles sobre os quais agia, especialmente quando a autoridade produzida pelo poder médico entrava em choque com o lugar de poder ocupado por outros sujeitos, como o jornalista e o advogado, por exemplo. Tais choques acabaram levando-o a um comportamento tal qual o aqui já relatado.

A posição social que ele ocupava em Campina Grande, em 1935, talvez o tenha levado a pensar-se como o próprio

“xerife” dessa cidade. Essa posição lhe havia sido garantida pelo aumento gradativo do poder que a medicina do mundo moderno, baseando seus enunciados no discurso científico, exercia sobre os corpos e a malha urbana, a partir de sua institucionalização e sua busca pelo monopólio das práticas de cura. E, em Campina Grande, ninguém havia até então corporificado tão bem essa nova faceta da medicina e exercido de maneira tão enfática o poder médico quanto o Dr. João Arlindo.

Para entender como se deu a construção desse lugar de poder da medicina moderna em Campina Grande, e como isto afetou as sensibilidades de seus moradores no tocante às maneiras de ver e dizer o médico, preciso recuar um pouco no tempo. Recuar para um momento em que a medicina era apenas mais um discurso, em que o médico formado não buscava estabelecer-se como único detentor do conhecimento sobre as curas dos males que afligiam as pessoas. Preciso, assim, recuar para o final do século XIX e analisar como se deu a emergência da medicina científica como elemento atrelado à chegada do moderno em Campina Grande e como isto afetou as imagens de seus praticantes, inventando-se pelo menos duas imagens opostas: a dos médicos do passado, imagem que circulou em torno da pessoa do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, e a dos médicos do presente, encarnados na pessoa do Dr. João Arlindo.

Uma construção do médico do passado: o Dr. Chatô

Filho do bacharel Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão e de Dionísia da Costa Ramos, Chateaubriand Bandeira de Melo⁵ nasceu em 02 de julho de 1855, na Vila de

⁵ Minhas principais referências biográficas sobre Chateaubriand foram as seguintes obras: NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da**

Cabaceiras, então comarca de São João do Cariri. Fez seu curso primário ainda na terra natal e seus cursos preparatórios na cidade do Recife, indo cursar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1870.

Na corta imperial, contraiu tuberculose pulmonar, doença tão comum quanto mortal à época. Apesar de ter tentando continuar o curso, ignorando os sintomas do morbus que lhe fragilizava o corpo, em meio à argüição de seus exames do quinto ano sobreveio-lhe uma crise de tosse com sangue, sintoma que anunciava que a doença havia atingido um estágio muito avançado do qual a morte física seria consequência praticamente certa⁶.

Interrompidos os exames por alguns minutos, enquanto Chateaubriand era atendido por um de seus professores da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Dr. João Vicente Torres, assim que se sentiu melhor, Chatô retornou à avaliação, sendo aprovado em todas as matérias. Não pôde, entretanto, dar continuidade imediata ao curso devido ao seu estado de saúde. Precisou afastar-se do Rio de Janeiro e, seguindo as medidas profiláticas para a tísica daquele período⁷, ir procurar

saúde na Paraíba: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. João Pessoa: Universitária UFPB, 1979; RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979; DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** Campina Grande, PB: A União, 1993 (volume 1); **Memorial urbano de Campina Grande.** Campina Grande, PB: A União, 1996; CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses.** Campina Grande, PB: Caravela, 1998; CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande** – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864. 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006; PIMENTEL, Cristiano. **Mais um mergulho na história campinense.** Campina Grande, PB: Caravela, 2001; SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande: 1670-1963.** João Pessoa: Grafset, 2005.

⁶ Cf. FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003.

⁷ Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção

lugares de clima ameno, de ar puro, onde pudesse descansar de maneira “saudável”.

Na província parahybana, eram Monteiro e Cabaceiras os lugares considerados, devido a um conjunto de fatores naturais – como a localização no planalto da Borborema, a pluviosidade restrita, o clima ameno e a temperatura constante favorecida pelos ventos –, os “sanatórios naturais parahybanos”. Unindo fatores naturais ao fator emocional – a volta à sua terra natal – Chateaubriand recolheu-se em Cabaceiras, talvez, como muitos à época e como seus próprios professores do Rio de Janeiro acreditavam⁸, aguardando a morte certa.

Morte que acabou não vindo. Quatro anos depois, Chateaubriand, sem mais apresentar os sintomas do morbus que o afligira, regressava à corte para dar continuidade aos seus estudos, concluindo-os em 1884, com 29 anos.

Feito esculápio no Rio de Janeiro, retornou novamente à Parahyba, desta vez para morar, trabalhar, casar e viver em Campina Grande, em 1885. Fez do casarão ao lado da Igreja da Matriz sua moradia até a morte⁹; fez da Farmácia Azevedo o local onde atendia a seus clientes¹⁰; e fez da senhorita

Antropologia e Saúde); AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006; FARRELL, 2003.

⁸ Humberto Nóbrega e Ronaldo Dinoá destacam que, ao vê-lo embarcar de volta para a Parahyba, um de seus professores teria exclamado “ele seguiu a bordo para morrer no Norte” (NÓBREGA, 1979, p. 217; DINOÁ, 1993, p. 268, vol. 1).

⁹ Casarão localizado na esquina entre a rua da Matriz e a rua do Meio, atuais Avenida Floriano Peixoto e rua Bento Viana.

¹⁰ NÓBREGA, 1979, p. 218. Humberto Nóbrega afirma que Dr. Chatô atendia a seus clientes na Farmácia Azevedo. Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti, em entrevista concedida a Ronaldo Dinoá, traça uma pequena história da Farmácia Azevedo desde a sua fundação. Cf. DINOÁ, 1993, p. 243, vol. 2.

Amanda, sobrinha do coronel João Lourenço Porto¹¹, sua esposa, até a morte desta, ocorrida em 1926. Deste relacionamento, nasceu a menina Maria das Neves que futuramente viria a contrair núpcias com o senhor Antonio Pereira Diniz, futuro promotor público e prefeito da cidade de Campina Grande na década de 1930, que ainda aparecerá algumas vezes nesta história...

Tendo regressado à Parahyba para atuar na medicina, enveredou também pelo mundo político. Encontro-o como tribuno liberal já no ano de 1886, ao lado de Irenêo Joffily¹², lutando pela abolição da escravatura. Esta causa parece ter sido uma preocupação constante em seus primeiros anos no meio político, merecendo destaque por parte de seus biógrafos¹³.

¹¹ João Lourenço Porto era pentaneto de Teodósio de Oliveira Lêdo, este, considerado o fundador de Campina Grande. Porto já era um nome de destaque no cenário político campinense quando Chateaubriand retornou dos estudos no Rio de Janeiro, não apenas devido ao seu nome, mas à sua atuação perante a sociedade. Coronel da Guarda Nacional, já havia sido deputado provincial de 1878 a 1879 e viria a ser deputado estadual a partir de 1892, reeleito em 1896, e seria o segundo prefeito da cidade, no período de 1901 a 1904 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 135).

¹² Irenêo Joffily foi, segundo seus biógrafos, bacharel formado pela Faculdade de Direito do Recife; deputado provincial pelo Partido Liberal, de 1868 a 1869, tendo ainda sido reeleito por várias vezes; juiz de São João do Cariri e Campina Grande, entre 1877 e 1880; jornalista, fundador do primeiro jornal campinense, *A Gazeta do Sertão*, em 1888; além de realizar estudos em diversas áreas, como história, geografia e etnografia, o que resultou na publicação de *Notas sobre a Paraíba*, em 1892, livro clássico da historiografia paraibana, prefaciado por Capistrano de Abreu, e *Sinopse de Sesmarias*, em 1894. Não confundir Irenêo Joffily com Irineu Joffily, sendo este filho daquele, sujeito também de destaque na história de Campina Grande. Não raramente os autores campinenses se referem ao pai sob a mesma escrita do nome do filho, entretanto, optei pela adoção da grafia "Irenêo", pois foi sob esta forma que o próprio assinou sua nota de despedida ao povo campinense ao encerrar as atividades de sua *A Gazeta do Sertão*, em 1889 (Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, p. 123).

¹³ Cf. PIMENTEL, 2001, p. 104, e NÓBREGA, 1979, p. 219.

Como político, pertenceu ao Partido Liberal durante a Monarquia e, quando da reformulação partidária na Paraíba, ocorrida no ano de 1892, tornou-se Republicano. Nesses dois momentos, tinha como companheiros de partido João Lourenço Porto, Irenêo Joffily e monsenhor Sales, que representavam, em nível estadual, a oposição ao governo dos Autonomistas liderados por Venâncio Neiva, na capital do Estado, e por Alexandrino Cavalcanti e Cristiano Lauritzen, em Campina Grande. Ainda em 1892, foi eleito deputado da Constituinte do Estado Parahybano. Dois anos depois, ascendeu ao cargo de deputado federal, tornando-se o primeiro político campinense a ter assento no Parlamento Nacional.

Como médico, entretanto, é que se sobressaem os comentários mais elogiosos de seus biógrafos. Nóbrega, parafraseando o jornalista William Tejo, afirma que

Quando aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi o Dr. Chateaubriand cometido de uma incumbência de alta responsabilidade, da qual ele soube se desabrigar de maneira a elevá-los nos conceitos das sumidades da época. Chamado pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio, para dirigir a enfermaria de Santana, no hospital do mesmo nome, numa fase em que as febres de todas as modalidades patológicas eram endêmicas na Capital Federal¹⁴, portou-se o jovem discípulo de Esculápio de tal maneira, que não só mereceu calorosos elogios e agradecimentos pelos jornais a pessoas que salvou, mas, foi ainda agraciado por decreto imperial com a ordem de Cavaleiro da Cruz.¹⁵

¹⁴ Transcrevo tal qual está no texto de Nóbrega, apesar do equívoco do autor em chamar o Rio de Capital Federal antes do Golpe de 15 de Novembro.

¹⁵ NÓBREGA, 1979, p. 219.

Hortênsio Ribeiro, em nota escrita no dia seguinte à morte de Dr. Chatô, ocorrida em 29 de abril de 1936, aos 80 anos¹⁶, referiu-se ao “incontável número de doentes e enfermos a quem o clínico campinense salvou a vida” e afirmou ainda que

Erguendo-se com iterativo trabalho e a custa dos seus próprios esforços, lutando muitas vezes com a indiferença quando não com o despeito e a inveja dos seus conterrâneos, o Dr. Chateaubriand conseguiu elevar-se, graças a operosidade do seu espírito e a fé que jamais o abandonou, a um plano social e político, do qual não vingaram abeirar-se muitos dos colegas que foram seus contemporâneos.¹⁷

Epaminondas Câmara descreveu-o como “muito caridoso, foi homem de recursos financeiros até a idade madura, mas levou uma velhice de pobreza”¹⁸, e Ronaldo Dinoá, além de afirmar que Chatô foi o “médico dos campinenses, dos ricos, dos remediados, e especialmente dos pobres”, retratou-o como um médico à “maneira antiga”, e não como os contemporâneos, a que chamou de “frios”.

Ele era de um tempo em que um médico era muitíssimo respeitado. Hoje em dia, a desorganização do país permite que os profissionais da área de saúde tenham suas imagens desgastadas, atingindo até o máximo do

¹⁶ Hortênsio Ribeiro escreveu duas notas fúnebres sobre o Dr. Chateaubriand para jornais locais, como *A Imprensa* e *A União*. A primeira diz ter escrito no dia do sepultamento do médico, dia 29 de abril de 1936, tendo sido veiculada apenas na edição daquele primeiro periódico do dia 17 de maio. A segunda, escrita quando da passagem da missa de trigésimo dia de falecimento do esculápio foi publicada a 6 de junho do mesmo ano. Ambas as notas foram reunidas no livro *Vultos e Fatos*, do próprio Hortênsio Ribeiro, às páginas 109-112.

¹⁷ RIBEIRO, 1979, p. 109.

¹⁸ CÂMARA, 1998, p. 125.

descrédito. Sempre que a medicina atual dá margem para críticas, os saudosistas costumam recordar as épocas quando os médicos ‘atendiam os doentes com bem mais paciência e dedicação’. E, as coisas mudaram. A medicina evoluiu, todavia tornou seus praticantes mais frios.¹⁹

Firmino Leite, por sua vez, afirmou que, devido à escassez de médicos no interior da Parahyba, a clientela do Dr. Chatô foi vastíssima. Mesmo assim, o “dinheiro que recebeu da clínica não dava para fazer uma feira”²⁰, fazendo com que Humberto Nóbrega destacasse o aspecto de “sacerdócio” com que Chateaubriand Bandeira de Melo exercia a medicina em Campina Grande, em fins do século XIX e inícios do século XX²¹.

Em entrevista a Ronaldo Dinoá, o Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti, médico que atuou em Campina a partir da década de 1920, recordou o Dr. Chatô como o médico de sua família quando de sua infância. Afirmou ainda que, em sua “meninice”, a primeira década do século XX²², Campina Grande contava com apenas dois médicos: Dr. Chatô e Dr. Evaristo Gondim²³.

¹⁹ DINOÁ, 1993, p. 267, vol. 1.

²⁰ Citado por NÓBREGA, 1979, p. 219.

²¹ NÓBREGA, 1979, p. 219.

²² João Tavares de Melo Cavalcanti nasceu em 10 de fevereiro de 1900 e morou em Campina apenas até o término do curso primário, tendo ido cursar o secundário no Liceu Parahybano, na Parahyba do Norte, e o curso de Medicina no Rio de Janeiro, retornando a Campina Grande como médico apenas em 1925 (DINOÁ, 1993, p. 240, 2º vol.).

²³ A fala do Dr. João Tavares é a única que faz referência a um segundo médico atuando em Campina Grande no início do século XX de todas as fontes com as quais estabeleci relação nesta pesquisa. O nome do Dr. Evaristo Gondim, que seria esse segundo médico, não aparece nem na relação de médicos que Humberto Nóbrega elenca, nem nos escritos de Cristino Pimentel, de Elpídio de Almeida e de Epaminondas Câmara, nem mesmo no Memorial Urbano da cidade. O próprio Dr. João Tavares apenas faz citar o seu nome, mas deixando claro que o seu médico não era Gondim,

Quando cheguei aqui em Campina Grande, em 1925, fui o quinto médico a clinicar aqui, porque encontrei quatro colegas. Pela ordem cronológica, o mais antigo de todos era o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo e que na minha meninice foi o médico de minha casa, da minha família, inclusive foi meu médico em algumas doenças que eu tive. Por falar em meu tempo de infância, na época também clinicava em Campina Grande, o Dr. Evaristo Gondim, de saudosa memória, e quando cheguei em 1925, ele já havia falecido.²⁴

Destacam-se, nas falas dos biógrafos do Dr. Chatô, alguns elementos importantes para a análise da construção de sua imagem como a de um grande baluarte da medicina em Campina Grande.

Primeiro, Chateaubriand é descrito como praticamente predestinado a um futuro glorioso em razão de seu “caráter excepcional”. Em tudo que realiza, destaca-se. Sai da pequena vila de Cabaceiras para ir estudar na cidade do Recife, então grande centro urbano do Norte, e depois desembarca na própria Corte Imperial para cursar medicina, isto justamente na década em que o curso está passando por uma grande reformulação que proporcionará a institucionalização do saber médico-científico e a aparição da figura do “médico missionário”, obstinado em curas e intervenções²⁵.

mas Chateaubriand. Ainda segundo o entrevistado, o Dr. Gondim foi o fundador da terceira farmácia que Campina Grande conheceu, a Farmácia Confiança, onde atendia a seus pacientes. Após a morte do médico, a farmácia passou a pertencer a Luiz Juvêncio dos Santos (DINOÁ, 1993 2º vol., p. 244).

²⁴ DINOÁ, op. cit., p. 240.

²⁵ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. A figura do “médico missionário”, formulada na década de 1870, aparecerá em Campina Grande já na figura de Chateaubriand, como homem obstinado em curar os doentes, e depois

Talvez o mais excepcional dessa sua trajetória, entretanto, tenha sido a sua luta pessoal contra a tuberculose. Não somente a sua inesperada vitória sobre uma doença à época incurável, mas a sua não sujeição aos sintomas que o morbus lhe causava. A aprovação nos exames do quinto ano em meio a uma hemoptise consiste em um evento contado e repetido por todos os seus biógrafos, dando a ler aqui o ideal iluminista de que a razão científica seria capaz de prevalecer mesmo diante de um corpo doente, ou melhor, que a razão não deveria jamais sujeitar-se a um corpo.

Chateaubriand Bandeira de Melo parece ainda ter sido o primeiro médico a atuar, morar, viver e destacar-se em Campina Grande num primeiro período de maior crescimento do número de habitantes desta cidade²⁶. Se foi ou se não foi o primeiro médico da cidade, isto não consegui obter das fontes com as quais trabalhei. Entretanto, pela leitura delas, com a única exceção do depoimento do Dr. João Tavares que transcrevi, nas décadas finais do século XIX, Dr. Chatô parece ter sido o único médico que a cidade possuía, situação que iria permanecer até pelo menos a segunda década do século XX.

Dr. Chatô, desta maneira, é construído como o primeiro representante da medicina científica na cidade de Campina Grande e, por isto, aquele que durante longos anos foi o maior representante da prática médica moderna numa cidade que

será reformulada e aparecerá mais enfaticamente na década de 1930 com João Arlindo Corrêa, como homem obstinado em fazer prevalecer o projeto científico da medicina.

²⁶ Irenêo Joffily destaca que Campina passou por duas fases de crescimento ainda no século XIX. A primeira, devido à sua municipalização, ocorrida em 1864. A segunda, em decorrência da seca do triênio 1877 a 1879, quando uma grande quantidade de pessoas atingidas pela estiagem até Campina se deslocou em busca de melhores condições para viver (Cf. JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977; AGRA, 2006).

se desenvolvia, num período em que a medicina científica ainda lutava para conseguir se institucionalizar no Brasil.

Além disto, é colocado como alguém “caridoso”, “bondoso”, que praticava a medicina científica não em busca de proventos financeiros, mas por vocação, por “sacerdócio”, mesmo que daí não resultasse dinheiro nem sequer para comprar-lhe uma feira. Disto, vejo o destaque que seus biógrafos dão a ter Chatô morrido na pobreza em seu casarão à rua da Matriz. Era um “abnegado” que exercia a medicina como sacerdócio, um “médico missionário” no sentido de que tinha como missão de vida lutar sozinho pela melhoria da saúde das pessoas que se encontravam doentes numa cidade onde os morbus grassavam endêmica e epidemicamente, atingindo especialmente os pobres, a quem Chatô clinicava “sem pedir nada em troca”.

Tal é o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo construído por seus contemporâneos e seus biógrafos. Outro elemento, entretanto, deve ser analisado na produção discursiva que fabricou o Dr. Chatô: muito do que foi escrito foi feito num período em que Campina Grande já possuía outros médicos, e não somente ele. Provavelmente a imagem construída sobre Chateaubriand Bandeira de Melo tenha sido também influenciada pela presença de médicos de uma formação diferente da dele. De médicos que se portaram, clinicaram e estabeleceram relações com os seus pacientes diferentemente das do Dr. Chatô. Médicos formados num período em que a medicina científica já havia alcançado a institucionalização.

Como afirmei anteriormente, parece-me que Chateaubriand foi o único médico de destaque a exercer sua prática de maneira fixa na cidade. Mesmo não sendo o único esculápio da cidade, foi apenas o seu nome que ficou registrado na historiografia, nas crônicas e na memória campinenses. Uma ou outra fonte, isoladamente, indica a existência de outros médicos, mas, pelo

caráter escasso em que se apresentam, não me possibilitaram sequer construir uma imagem acerca de qualquer um deles²⁷.

Na segunda década do século XX, começaram a chegar a Campina Grande outros médicos, parte deles formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, parte pela Faculdade da Bahia, nas quais haviam ingressado no início do século XX, momento em que a medicina científica já havia se consolidado institucionalmente na Capital Federal e, através da publicação de revistas como *Brazil Medico* e da promoção de eventos para discussão da prática médica, promovia a produção científica no Brasil, com vias a elaborar uma ciência local, uma “medicina tropical”²⁸.

Esses novos médicos, formados segundo outras concepções de medicina que resultaram da institucionalização desse conhecimento no Brasil e sua vinculação ainda maior com o discurso científico, foram responsáveis pela construção de um cenário médico em Campina Grande diverso do que havia até então. Foram eles os atores que encenaram o espetáculo médico moderno a que Campina assistiu desde então.

Assim, a cidade recebeu, ao longo das três décadas seguintes, os Drs. Severino Cruz, em 1917; João Arlindo Corrêa, nos primeiros anos da década de 1920; Elpídio de Almeida, em 1924; João Tavares de Melo Cavalcanti, em 1925; Luiz Ribeiro, em 1932; Inácio Mayer, provavelmente ainda em 1932; Francisco Brasileiro, em 1933; Adalberto César e Francisco Pinto, ambos em 1935; Hênio Azevedo e José Santos, ambos em 1937; Heleno Henriques, em 1938; dentre outros ainda na década de 1930, como os Drs. Antonio Luiz Coutinho, Antonio Almeida, Apulero Vieira da Rocha e Freire Filho, Luiz Marcelino,

²⁷ Cf. as referências ao Dr. Evaristo Gondim (DINOÁ, 1993, p. 240, vol. 2), e ao Dr. Manuel Xavier (SILVA FILHO, 2005, p. 100).

²⁸ SCHWARCZ, 1993, p. 220-223.

Vital Cartaxo Rolim, Antonio Vieira de Queiroga, S. Gabínio de Carvalho e Antonio Cabral.

Esses novos atores do mundo médico, por sua vez, como vinham de uma formação acadêmica extremamente diferente daquela a que Dr. Chatô se submetera, tinham olhares diferentes sobre as questões concernentes às artes de curar. O próprio termo “artes de curar”, que a historiografia recente vem usando constantemente para se referir às diversas maneiras de buscar curas para doenças, não se adequava mais àquele momento. A medicina não era mais encarada como uma arte. Era uma ciência, um conhecimento objetivo, autorizado²⁹. E a única ciência que poderia promover a cura de doenças.

A este grupo de médicos coube, portanto, a tarefa de consolidar e legitimar a medicina científica como tecnologia de poder, como única instrumentalização autorizada a gerir a vida e a morte das pessoas. E, para poder construir-se como tal, não bastava apenas constituir um corpo teórico próprio, nem mesmo uma prática clínica empírica, mas, na configuração e legitimação da existência de um “eu”, necessário se fez desqualificar o que era “o outro”. Para demarcar o território sobre o qual a prática médica deveria atuar, fosse ela individual, fosse ela social³⁰, precisou-se também deslegitimar aqueles

²⁹ Cf. PEREIRA NETO, André de. “Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922)”. **Cad. Saúde Pública**, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 2000. Ao traçar um breve panorama da história da medicina no Brasil, ressalta que, até o início do século XX, a medicina era vista ainda como arte, e não como ciência: “Nesse período, o médico era identificado como produtor individual de serviços, portador de conhecimento abrangente a respeito do doente e da doença. Longe de ser uma ciência, um saber complexo e sistematicamente constituído, a medicina era vista como arte”.

³⁰ Refiro-me às vertentes teóricas, constituídas a partir da década de 1880, tanto na Faculdade de Medicina da Bahia quanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esta, segundo dá a pensar Schwarcz, buscava

saberes que já ocupavam tais lugares, desacreditando-os e desautorizando-os a permanecerem ali. A medicina científica, desta maneira, construiu-se como saber legítimo e autorizado destituindo, deslegitimando, desautorizando e, por fim, perseguindo e reprimindo os saberes que lidavam com a vida e a morte das pessoas já há séculos e que, sob a óptica científica positiva, eram manifestações da ignorância, da credice e das superstições populares e que deveriam sumir para dar lugar às luzes, o que faria as comunidades humanas darem um “salto evolutivo” em sua trajetória histórica.

Tânia Salgado Pimenta constrói uma narrativa acerca dos esforços de institucionalização da medicina científica na Corte Imperial na primeira metade do século XIX. A autora enfoca, especialmente, a ruptura ocorrida entre um primeiro momento, o de fundação da Faculdade de Medicina, em que os médicos diplomados conviviam de certa maneira até harmoniosamente com os chamados “terapeutas populares”, e um segundo momento, já em meados do século XIX, em que, para se firmar e deter o monopólio do poder sobre a vida e a morte das pessoas, a medicina científica passou a combater intensamente as medicinas não acadêmicas – “popular” e homeopata – executadas por sujeitos não-diplomados, como curandeiros, parteiras, sangradores, rezadeiras, feiticeiros, benzedores, etc.

a causa das doenças no ambiente, em elementos exteriores ao doente, desenvolvendo, desta maneira, políticas de intervenção nos lugares considerados insalubres, o que proporcionou as reformas urbanas, a higienização e o saneamento das cidades brasileiras no século XX; a Faculdade da Bahia, por sua vez, passou a investigar o próprio doente como causador do morbus, desenvolvendo políticas de internamento e exclusão a partir de teorias raciológicas e eugênicas que eram consideradas ciências naquele período, com identificação de traços de criminalidade, loucura e histeria através da medição de crânios, por exemplo (Cf. SCHWARCZ, 1993).

Com a organização dos médicos em torno das faculdades, sociedades de medicina e periódicos especializados, observa-se a tentativa de monopolizar cada vez mais o discurso médico. Sobretudo, o processo de aprendizado – na academia – e a posição social – mais abastada – eram por si sós um aspecto de superioridade em relação aos que não se enquadravam nessas características.³¹

A autora chama atenção, portanto, para a constituição e a consolidação do poder médico sobre a sociedade baseadas em práticas discursivas e práticas não-discursivas. As faculdades de medicina, como práticas não-discursivas, teriam possibilitado essa emergência do poder da medicina. E tal poder estaria também vinculado ao saber construído e legitimado pelo conhecimento científico, saber que elaborou discursivamente um arcabouço teórico científico para informar a sua prática e, inclusive, elaborou sua própria linguagem que, técnica, tornou-se cada vez mais inacessível e estranha para os não iniciados³². Hortênsio Ribeiro, por exemplo, advogado e intelectual que viveu a primeira metade do século XX, através do jornal *A União*, em 1934, criticou os médicos que atuavam na cidade de Campina Grande, referindo-se, dentre outras coisas, ao uso, na clínica médica, de “nomes arrevesados” que seriam “tão do gosto dos embusteiros da medicina”³³.

Destes novos nomes da medicina que apareceram em Campina Grande, talvez um, mais do que todos os demais, deva ser aqui trabalhado como sendo a própria imagem desse

³¹ PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 322.

³² *Ibid.*, p. 322.

³³ “Nota do dia”. *A União*, edição de 07/03/1934.

novo médico, construída como sendo o maior representante dessa nova maneira de atuação dos esculápios científicos do século XX. Refiro-me ao Dr. João Arlindo Corrêa.

Uma construção do médico moderno: o Dr. João Arlindo

Natural de Maceió, Alagoas, onde nasceu poucos dias depois do Golpe Republicano de 1889, João Arlindo Corrêa³⁴ cursou medicina na Faculdade do Rio de Janeiro na década de 1910, tendo concluído o curso no ano de 1915. Quatro anos depois, veio ao Estado da Parahyba para dirigir o Posto de Saúde de Umbuzeiro. Em 1923, já se encontrava em Campina Grande, onde ajudou a fundar a Loja Maçônica Regeneração Campinense, que, instalada em fevereiro do ano seguinte, funcionou à rua Maciel Pinheiro³⁵. Ainda em 1923, tornou-se

³⁴ A grande maioria das fontes nas quais pesquisei sobre o Dr. João Arlindo Corrêa – processos crimes, biografias, memórias e documentos maçônicos – traz a forma “Correia”, em vez de “Corrêa” – com exceção às reportagens veiculadas pelo jornal *A Batalha*, onde se lê “Corrêa” –, o que poderá ser comprovado neste texto através das citações referentes ao médico, que reproduzirei na forma original. Optei, entretanto, pelo uso do “Corrêa” ao longo desta narrativa por ter sido sob esta forma que o próprio médico assinou o seu depoimento prestado judicialmente na Ação Criminal contra José Cassimiro Barbosa, em 1932.

³⁵ SILVA FILHO, 2005, p. 133. As fontes com as quais tive contato afirmam que João Arlindo Corrêa ocupava um dos mais elevados graus da Maçonaria (NÓBREGA, 1979, p. 158) e, quando da regularização da Regeneração Campinense, em 1925, foi empossado como Venerável, cargo mais alto da Loja. Instalado o templo, aparentemente funcionou à rua Maciel Pinheiro até o ano de 1926, num sobrado da família de Ivo Macaxeira. Nesta data, foi transferido para o lugar que ocupa até hoje, à rua atualmente denominada Vidal de Negreiros. Em entrevista a Ronaldo Dinoá, Guilherme Cruz, ex-Venerável da Loja, e Nilson Nogueira de Melo, Venerável de então da Regeneração Campinense, traçam um pequeno histórico da fundação e das ações filantrópicas da Maçonaria em Campina Grande. O nome do Dr. João Arlindo Corrêa, entretanto, não é citado em momento algum da entrevista (DINOÁ, 1993, pp. 179-183, vol. 1).

diretor do recém fundado e inaugurado Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas de Campina Grande, localizado no Grêmio de Instrução³⁶. Repartido posteriormente em dois postos, João Arlindo Corrêa ficou sob a direção do Posto de Profilaxia Rural, enquanto Severino Cruz assumiu o Posto de Doenças Venéreas.

O nome do Dr. João Arlindo Corrêa está ligado também a um dos elementos mais importantes na consolidação de um mundo médico científico campinense, elemento que, iniciado em 1926, foi concluído apenas em 7 de setembro de 1932.

O espetáculo médico campinense já havia constituído alguns de seus personagens e já possuía até mesmo uma linguagem própria, mas faltava-lhe ainda o palco onde os médicos pudessem atuar e serem vistos contracenando. Este palco consistiu na construção do primeiro hospital de Campina Grande, o Hospital Pedro I.

Nas entrevistas realizadas por Ronaldo Dinoá com os médicos que clinicaram em Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940, o Pedro I aparece como espaço de memória e saudade para aqueles que aí praticaram sua ciência e como referência no trato da medicina na cidade³⁷.

A historiografia local e a memória sobre a construção do Hospital Pedro I, pela Maçonaria, levam a três nomes em

³⁶ Atualmente, o Colégio Alfredo Dantas, na rua Marquês do Herval.

³⁷ O Pedro I aparece nas entrevistas sobre e com os Drs. Abdísio Prazeres (p. 295, vol. 1), Adalberto César (p. 258, vol. 2), Bonald Filho (p. 250, vol. 2), Francisco Brasileiro (p. 278, vol. 2), Gilvan Barbosa (p. 284, vol. 2), Hênio Azevedo (p. 289, vol. 1), João Tavares (pp. 244-245, vol. 2), José Santos (p. 274, vol. 1), Raiff Ramalho (p. 265, vol. 2) e Severino Cruz (pp. 280-281, vol. 1). Esses médicos, ou os familiares que falam sobre eles, referem-se ao Pedro I como uma "grande obra humanística", afirmando que a Loja Maçônica havia prestado "um inestimável serviço a Campina Grande" (todas as referências desta nota são de DINOÁ, 1993).

destaque. Os nomes dos Drs. Severino Cruz, João Arlindo Corrêa e João Tavares de Melo Cavalcanti, todos, médicos que haviam aportado em Campina Grande entre 1917 e 1925.

Um destes médicos, o Dr. João Tavares, concedeu entrevista a Dinoá, detalhando as dificuldades que foram enfrentadas para a construção e fundação do hospital.

Quando nós iniciamos a construção do hospital [em 1926] (...) iniciamos com a doação do terreno e dos alicerces velhos de um colégio que o professor Clementino Procópio pretendeu construir nesta cidade e nós aproveitamos em grande parte esses alicerces. Aquela formação em cruz, do Hospital Pedro I, foi aproveitada do colégio que impôs a condição de darmos o nome de Pedro I ao hospital. (...)

Nessa época eu ainda não era maçom. Mesmo assim, eu fiquei engajado com Arlindo Correia e Severino Cruz na construção do Hospital Pedro I. Trabalhei junto com eles, desde a fundação do hospital, até a sua inauguração em 7 de setembro de 1932, no governo do então interventor Gratuliano de Brito, meu particular amigo, com quem eu me entrosei e conseguimos inaugurar o Hospital Pedro I, ainda sem portas nem janelas, graças a uma epidemia de disenteria bacilar, que devido à seca que então existia na Paraíba, em 1932, fez migrar grande parte da população sertaneja para o litoral e, muita gente estava morrendo à míngua, aqui em Campina, no meio das ruas. Conseguimos com Gratuliano Brito, que ele nos arranjasse camas e cobertores, colchões, travesseiros, que ele nos deu, tirando do Quartel da Polícia do Estado e mandando pra cá. Inauguramos então o hospital para tratar desses infelizes.³⁸

Entrevistado sobre o papel de seu pai na construção do Pedro I, em 1984, o Dr. Guilherme Cavalcanti Cruz afirmou:

³⁸ DINOÁ, 1993, p. 244, vol.

Em 1926, [Severino Cruz] reuniu-se com uns maçons e mostrou a necessidade da criação, ou melhor, de construir um hospital em Campina Grande. A maçonaria aprovou de imediato a idéia dele. Então, partiram firmes para o projeto, e conseguiram a doação do terreno através do Professor Clementino Procópio que também foi um dos grandes benfeitores de Campina Grande.(...) Então, há 52 anos que o Hospital vem mantendo sua estrutura. É o único hospital que se preocupa com a indigência. Para você ter uma idéia, o hospital, até 1955, tinha 90% de indigentes. (...)

O Hospital Pedro I foi o grande sonho da vida dele, e tenho certeza de que ele morreu realizado por ter construído esse hospital para Campina Grande, numa época carente de recursos. O Hospital Pedro I é um marco na história de Campina Grande.³⁹

Saltam aos olhos, ao ler tais depoimentos, a proposta de o hospital servir para “tratar dos infelizes”, pobres e desvalidos que perambulavam por Campina, “sertanejos” fugidos da seca e atingidos por uma epidemia de disenteria. Miquilinas que continuavam, vinte e três anos depois, a borrar as calças.

Possivelmente a epidemia a que se refere o Dr. João Tavares tenha servido de catalisador para o início dos trabalhos do hospital, posto que estava sendo construído desde 1926 e, ao nascer de 1932, ainda não havia sido concluído. A eclosão de uma epidemia, com “pessoas morrendo à míngua pelas ruas”, deve ter levado os administradores e os médicos responsáveis a apressarem o início dos trabalhos, tanto que foi inaugurado ainda “sem portas nem janelas”, e com recursos tirados do Quartel de Polícia, o que leva a visualizar a pressa com que tiveram que agir nos meses de ação da epidemia para que o hospital começasse a funcionar para cuidar dos “infelizes”. Não fosse o surto de disenteria, o Pedro I poderia

³⁹ DINOÁ, 1993, p. 281, vol. 1.

ter levado mais anos e anos para ser inaugurado. A epidemia, assim, apesar de esquecida e relegada pela historiografia, também teve importante papel na instalação do hospital.

Interessante ler que o Pedro I, quando de sua instalação, consistiu num misto de dois modelos de hospitais que a Europa havia inventado: o hospital de antes do século XVIII e o hospital a partir de meados do século XVIII⁴⁰.

Segundo dá a ler e pensar Michel Foucault, o hospital do século XVIII não consistia em uma “casa de cura”, mas consistia essencialmente em uma instituição de assistência aos pobres e, ao mesmo tempo, de separação e de exclusão dos mesmos. Se o sujeito submetido à condição de pobreza se encontrasse doente, portador de algum mal, especialmente se fosse um mal comunicável, precisaria ser isolado do resto da sociedade para não contagiar os corpos sãos com seu morbus. O hospital até o século XVIII, portanto, cumpria essa tarefa: isolando os corpos doentes, protegia os saudáveis, na tentativa de impedir que o mal fosse comunicado e comprometesse a sociedade. Assim, identificados os corpos doentes, estes deveriam ser isolados dos corpos saudáveis.

O hospital não servia, desta maneira, como um local para onde os doentes iam para curar-se, mas sim um espaço de isolamento, de separação entre os sãos e os doentes. Isto implicava na própria disposição arquitetônica do hospital, onde a única divisão que havia era entre os que ali ficavam e o mundo exterior, mas não existiam alas isoladas, individuais no interior da própria casa. Assim, afligidos por doenças as mais diversas conviviam juntos no mesmo espaço, muitas vezes comunicando entre si seus males nosológicos. Isto fazia com que pessoas que aí chegavam com doenças simples acabassem contraindo

⁴⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. “O nascimento do hospital”. In: **Microfísica do Poder**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

males mais complexos, em meio ao ambiente do hospital que proporcionava a comunicação dos morbus.

Daí costumeiramente o hospital ser conhecido como morredouro, e não como espaço de produção de curas. O que importava conseguir não era a cura dos doentes, mas a salvação das almas, tanto dos aflitos quanto dos que aí exerciam sua caridade.

O pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo – religioso ou leigo – que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se, portanto, a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres. Função de transição entre a vida e a morte, de salvação espiritual mais do que material, aliada à função de separação dos indivíduos perigosos para a saúde geral da população.⁴¹

Quando o discurso científico estabeleceu ligação com o discurso médico, fazendo emergir a medicina científica, o olhar sobre o hospital já havia começado a ser modificado. A medicina tornou-se hospitalar em meados do século XVIII, quando passou a agir sobre o hospital para transformá-lo em uma casa de cura. Para isto, agiu no sentido de anular os efeitos negativos presentes naquele espaço caótico através da invenção da disciplina hospitalar.

Isto, além de propiciar uma redistribuição espacial dos indivíduos, de maneira classificatória e combinatória, com o fim de impedir a comunicação entre diferentes doenças, e a assepsia do ambiente para evitar as infecções que vinham dos

⁴¹ FOUCAULT, 2005, p. 102.

“ares poluídos”, propiciou também a constante vigilância sobre os doentes e o registro do desenvolvimento das doenças. Estes registros, tomados desde a entrada de cada indivíduo no hospital até a sua saída, possibilitaram a construção de conhecimentos práticos sobre a clínica médica e as doenças que afligiam o homem, pois tudo teria que ser registrado: em que situação o sujeito havia chegado ao hospital, a reação a cada terapêutica, o desenvolvimento ou recrudescimento da doença, etc. O conhecimento médico passava então da teoria à prática, e o registro exaustivo da prática possibilitou o acúmulo e a construção de um saber diferenciado daquele que até então se tinha apenas nos livros de medicina. Esse novo saber, o saber da clínica, da prática hospitalar, tornou-se indispensável à formação dos esculápios modernos, existindo ainda em nossos dias sob a denominação de “residência médica”.

Outro elemento destacado por Foucault nesta nova configuração da medicina hospitalar se deu na transformação do sistema de poder no interior do hospital. Como o antigo hospital tinha como objetivo a salvação espiritual, e não a cura, quem aí detinha o poder eram os religiosos, ligados à caridade. Na nova formatação do hospital como casa de cura, devendo ser ele medicalizado e ter seus espaços redistribuídos até mesmo arquitetonicamente, a fim de possibilitar a cura e a assepsia e impedir os contágios, a presença do médico, antes rara nestes locais, afirma-se, multiplica-se em seu interior, chegando até mesmo a ter que aí residir por uns tempos.

Aparece, assim, o personagem do médico de hospital, que antes não havia. O grande médico, até o século XVIII, não aparecia no hospital; era o médico da consulta privada, que tinha adquirido prestígio graças a certo número de curas espetaculares. O médico que as comunidades religiosas chamavam para fazer visitas aos hospitais era, geralmente, o pior dos médicos. O

grande médico de hospital, aquele que será mais sábio quanto maior for sua experiência hospitalar, é uma invenção do final do século XVIII⁴².

Torna-se, assim, o médico o grande nome dentro do hospital moderno, detentor do poder em seu interior. Poder, este, demonstrado, exercido e espetacularizado pelo próprio “ritual de visita” do esculápio aos pacientes, “desfile quase religioso em que o médico, na frente, vai ao leito de cada doente seguido de toda a hierarquia do hospital: assistentes, alunos, enfermeiras, etc.”⁴³.

Desta maneira, o Pedro I, quando de sua instalação, em 1932, misturou elementos desses dois modelos de hospital: construído e fundado por uma espécie de associação filantrópica para “tratar dos pobres infelizes” – e aqui, entenda-se também, retirá-los do convívio dos sãos, isolando-os, tal qual os hospitais das assistências religiosas até o século XVIII – foi desde logo comandado e gerido por médicos⁴⁴, constituindo, assim, a própria materialização do poder da medicina científica na cidade de Campina Grande – tal qual os hospitais a partir do século XVIII.

O Hospital Pedro I, assim, como espaço privilegiado para observação, esquadrinhamento, disciplinarização, intervenção nos corpos doentes e pobres de Campina, consistiu também no lócus de atuação e registro da prática ou clínica médica na

⁴² FOUCAULT, 2005, p. 109-110.

⁴³ *Ibid.*, p. 110.

⁴⁴ Segundo informa Humberto Nóbrega, quando do início das atividades, o Hospital contava com os Drs. Arlindo Corrêa na direção geral, Severino Cruz na direção técnica e responsável pela clínica cirúrgica, Freire Filho responsável pela área oftalmológica, João Tavares na pré-natalista, Elpídio de Almeida na clínica médica, Apulero Vieira da Rocha responsável pela pediatria, Antonio Almeida como otorrinolaringologista e Antonio Luiz Coutinho na análise clínica (NÓBREGA, 1979, p. 189).

cidade. A construção do Pedro I propiciou a espacialização desse novo poder que buscava se legitimar perante a sociedade, o poder médico. Os seus corredores permitiam que aquele pequeno grupo de esculápios atuasse e, principalmente, fosse visto pelos moradores de Campina Grande que acorressem ao centro de saúde.

O mundo médico campinense, portanto, constituíra os seus atores, a sua língua e o palco onde o espetáculo seria encenado. Só faltava mais uma coisa para legitimar-se como único conhecimento autorizado sobre os corpos, a vida e a morte: eliminar a concorrência.

Retomo agora uma afirmação feita por Ronaldo Dinoá, algumas páginas atrás: “a medicina evoluiu, todavia tornou seus praticantes mais frios”⁴⁵. Ao afirmar isto, Dinoá denuncia o caráter desumano da prática médica de seu período, as últimas décadas do século XX, clamando por uma volta da medicina mais humanizada, mais intimista, tal qual, segundo sua óptica, era a praticada por Chateaubriand Bandeira de Melo.

Dinoá, portanto, apesar de não negar a “evolução” da medicina – afirmação que deve ser lida como um aprimoramento da aparelhagem técnica da prática médica –, nega que essa “evolução” tenha sido vantajosa para os pacientes no tocante à relação que estes estabeleciam com o esculápio. Para Dinoá, o médico cada vez mais foi se distanciando de seu paciente, tornando-se mais “frio”, menos sensível à condição daquele sujeito em tratamento.

O distanciamento emotivo entre médico e paciente se insere no movimento histórico que levou à construção da medicina como um conhecimento objetivo submetido à racionalidade científica iluminista.

⁴⁵ DINOÁ, 1993, p. 267, vol. 1.

A medicina científica é produto dos séculos XVIII e XIX. Não que não houvesse medicina antes do século XVIII. Afirmar isto seria cobrir os olhos para séculos e séculos de elaboração de maneiras de curar os outros e a si mesmo, seria negar diversas tradições informadoras das práticas de cura que foram sendo formuladas e reinventadas pelas diversas sociedades ao longo de sua história e que, no Ocidente, assentava raízes desde pelo menos cinco séculos antes da era cristã, com os trabalhos de Hipócrates. O que estou afirmando é que nem sempre a medicina esteve atrelada à ciência. Ou seja, foi apenas naquele período, entre os séculos XVIII e XIX, que discurso científico e discurso médico estabeleceram uma relação, conectaram-se por um fio que passou a ligar um ao outro e que permanece até os dias de hoje. A medicina científica, portanto, é fruto dessa relação.

Entretanto, outras várias modalidades de medicina já havia antes da cientificização do saber médico. Modalidades que, após o advento da medicina científica, foram indistintamente reunidas sob a alcunha preconceituosa e excludente de “medicina popular”⁴⁶. Dentre essas modalidades, posso citar as várias artes de curar praticadas pelas comunidades indígenas americanas, pelas tribos africanas, pelos povos asiáticos, pelas sociedades européias, pelas comunidades do campo, pelas sociedades urbanas, etc.⁴⁷

⁴⁶ Didaticamente, costuma-se referir a estas modalidades de medicina como “medicina não-acadêmica” ou “medicina pré-científica”. Critico, entretanto, estas denominações porque nenhuma delas é devidamente apropriada, visto que ou falam dessas artes de curar a contrapelo, ou seja, não pelo que elas são, mas pelo que não são, ou dão a ler a história de maneira teleológica, como se a produção do conhecimento com o passar dos séculos estivesse necessariamente destinada a chegar à fase científica da medicina e tudo que viera antes devesse ser considerada pré-científica.

⁴⁷ Esta relação é apenas exemplificativa, pois tenho consciência de que, mesmo aqui, acabo usando termos homogeneizadores, o que fiz na

No Brasil, a medicina que era praticada na colônia tinha por base sociocultural a combinação de pelo menos três tradições culturais distintas, elaboradas historicamente pelos povos que constituíram a base patriarcal da sociedade – a indígena, a africana e a européia. Os praticantes dessas medicinas não eram, em sua grande maioria, médicos diplomados, pois a formação acadêmica ainda era muito inexpressiva, mas pessoas comuns, com alguma influência na sua comunidade.

A medicina praticada no dia-a-dia colonial esteve, assim, quase sempre a cargo de curandeiros, feiticeros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões, que realizavam sua arte muitas vezes ao ar livre, nas feiras, nos becos das ruas, em frente às casas, sem nenhuma preocupação com questões de assepsia do local ou dos instrumentos, nem com questões de higiene, já que estas seriam preocupações apenas da medicina científica.

As artes de curar executadas por esses sujeitos deitavam raízes em concepções culturais de ver e dizer a doença que vinham de séculos. Visões que atribuíam a doença e a saúde a forças da natureza, a ações de espíritos, a vontade divina, etc. A doutrina hipocrática dos quatro humores, por exemplo, informadora das práticas de cura européias, segundo a qual a doença seria resultado do desequilíbrio desses humores no interior dos corpos, justificava, dentre outras coisas, o tratamento por meio de sangrias e sanguessugas a fim de equilibrar novamente tais humores⁴⁸.

impossibilidade de detalhar cada modalidade de cura existente antes do século XVIII.

⁴⁸ Cf. SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

As práticas de cura dos sangradores e curadores estavam relacionadas às visões cosmológicas dessas pessoas – na maior parte africanos e descendentes de africanos –, em que as doenças eram associadas a elementos espirituais. O vasto conhecimento que tinham sobre plantas medicinais, reconhecido pelos médicos acadêmicos, também estava relacionado às suas crenças religiosas. Ainda que os curadores tivessem influências de outras tradições culturais, como as indígenas ou as relativas a setores populares europeus, também nesses casos existia a crença de que as doenças poderiam ser causadas por problemas espirituais.⁴⁹

E a própria medicina praticada por médicos diplomados no exterior e atuantes no Brasil também não se diferenciava muito das práticas dos terapeutas não-diplomados. A concepção que esses médicos tinham de profilaxia das doenças estava muito informada especialmente pelo hipocratismo, concepção que só iria começar a ser alterada quando do advento da anatómoclínica. Além disso; o arsenal terapêutico de que lançavam mão, como vomitórios, sangrias, chás, ervas, plantas medicinais, etc., eram basicamente os mesmos, tanto na versão acadêmica da medicina quanto em sua versão comunitária.

A arte médica executada no Brasil por esses poucos médicos diplomados, portanto, “não se distinguia radicalmente daquela exercida pelos populares”⁵⁰, assemelhando-se, em muito, portanto, a medicina acadêmica às artes de curar dos diversos curadores.

⁴⁹ PIMENTA, 2003, p. 324.

⁵⁰ FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 102.

Com a institucionalização do saber médico científico no Brasil, no século XIX, passou a haver um distanciamento cada vez maior entre médicos diplomados e os chamados terapeutas populares. Com a vinculação da medicina à ciência, começou paulatinamente a ser suplantada a visão cosmológica de transmissão de doença para dar lugar à idéia de que o mal é provocado por elementos bem terrenos, como os ventos, as águas, os espaços insalubres, os odores, a alimentação, etc. A terapêutica também mudou, passando a enfatizar a higiene como elemento indispensável para a boa saúde.

Essas novas concepções médicas, entretanto, em muito se contrapunham às antigas e seculares idéias até então vigentes e que até há pouco os próprios médicos diplomados também professavam. Um exemplo é a questão do banhar-se que, sendo estimulado pela medicina científica do século XX como medida de higiene, maneira de retirar as impurezas impregnadas pelo corpo, era visto na concepção antiga como ruim, pois a água abriria os poros do corpo e, assim, abertos, possibilitariam que os elementos responsáveis pelas doenças adentrassem o organismo através deles⁵¹. Outro exemplo é o do asseio da região anal, não estimulado no século XVIII pelas concepções camponesas que defendiam que os resquícios de fezes secas presentes no ânus formariam uma “crosta” protetora daquela região, mas tornado elemento indispensável da promoção da higiene no século XX⁵².

Assim, medicina científica e as demais modalidades de medicina foram ficando cada vez mais distantes uma da outra. Enquanto as artes de curar não-científicas mantiveram suas

⁵¹ Cf. ASHCAR, Renata & FARIA, Roberta. **Banho: histórias e rituais**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2006.

⁵² Cf. SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

concepções cosmológicas de doença e baseavam seus tratamentos em elementos extraídos da natureza, a medicina científica inventou todo um novo arcabouço teórico e especialmente técnico para justamente desprender-se, desvincular-se da natureza, para dela não mais depender. Enquanto as medicinas não científicas lançavam mão de plantas, chás e ervas, a medicina científica vai manipular elementos químicos em laboratórios para produzir seus próprios remédios, artificializando, assim, o que já havia na natureza, mas tentando extrair das plantas e ervas apenas o elemento curativo, destituindo os demais, purificando as soluções como um ideal de modernidade.

Enquanto um fenômeno culturalmente semelhante ao xamanismo, as medicinas populares mantêm um paralelo junto às sociedades tribais. Tal paralelo se fundamenta na maneira peculiar de influir sobre a natureza, visando extrair dela os recursos e benefícios que consolidam a medicina dos pajés e dos xamãs nas sociedades tribais, e a do homem do campo.⁵³

Por sua vez, outro elemento deste deslocamento se deu pela invenção de um método científico, pelo agenciamento de procedimentos metódicos até então não existentes. A medicina científica passou a ter um método baseado na regularidade, regras precisas para observar, classificar e identificar os pacientes. Estes procedimentos metódicos configuraram-se na elaboração de fichas, exames, diagnósticos, prontuários, na arquitetura hospitalar, em observação, controle e disciplina do paciente, na repetição de práticas, tais como a medicação que deveria ser aplicada de maneira repetida após um intervalo de tempo, etc. Foram também

⁵³ OLIVEIRA Elda Rizzo. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 [Coleção Primeiros Passos n. 31], p. 17.

esses procedimentos que modificaram as maneiras de ver e de dizer da medicina, foram eles que promoveram uma mudança de sensibilidade, uma mudança dos objetos, que promoveram uma maior articulação entre ciência e medicina, que possibilitaram a medicina se dizer ciência.

Assim, o que os autores chamam costumeiramente de “medicina popular” consistiu em práticas que tinham por fundamento um olhar e um método sobre a doença e a cura diversos do que tem a medicina moderna. Essas “medicinas populares” estabeleciam uma íntima e necessária relação entre o sujeito doente e a natureza, elemento este de onde se obtinha a cura. A medicina dita popular, portanto, consistia nas diversas artes de curar que eram executadas por pessoas não diplomadas, como curandeiros e barbeiros, mas também pelos próprios médicos, numa fase anterior à cientificização da medicina.

Quando a medicina tornou-se científica, as artes de curar que não condiziam com a ciência passaram a ser perseguidas, de maneira que aos médicos – e apenas a eles – era legitimado o poder de vida sobre os corpos. A medicina, portanto, assim como a ciência já havia feito com a religião, o mito e as credences, legitimou o seu lugar de poder através da desautorização dos demais discursos que tratavam dos mesmos temas. Desta maneira, os curandeiros, os barbeiros, as parteiras, etc., foram alcunhados de charlatães, pois, segundo a óptica da medicina, não detinham o conhecimento científico sobre aquela atividade que estavam exercendo e até colocariam as vidas dos pacientes em risco. Assim, na tentativa de estabelecer o monopólio da cura para a medicina científica, inventou-se todo um corpo de leis e regras que reprimiram e destituíram aqueles sujeitos dos lugares até então ocupados, substituindo-os pelos médicos togados, regras que foram se constituindo junto com a organização das instituições médicas.

Campina Grande, como várias outras cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, vivia ainda entre a medicina científica de um lado, exercida por esculápios devidamente formados nas Faculdades do Rio de Janeiro ou da Bahia, e a medicina popular de outro, exercida por pessoas não diplomadas, curandeiros, parteiras, homeopatas, etc. O Dr. João Tavares, ao referir-se à década de 1920 em Campina, afirmou que “não existia fiscalização de Farmácia, de Medicina, de coisa nenhuma. Campina Grande ainda era *uma aldeia atrasada nessa matéria*”⁵⁴.

As artes de curar não-científicas eram muito comuns na cidade e não eram praticadas, como se pode vir a pensar, unicamente por pessoas “ignorantes”, “iletradas”, ligadas à vida do campo e que teriam levado essas práticas à cidade com as migrações⁵⁵. Mesmo alguns sujeitos com formação acadêmica diversa da medicina costumavam usar e praticar as artes de curar não-científicas, como podemos ver, por exemplo, ao estudarmos a figura de João Pimentel.

João da Silva Pimentel, pernambucano, veio para Campina Grande por recomendações médicas, ainda no século XIX, por ter contraído tuberculose e precisar respirar os “ares puros da serra da Borborema”. Tal qual Dr. Chatô, conseguiu curar-se da tísica, o que deve também ter lhe dado perante a sociedade uma imagem imponente de conhecedor de curas milagrosas.

⁵⁴ DINOÁ, 1993, p. 242, vol. 2 (grifo meu).

⁵⁵ Cf. OLIVEIRA, 1985, no qual a autora critica algumas concepções simplistas de medicina popular, dentre elas, a que seria praticada apenas por pessoas sem acesso ao conhecimento acadêmico e científico. Dentre uma das concepções com que concorda, afirma a autora que as medicinas populares têm base num complexo sistema de solidariedade construído em torno das pessoas do campo, e que, ao migrarem para as cidades, levam consigo essa cultura camponesa.

Pimentel passou a atuar no comércio, fundando a “Loja da Estrela”, vendendo tecidos, miudezas e chapéus, na antiga rua do Seridó⁵⁶, por cerca de vinte e nove anos. Foi também proprietário de imóveis, último presidente do Conselho Municipal monárquico, no triênio 1887-1890, além de juiz suplente e membro do Diretório do Partido Liberal, o mesmo ao qual estavam ligados Irenêo Joffily, João Lourenço Porto e Chateaubriand Bandeira de Melo⁵⁷.

Além de todas essas atividades, João Pimentel atuou também nas artes de curar na cidade. Hortênsio Ribeiro destaca esse outro lado de Pimentel, descrevendo-o assim:

Tendo o espírito bem formado, cultivando as letras e assíduo leitor do “Formulário de Chernoviz”, Pimentel juntava as habilidades de comerciante e político às de curandeiro, felicíssimo nas indicações que fazia, grangeando fama de homeopata. E era realmente esta a especialidade do velho Pimentel. Na homeopatia de Sabino, João Pimentel baseava uma inderrocável esperança. E fez milagres em Campina. É verdade que uma vez por outra a sua terapêutica ia até alopatia. Mas o que é certo que o seu ecletismo medicinal fez um sucesso na antiga Campina.⁵⁸

O formulário Chernoviz, a que Hortênsio Ribeiro se refere, consistiu provavelmente no mais importante conjunto de enunciados médicos (alguns científicos, outros não) sistematizados e lançados como livro no século XIX, sob o título *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias*, num esforço de popularização da medicina. No Brasil, a circulação dos dicionários e manuais de medicina dirigidos ao público leigo,

⁵⁶ Hoje, Maciel Pinheiro.

⁵⁷ Cf. *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996, pp. 130-131.

⁵⁸ RIBEIRO, 1979, pp. 81-82.

que foram inventados no velho continente no século XVIII, teve por objetivo ir substituindo paulatinamente os terapeutas populares por conhecimentos que a medicina acadêmica vinha produzindo.

Num primeiro momento, essa popularização do conhecimento médico pode ter sido vista com bons olhos, pois os conhecimentos que eram produzidos pela medicina que vinha tentando se institucionalizar substituíam os saberes baseados nas culturas indígenas e africanas⁵⁹. Num momento posterior, com a medicina científica já consolidada e o conhecimento se encerrando cada vez mais no interior da própria instituição médica, a popularização da medicina através dos manuais acabou por assentar raízes ainda mais difíceis de serem arrancadas nas medicinas populares, pois se passou a pensar que todos seriam capazes de realizar o trabalho que os médicos faziam⁶⁰.

João Pimentel era, portanto, alguém que praticava curas tomando como conhecimento médico o que lia no manual de Chernoviz, sem possuir, entretanto, nenhuma formação acadêmica na área médica. “E fez milagres”, como afirma Hortênsio Ribeiro, apesar de nem sempre se manter na

⁵⁹ Em Campina Grande, no final da década de 1920, o jornal *O Século* divulgava a presença do Sr. João Cavalcanti Netto, que estaria na cidade fazendo propaganda do livro *O Novo Médico da Família ou O Guia Prático da Saúde* (700 páginas), da autoria de um “illustre clinico alemão”, Dr. Frederico Rossiter, que “faz com clareza e proficiência estudos de Anatomia, Physiologia e Hygiene, dando minuciosas descrições scientificas das molestias, suas causas e tratamento” (“Um livro de grande utilidade”. *O Século*, Anno I, n. 19, 14/11/1928, p. 02).

⁶⁰ Cf. FERREIRA, 2003. Sobre o manual do Dr. Chernoviz, cf. FIGUEIREDO, B. G. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; e FIGUEIREDO, B. G. “Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX”. *Estudos*, v. 1, n. 1, pp. 95-109, maio 2001.

homeopatia. Arriscou, portanto, por vezes, a própria alopatia, a medicina científica propriamente dita.

João da Silva Pimentel não sofreu repressão por praticar as artes de curar sem estar legalmente habilitado para isto. Morto em 1910, o período em que viveu, como tem sido visto ao longo deste capítulo, foi um período em que a medicina científica em Campina Grande ainda não havia fincado bases muito sólidas. Os poucos médicos acadêmicos que a cidade possuía, dos quais o maior nome era o do Dr. Chatô, não haviam possibilitado ainda a consolidação do poder médico aí. Então, medicina científica e medicinas não-científicas possivelmente conviviam pacificamente neste espaço urbano, indistintamente dos lugares sociais ocupados por aqueles que consultavam um ou outro. Políticos, cronistas, letrados, advogados, comerciantes ou as pessoas mais humildes poderiam, desta maneira, consultar ou o Dr. Chatô ou o Sr. Pimentel, aparentemente sem valorar um mais do que outro, sem pensar que um era um médico e o outro era “charlatão”. Como disse Dr. João Tavares, ainda na década de 1920 em Campina Grande não existia fiscalização da medicina. Esta fiscalização só vai ser possível na década de 1930, quando a medicina científica se materializa institucionalmente.

Para o corpo de leis que passou a reprimir o exercício da medicina não havia diferença se ela era de origem indígena, africana, européia, se era alopatia, homeopatia, se era praticada por curandeiros, parteiras, padres, estudantes, agricultores, nem nada disto. A repressão instaurada na década de 1930 em Campina Grande considerava todos aqueles que praticavam curas sem estarem habilitados por uma faculdade como charlatões, passíveis de punição pelo poder do Estado.

As ações que correram na justiça criminal logo no início daquela década, contemporaneamente à instalação do Hospital

Pedro I, instituição médica propriamente dita existente na cidade, são exemplos desse novo contexto na cidade. Saltam aos olhos diversos nomes de sujeitos não diplomados exercendo “ilegalmente a medicina” e que se tornam alvo da repressão médico-policial que o Dr. João Arlindo Corrêa passa a travar na cidade. O médico missionário da década de 1870 era então ressignificado: se antes a missão médica era a de cura e intervenções higiênicas, o médico missionário da década de 1930 se torna aquele cuja missão é eliminar o “charlatanismo” e denunciar os seus praticantes, promovendo uma verdadeira cruzada anti-curandeirismo⁶¹.

Assim, deparam-se com a Justiça Criminal, naqueles primeiros anos de 1930, os Srs. Antonio Pontual e Felipe Santiago, por estarem “nesta cidade escandalosa e acintosamente praticando ilegalmente a medicina”⁶²; Euclides Souza Leite, 25 anos, por, sendo apenas estudante de odontologia, já exercer a profissão de cirurgião dentista sem estar ainda habilitado legalmente⁶³; Joaquim Pontual de Moura, 55 anos, por vir “desde bastante tempo exercendo a medicina e a

⁶¹ SOUSA, 2007, p. 81.

⁶² Denúncia do promotor Antonio Pereira Diniz constante da Ação Criminal n. 11, 1932, contra José Cassimiro Barbosa. A denúncia, entretanto, não detalha quais as ações que Antonio Pontual e Felipe Santiago estariam realizando. Ao longo do processo, entra-se em contato com a fala de um tal José Felipe Santiago, 19 anos, que, entretanto, não possibilita saber se se trata da mesma pessoa constante na denúncia, já que este último aparece no processo como testemunha de acusação apontada pelo promotor e em momento nenhum é dito que ele estaria também exercendo ilegalmente a medicina.

⁶³ Euclides de Souza Leite mantinha consultório à rua Maciel Pinheiro, n. 46. Afirmou ele, no Auto de Perguntas que lhe foi aplicado, presente na Ação Criminal n. 11, de 1932, contra José Cassimiro Barbosa, que já havia sido procurado pelo Dr. João Arlindo Corrêa para que interrompesse imediatamente a prática médica ilegal. Ao final de sua fala, diz ainda que, em virtude da intimação judicial e da “pressão feita pelo Dr. Arlindo Correia”, pretendia retirar-se de Campina Grande o mais breve possível.

homeopattia sem que para tal esteja habilitado segundo as leis e regulamentos”⁶⁴; e José Cassimiro Barbosa, 34 anos, por realizar cirurgias, clinicar, aplicar remédios, etc, sem habilitação que o permita a tal⁶⁵.

José Cassimiro Barbosa é um caso excepcional na história de Campina Grande. A ação criminal movida contra ele suscita diversas questões acerca da legitimidade do poder médico sobre a sociedade campinense. Mais ainda: leva a vislumbrar alguns embates que a Campina da década de 1930 passava ao vivenciar a influência cada vez maior do poder dos médicos sobre os rumos da cidade.

A primeira vez que José Cassimiro Barbosa, ou como era conhecido, “Língua de Aço”, esteve às voltas com a justiça por exercer ilegalmente a medicina foi no final de 1931 e início de 1932. Na oportunidade da proposição da denúncia criminal, o promotor público, Sr. Antonio Pereira Diniz, denunciou-o como “indivíduo de conduta irregularissima”, com o “máo hábito de a todos apellidar com epithetos injuriosos”, e, “sem embargo das constantes reclamações feitas pelo zeloso chefe do Posto de Hygiene desta cidade, a quem tem procurado ostensivamente ridicularizar”, viver “exercendo ilegalmente neste Municipio a arte de curar”, tendo “um grande numero de clientes, nos quaes

⁶⁴ Apelação Criminal n. 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura, maço de 11/01 a 06/11/1933. O Delegado de Polícia responsável pela prisão em flagrante do agricultor afirmou na Ação que era a “segunda vez” que o Dr. João Arlindo Corrêa ia àquela delegacia denunciar Joaquim Moura. Este, por sua vez, em juízo, afirmou, dentre outras coisas, que apenas aplicava homeopatia, sem fazer disto profissão ou meio de obtenção de renda, e não aplicava injeções, fórmulas e garrafadas, nem também realizava cirurgias. Afirmou ainda que aplicava homeopatia há onze anos em Campina Grande, e isto nunca havia sido motivo para perseguição por médicos nem por pessoa alguma.

⁶⁵ Ação Criminal n. 11, 1932, José Cassimiro Barbosa, maço de 16/04 a 30/09/1932.

aplica toda sorte de remédios que julga convenientes ao combate das respectivas moléstias, fazendo partos e intervenções cirúrgicas”⁶⁶.

As testemunhas apresentadas pela Promotoria, indicadas, em verdade, pelo Dr. João Arlindo Corrêa, como fica exposto no inquérito, foram importantes para provar a materialidade do ato delituoso. Entretanto, não devem ter sido muito interessantes para o próprio esculápio que, ridicularizado já algumas vezes por Língua de Aço, conforme a denúncia do Sr. Diniz, teve que ouvir elogios rasgados à ação do curandeiro, pois nenhum dos testemunhos denegriu a pessoa de José Cassimiro Barbosa. Muito pelo contrário: os sujeitos arrolados pelo Dr. Arlindo Corrêa referiram-se ao acusado como sendo “muito caritativo nos seus tratamentos”⁶⁷, tratamentos pelos quais não cobrava nenhuma importância e até mesmo podia tirar do seu próprio bolso o dinheiro para a compra dos remédios que receitava⁶⁸.

No dia 5 de abril de 1932, Língua de Aço foi finalmente ouvido em juízo. Na oportunidade, defendeu-se atacando. Em

⁶⁶ Ação Criminal n. 11, 1932, José Cassimiro Barbosa, maço de 16/04 a 30/09/1932, passim.

⁶⁷ Testemunho de José Domingues Ferreira, 40 anos, ainda na fase de inquérito. Ação Criminal n. 11, 1932.

⁶⁸ Uma testemunha da Promotoria, José Domingues Ferreira, não soube dizer se sua mãe e sua esposa, que haviam se submetido ao tratamento com Língua de Aço, haviam pagado qualquer importância a ele. As duas outras testemunhas da Promotoria, Francisco André de Souza, 32 anos, e José Felipe Santiago, 19 anos, afirmaram que José Cassimiro Barbosa nada havia lhes cobrado pelo tratamento aplicado. Este último foi ainda mais longe, afirmando que, achando-se doente de reumatismo, dirigiu-se ao departamento de saúde pública de Campina Grande, onde lhe disseram que seria “necessário para seu tratamento umas injeções e como não tivesse dinheiro para isso, não fez o tratamento naquele estabelecimento”. Foi, assim, receitar-se com o acusado, que lhe prescreveu determinada medicação, dando-lhe, inclusive, dinheiro para comprá-la, “uma vez que o depoente não possuía a referida importância”. Ação Criminal n. 11, 1932.

momento nenhum negou a prática da medicina de que era acusado, confirmou-a diretamente, “sem as mediações comuns entre peças do gênero”, não usando dos muitos “ardis e subterfúgios à disposição”⁶⁹. Tudo dosado com pitadas de ironia incomuns a quem está sendo acusado de algum ato criminoso.

Em seu testemunho, afirmou

Que applica injecções de toda e qualquer natureza conforme o caso exija, faz pontos e também tem se mettido em algumas intervenções cirúrgicas, isto baseado nos estudos feitos pessoalmente no que se diz a respeito de physiologia, anathomia e pathologia (...) que não tem nenhum diploma científico que o autorize a applicar tais medicamentos (...) que applica injecções de novecentos e quatorze aconselhada mesmo pelo depoente, sem prescripção de qualquer médico.⁷⁰

Não somente isto. Aproveitou a oportunidade para atacar mais uma vez o seu algoz:

(...) tudo isto pratica para satisfazer aos desprotegidos da sorte, que comparecendo ao Posto de Profilaxia Rural desta cidade do qual é chefe o illustre esculápio doutor João Arlindo Correia, e não sendo attendidos, procuram minorar a sua situação sanitária recorrendo-se a elle depoente, aos quais attende satisfatoriamente de accordo com as suas possibilidades financeiras e tudo isto faz gratuitamente, como poderá provar, caso precise seja, com a assinatura de cento e setenta e um doentes residentes nesta cidade e no município da mesma cidade (...).⁷¹

⁶⁹ SOUSA, 2007, p. 84.

⁷⁰ Ação Criminal n. 11, 1932.

⁷¹ Ibid.

O revide ao Dr. João Arlindo Corrêa deu-se também na primeira fala do advogado de Língua de Aço, um dos grandes nomes da advocacia da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, que o assistiu judicialmente sem ônus. Na defesa de seu cliente, Figueiredo assim expôs:

Que [José Cassimiro Barbosa] não pratica ilegalmente a medicina, mas por sentimento de piedade tem soccorrido, em casos de necessidade, alguns doentes, para não ve-los padecer e morrer a míngua dos recursos médicos que lhe são negados pelo Posto de Hygiene Publica desta cidade;

Que se algum remédio indicou a algum doente, o fez sem nenhuma remuneração e sem disso resultar nenhum damno ou perigo para a saúde pública, pois os remédios indicados são apenas aquelles já indicados em annuncios de jornais e propostas publicas de pharmacias, por cientistas ou pessoas antes legalmente autorizadas.⁷²

Afirmou, ainda, que o processo era movido pela “perseguição” empreendida pelo Dr. Arlindo Corrêa contra a pessoa de José Cassimiro, “principalmente porque o denunciado propala que socorrerá a todos a quem o Posto negar assistência”. Esta perseguição já vinha ocorrendo, pelo visto, há algum tempo, pois, quando convocado ao processo para testemunhar contra Língua de Aço, o Dr. João Tavares relatou que o Dr. João Arlindo Corrêa já havia encontrado certa vez o acusado na Farmácia Azevedo e havia falado para que parasse de exercer a medicina, inclusive, nas palavras de Tavares registradas pela peça processual, Corrêa havia “apellado para

⁷² Peça de defesa. Ação Criminal n. 11, 1932.

a sua inteligência”, informando-o que, caso insistisse em continuar, iria levá-lo à justiça criminal⁷³.

Com tantas provas nos autos, a sentença proferida pelo juiz Severino Montenegro, a 2 de julho de 1932, não poderia ter sido diferente, julgando “procedente a denuncia”, incorrendo o réu José Cassimiro Barbosa no art. 156 do Código Penal⁷⁴ e condenando-o “a pena de quatro meses, dois dias e doze horas de prisão simples a ser cumprida na cadeia desta cidade, pagando mais trescentos mil reis de multa e as custas”⁷⁵.

Como não tinha condições de pagar os trezentos mil reis, a pena pecuniária foi convertida em pena de prisão, o que acarretou a Língua de Aço uma condenação total de seis meses, dois dias e doze horas. Em 19 de julho de 1932, entretanto, foi concedida suspensão condicional da execução da pena e Cassimiro voltou à sociedade de Campina Grande, o que não deve ter agradado em nada o diretor do Hospital Pedro I.

Para desespero ainda maior do Dr. João Arlindo Corrêa, não parece que servira de lição a Língua de Aço o pouco tempo cumprido de pena na fétida cadeia municipal de Campina Grande⁷⁶. Em 1934, menos de dois anos depois de ter sido

⁷³ Testemunho do Dr. João Tavares de Melo Cavalcanti. Ação Criminal n. 11, 1932. Hôuve outro médico convocado pelo Promotor Público para testemunhar, o Dr. Apulero Vieira da Rocha. Entretanto, ele, por ser auxiliar do Dr. Corrêa no Posto de Higiene e por ser amigo de Cassimiro desde os tempos de colégio, declarou-se duplamente suspeito para depor no processo.

⁷⁴ O tipo penal previsto pelo Código vigente à época era o seguinte: “Art. 156. Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo, ou o magnetismo animal, sem estar habilitado, segundo as leis e regulamentos”.

⁷⁵ Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito. Ação Criminal n. 11, 1932.

⁷⁶ Joaquim Pontual, por exemplo, quando foi condenado pelo mesmo juiz Severino Montenegro à pena de quatro meses, dois dias e doze horas,

condenado a primeira vez, Cassimirô voltou a ser preso pelo mesmo crime. Na ocasião, quem saiu em sua defesa pública foi Hortênsio Ribeiro, publicando, pelo jornal oficial *A União*, a seguinte nota:

É público e notório que José Cassimiro Barbosa, conquanto não esteja habilitado por nenhuma das nossas academias para “matar legalmente”, e sem usar na sua clínica dos nomes arrevesados tão do gosto dos embusteiros da medicina, cujos doentes muitas vezes “escapariam da moléstia se não morressem da cura”, tem feito com as suas benzeduras e raízes de paus curas verdadeiramente milagrosas, sendo de notar que entre os seus clientes restabelecidos se encontram pessoas desen-ganadas pelos mortícolas de Campina Grande.⁷⁷

Nesta nota, mais do que uma simples defesa de José Cassimiro, Hortênsio Ribeiro faz uma verdadeira denúncia contra alguns médicos que clinicavam em Campina Grande. Sob sua óptica, inverte-se o olhar sobre a missão da medicina científica: esta não estaria buscando o monopólio da cura, mas o monopólio da morte. Segundo sua crítica, o diploma médico seria o instrumento que o autorizaria legalmente a matar, e não a curar.

O médico, assim, não era aquele detentor do conhecimento perfeito e acabado, o “arauto” da sabedoria científica, o salvador de vidas, mas simplesmente aquele que podia matar ou deixar morrer legalmente, aquele que, por meio de seus métodos

em 29 de março de 1933, foi sentenciado a cumprir esse tempo na cadeia da capital paraibana, “vistas as péssimas condições hygienicas da cadeia d’esta Cidade” (Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito, constante da Apelação Criminal n. 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura).

⁷⁷ “Nota do dia”. **A União**, edição de 07/03/1934

oficiais de “curar”, muitas vezes acabava matando o paciente. Para ele, portanto, a ação do médico consistia unicamente em mera questão formal e legal de tratamento.

Mais crítico ainda esteve Hortênsio Ribeiro em outra nota, publicada um pouco mais de três meses depois.

As classes proletárias brasileiras têm no despotismo médico o seu pior inimigo. Apoiado nos legistas, a classe mais detestável que se conhece, os sanitaristas de meia tijela timbram em exercer o seu empirismo desalmado na mísera população que na infância tem a creche, na doença o hospital e na morte a mesa das dissecações.⁷⁸

Comentando então a ação de um grupo de médicos sanitaristas que foram a Serra Redonda, localidade próxima de Campina Grande, com o intuito de controlar uma epidemia de disenteria e evitar uma de febre amarela, e que, lá chegando, começaram a “esfurar” os cadáveres na pretensão de realizar punção hepática, o que provocou a revolta da população rural, que quis “moe-los a pancadas” dado o “desrespeito e a profanação” de seus entes queridos. Na nota, Ribeiro refere-se a tais médicos como “papafigos” e “saca-moelas”⁷⁹.

A arrogância, o despotismo, a desumanidade e o desrespeito que os “papafigos” campinenses demonstravam ao lidar com as pessoas, os pacientes, os doentes ou seus familiares levaram Hortênsio Ribeiro, mesmo sendo um intelectual naquela sociedade, a defender alguém como Língua de Aço. Agindo assim, não apenas estava se colocando em favor de um mero burlador de leis, mas garantindo a sobrevivência de métodos seculares de cura que não precisassem passar pelo crivo dos “déspotas” do conhecimento científico. Agindo assim,

⁷⁸ “Nota do dia”. **A União**, edição de 26/06/1934.

⁷⁹ *Ibid.*

estava negando à medicina científica e seus representantes o poder que tanto almejavam: a conquista do monopólio sobre a vida e a morte dos corpos dos moradores de Campina Grande. Agindo assim, devia irritar profundamente o médico que mais lutava para atingir esse objetivo: Dr. João Arlindo Corrêa.

Trata-se, portanto, de uma Campina Grande que, ao mesmo tempo em que se pretendia moderna, negava alguns elementos vinculados a essa modernidade. O governo da ciência e da razão era um elemento indispensável numa atitude de modernidade, e a prevalência do discurso médico científico sobre as práticas não-científicas de cura, portanto, era necessária para estabelecer-se como uma cidade moderna. Enquanto perdurassem práticas como as de curandeiros, parteiras, sangradores e barbeiros, a medicina científica não conseguiria se constituir como o discurso de modernidade sobre os corpos.

Entretanto, muitas pessoas, inclusive letrados locais, saíam em defesa dos chamados terapeutas populares, como José Cassimiro e Joaquim Pontual, alvos do Dr. João Arlindo Corrêa. Como entender esse desejo de modernidade de um lado e de outro o desejo da permanência de práticas de cura não-modernas?

Mesmo fazendo circular o desejo de modernidade em Campina Grande, jornalistas, advogados, juízes e outros setores da sociedade não viam com bons olhos as mudanças pelas quais a medicina que se praticava na cidade vinha passando desde o início do século XX. O conhecimento sobre as doenças poderia até ser maior do que antes, mas a relação que os médicos estabeleciam com os seus pacientes havia se modificado também e drasticamente. Conseguia-se perceber isto na década de 1930. E muito da dificuldade que a medicina científica enfrentou para ser aceita entre os leigos deveu-se, provavelmente, a essa distância cada vez maior que o médico

diplomado foi construindo entre si e o seu paciente, distância, esta, produzida especialmente pelo novo olhar que a medicina acadêmica lançou aos corpos no século XIX.

Um aspecto a ser considerado no tratamento médico, seja este científico ou não, conforme demonstra Tânia Pimenta, é que ele se dá num momento de fragilidade pelo qual passa o paciente, esteja ele doente, às portas da morte, prestes a dar à luz, precisando de rezas, garrafadas ou de uma intervenção cirúrgica. A procura por um terapeuta dá-se num momento em que o paciente está física ou espiritualmente fragilizado e precisa da ação de uma outra pessoa para recobrar a condição de “saudável”⁸⁰. Na decisão sobre qual terapeuta procurar, portanto, acaba sendo determinante o fator confiança. Apenas em momentos de desespero, como em surtos epidêmicos, poder-se-ia considerar ser consultado por alguém totalmente desconhecido. Em tempos de “paz microbiológica”, os pacientes procuravam aqueles terapeutas em quem pudessem confiar.

Neste sentido, a confiança é construída a partir de vários elementos. Um deles consiste na equivalência, em alguma medida, das concepções de doença e cura. As percepções de transmissão das doenças e, especialmente, da terapêutica a ser aplicada deveriam ser semelhantes para que não houvesse conflitos entre o médico e o paciente. Desta maneira, se fossem muito divergentes essas concepções, possivelmente não seria estabelecida tal relação no tratamento, pois o paciente iria pensar que o médico não entendia de sua doença e o médico iria considerar o paciente ignorante e teimoso por não seguir as suas recomendações.

Quanto mais diferentes fossem as representações de doença e cura que tinham médico e paciente, mais distante um estaria do outro, mais difícil seria estabelecer uma relação de confiança entre

⁸⁰ PIMENTA, 2003, p. 323.

ambos. Tem-se, por exemplo, a dificuldade para se consolidar a vacinação contra a varíola no Brasil, que, introduzida no século XIX, só veio a ser aceita pelas pessoas mais de cem anos depois, após muitas resistências, campanhas governamentais de vacinação obrigatória, “conscientização” e, especialmente, epidemias e mais epidemias que ajudaram a mitigar as representações de então e a construir outras. Muito desta dificuldade deveu-se às diferentes concepções de cura que informavam o mundo médico acadêmico, defensor da vacinação, do mundo não-acadêmico, informado por matrizes humoristas, segundo as quais a doença deveria sair do corpo, e não entrar nele, isto por meio da aplicação de sangrias e sanguessugas, ou por matrizes africanas, que viam a doença como desejo divino e buscar a cura consistiria em ir contra os desígnios divinos.

Por outro lado, se as representações de cura fossem semelhantes, isto já ajudaria tanto no tratamento como na terapêutica. Tomando representações como maneiras de ver e dizer o mundo, elaborações mentais que informam e têm por base as práticas de sujeitos, elas são formadas no interior de grupos que, por terem formações assemelhadas, constituem maneiras de apropriar-se das coisas do mundo também semelhantes. Ou seja, as representações nascem no interior de um grupo de pessoas que têm maneiras semelhantes de elaborar o seu universo mental e, desta maneira, de agir informados por ele⁸¹.

Desta maneira, a confiança no tratamento, que dependia da confiança depositada no terapeuta, dependeria também de não se distanciarem drasticamente as representações de cura do médico e as representações de cura do paciente. Os médicos

⁸¹ Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações** [trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

acadêmicos, por terem uma formação completamente diferente das pessoas leigas e, assim, possuírem percepções diferentes sobre terapêutica, acabavam não sendo a primeira opção de muitos doentes informados por outras percepções. Muitos destes preferiam procurar auxílio nos terapeutas populares, em sujeitos que exerciam a medicina não-científica, em curandeiros, parteiras, sangradores, mas que, por serem pessoas conhecidas e importantes em suas comunidades, por serem sujeitos com que compartilhavam as mesmas representações de cura, podiam neles depositar a confiança necessária ao tratamento.

Elda Rizzo de Oliveira, ao analisar as “medicinas populares” e seus praticantes, descreve todo um cenário em que as relações de confiança entre populares e terapeutas populares são constituídas. Para ela, as medicinas populares têm suas raízes na vida do campo, tendo sido deslocadas para o ambiente urbano juntamente com as constantes migrações dos séculos XIX e XX⁸². No campo, portanto, é que teria nascido todo um complexo sistema de solidariedade entre as pessoas que teria possibilitado o nascimento dos terapeutas populares.

(O homem do campo) organizava a sua experiência de vida social e a sua maneira de conceber o mundo, o trabalho, e as relações entre eles de modo muito original. Na partilha de algum alimento (um porco, um frango); na experiência de algum velório; nas festas aos santos, no serão, estavam presentes pessoas importantes desta comunidade. Eram aquelas escolhidas para serem seus médicos, seus padres, seus conselheiros. Eram pessoas tidas como as mais sábias, as mais generosas e as mais competentes, para lidar com os problemas da comunidade. Eram os seus médicos populares: as parteiras, os ervateiros e raizeiros. Eles trabalhavam essencialmente com a

⁸² OLIVEIRA, 1985, p. 17-18.

medicina popular. Estes profissionais (...) possuíam um conhecimento profundo desta cultura popular rural e um compromisso social muito grande com ela. Juntamente com os outros lavradores, conheciam muitas plantas medicinais e outros recursos da própria cultura para enfrentar as suas doenças e males.⁸³

Assim, deslocadas do campo para a cidade, as pessoas continuaram a procurar como terapeutas os sujeitos de sua confiança, sujeitos que compartilhassem com elas suas concepções de cura, e a medicina científica e seus representantes, no século XX, por estarem informados por outros códigos, por outro discurso que não aqueles, não conseguiram corresponder a estes anseios. Os terapeutas não diplomados continuavam sendo procurados, continuavam sendo a quem recorriam, em quem confiavam. Exemplo disto encontramos na própria Ação Criminal movida contra Língua de Aço, em 1932, onde, pouco antes de proferir sua decisão condenatória, o próprio juiz Severino Montenegro admitiu que “José Cassimiro inspirava confiança naqueles que atendia”⁸⁴.

Desta maneira, a figura do médico generalista ou médico terapeuta – atualmente conhecido como clínico geral –, aquele sujeito formado pelas faculdades de medicina do Rio ou de Salvador e que atuava em todas as áreas médicas, nas primeiras décadas da medicina científica e acadêmica no Brasil, parece ter sido uma atualização urbana da figura do terapeuta popular. Atualização no sentido de que o espaço de atuação dos curandeiros era prioritariamente o campo, enquanto a cidade iria ser o habitat dos médicos generalistas. Muito do que o homem do campo esperava de seu terapeuta, o homem

⁸³ OLIVEIRA, 1985, p. 20.

⁸⁴ Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Severino Montenegro, juiz de direito. Ação Criminal n. 11, 1932.

urbano passou a esperar de seu generalista, inclusive a relação que era estabelecida entre o paciente e o seu médico.

A emergência da figura do médico terapeuta, portanto, parece ter se dado como mecanismo de atualização da figura do terapeuta popular rural, que tinha como base de seus conhecimentos a natureza, sendo, por sua vez, o generalista uma figura inventada para atuar nas cidades e extrair os seus conhecimentos da própria ciência. Essa atualização, já ensaiando a pretensão moderna, tinha por objetivo iniciar a substituição das crenças baseadas em elementos da natureza pelos conhecimentos científicos. Entretanto, muito do conhecimento de que o médico terapeuta fazia uso estava ainda atrelado às concepções das medicinas populares, sendo, assim, o seu conhecimento médico, uma mistura entre elementos científicos e elementos não-científicos, entre terapêuticas acadêmicas e terapêuticas não-acadêmicas. “A medicina culta”, desta maneira, em muito “assemelhava-se à medicina popular”, pois trazia consigo uma concepção de doença e um arsenal terapêutico fundados “numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença”⁸⁵.

Esperou-se, portanto, do médico a mesma relação com o doente que o terapeuta popular estabelecia. Uma relação direta, humana, íntima, familiar. O generalista, assim como o terapeuta popular, deveria ser alguém em quem se pudesse confiar a saúde de toda a família. Alguém que “buscava organizar o cotidiano do cidadão desde seus hábitos de higiene mais íntimos até as intervenções cirúrgicas em que o risco de vida era eminente”. O médico generalista ou liberal, desta maneira, examinava, identificava a origem da dor, prescrevia medicamentos e operava, se fosse o caso, sem a ajuda de qualquer

⁸⁵ FERREIRA, 2003, p. 102.

outro sujeito, e mesmo sem a ajuda de nenhum aparato tecnológico que se substituísse às suas mãos e ao seu conhecimento adquirido ao longo de anos de estudo e trabalho. Para ele, o mais importante era manter o contato direto, individualizado e insubstituível com o seu paciente, sem qualquer mediação burocrática, o que era facilitado pela inexistência, na grande maioria das cidades brasileiras do final do século XIX, das instituições médicas⁸⁶.

O papel do generalista, para além de meramente aplicar ciência ao caso concreto, consistia em arte: devia ele observar o doente e a doença, desde os seus primeiros sinais, a fim de descobrir o momento em que a crise – momento de confronto entre a natureza saída do indivíduo e o mal que o atacava – apareceria. Sendo, portanto, um observador dos sintomas, este clínico perceberia os sinais expostos pelo corpo doente, a fim de prever o desenvolvimento da doença e, desta maneira, favorecer, na medida do possível, a vitória da saúde e da natureza sobre a doença. A cura, então, era um “jogo entre a natureza, a doença e o médico”, e o papel deste era de árbitro, aliado da natureza contra a doença⁸⁷.

Com isto, ia construindo uma relação individual e pessoal com o seu paciente. A confiança nele depositada levava a se tornar o médico de todos os membros da família, independente de que mal afligisse cada um. Conquistada essa confiança, seria ele chamado nos diversos outros momentos de crise, passando a conhecer os seus pacientes pelos males que os atingiam.

Antigamente, estes médicos, clínicos gerais na sua maioria, eram pessoas que conheciam as doenças das

⁸⁶ Cf. PEREIRA NETO, 2000.

⁸⁷ FERREIRA, 2003, p. 103.

famílias e da comunidade onde residiam. Por isso seu contato com elas era mais próximo, o que se refletia no próprio atendimento, no diagnóstico e no conhecimento das doenças (...)⁸⁸

Transcrevo agora novamente o depoimento prestado pelo Dr. João Tavares acerca do Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo: “o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo (...) na minha meninice foi o médico de minha casa, da minha família, inclusive foi meu médico em algumas doenças que eu tive”⁸⁹. Humberto Nóbrega, falando sobre o Dr. Elpídio de Almeida, que passou a medicar em Campina em 1924, cita que um admirador deste esculápio tê-lo-ia descrito, em sua atividade, como “notável clínico, desprendido, conselheiral, orientador, verdadeiro juiz de paz, enfim o clássico médico de família”⁹⁰.

Estas eram, portanto, as imagens que muitos esperavam daqueles médicos a quem confiassem os seus corpos. Imagens em muito consagradas nos terapeutas populares do campo e transferidas para os médicos generalistas das cidades.

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, com a institucionalização, consolidação e especialização do saber médico científico, as concepções sobre doença e cura foram paulatinamente se alterando. O próprio olhar médico no Brasil, agora já mais investido do olhar de profundidade anatômica inventado no século XIX, foi sendo modificado para, assim, provocar a alteração das relações que antes eram estabelecidas entre médicos e pacientes.

O médico generalista ou liberal, assim, foi dando lugar ao médico especialista, produto da organização e confluência de

⁸⁸ OLIVEIRA, 1985, p. 48.

⁸⁹ DINOÁ, 1993, p. 240, vol. 2.

⁹⁰ NÓBREGA, 1979, p. 133.

práticas discursivas e práticas não discursivas. A medicina, então se desenvolvendo em torno de suas instituições próprias – o hospital, as sociedades médicas, os congressos de médicos, as revistas e os periódicos – alterou a relação estabelecida entre médicos e pacientes para, conforme o modelo de ciência positiva, ver aí uma relação sujeito e objeto. O paciente, desta maneira, deixou de ser um sujeito precisando de atendimento, tornando-se mero objeto de estudo e investigação⁹¹.

O homem, anteriormente visto como um ser completo, um todo, passou a ser esquadrinhado, mapeado, dissecado pelo conhecimento da medicina anatômica. Tornou-se um ser constituído da união de partes que eram dissociáveis – membros, órgãos, tecidos, sistemas, etc. – e, por isto mesmo, a ciência deveria dominar cada uma destas partes individualmente, profundamente, para assim poder dominar o conjunto constituído pela união delas. O aprofundamento do conhecimento sobre elementos cada vez mais dissecados, mais repartidos, levou à especialização do saber médico e, assim, à especialização da própria prática médica. A especialização levou à constituição de saberes específicos para cada segmento do corpo, fazendo entrar em declínio a figura do médico generalista, ou, conforme outras denominações, liberal ou autônomo, típico esculápio anterior ao século XX. Tal movimento levou à invenção das diversas especialidades do conhecimento médico e da prática clínica, bem como, fez nascerem seus respectivos atores, os médicos especialistas, cada qual responsável não mais pelo todo, mas por partes do corpo – daí nasceram oftalmologistas, otorrinolaringologistas, oncologistas, ginecologistas, urologistas, dentre vários outros.

⁹¹ CANGUILHEM, Georges, **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro] Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005, p. 24.

Em Campina Grande, dos médicos que aí aportaram nas primeiras décadas do século XX, Severino Cruz era urologista; Adalberto César, obstetra e ginecologista; Antonio Almeida, otorrinolaringologista; Francisco Pinto e Freire Filho eram oftalmologistas; e Luiz Marcelino, Hênio Azevedo, Heleno Henriques e Apulero Rocha, pediatras. Entretanto, até a fundação do Hospital Pedro I, apesar das especialidades, os médicos, devido à escassez de esculápios especializados em outras áreas do saber médico, tiveram que clinicar em áreas distintas daquelas em que haviam se aprofundado⁹².

Alguns autores, atrelados a uma historiografia de viés materialista, vêem a especialização do saber e da prática médica como mero resultado da segmentação do trabalho provocado pelo avanço do capitalismo industrial. Aproprio-me desta leitura para estabelecer uma comparação que me parece pertinente. Se os antigos artesãos dos séculos XVI e XVII detinham controle sobre toda a produção manufatureira, desde a matéria prima até o resultado final, e, por isto mesmo, viam em cada produto algo de si próprio, algo resultante de seu trabalho, esforço e criatividade, a situação com o advento do capitalismo industrial no século XVIII irá alterar essa relação. Isto porque, a partir de então, destituído da matéria prima e dos meios de produção, o artesão foi levado a ingressar na massa do operariado industrial, onde o trabalho era segmentado, passando a caber-lhe apenas um momento, um breve instante, na produção, geralmente no controle da máquina. Foi perdendo, assim, o conhecimento acerca de todo o processo de fabricação de um produto, bem como gerando também a falta de identificação do operário para com aquilo que ele ajudava a produzir. A relação sujeito e objeto, antes bem próxima porque aquele era o responsável direto pela

⁹² Cf. DINOÁ, 1993, passim, ambos os volumes.

produção do último, passou a ser cada vez mais de distanciamento. O operário fabril e o produto da indústria passaram a ser estranhos entre si, rompendo a antiga relação de familiaridade que era estabelecida entre o artesão e a manufatura⁹³.

Nesta mesma lógica, lendo com esses autores, comparo o médico generalista ao artesão, e o médico especializado ao operário industrial. A especialização teria gerado uma espécie de alienação no saber médico, em que o esculápio teria perdido o contato com o processo completo de cura do doente e, desta maneira, tal qual a relação entre operário e produto industrial, o operador do conhecimento médico-científico teria perdido também a relação que o generalista mantinha com o seu doente, relação de proximidade, de preocupação, de cuidado, de ver nele um produto de seu próprio trabalho, um resultado de sua arte de curar. A atividade do médico é vista aí como mero ofício inserido no sistema capitalista, vendendo a sua prática por determinado preço a um “cliente” que não tem mais rosto, nem vontade, mas apenas uma necessidade local de algo que só o médico pode “vender-lhe”, conforme a sua área de especialidade.

A medicina liberal é uma prática que está desaparecendo. Ao mesmo tempo em que a medicina erudita está se mercantilizando. Os clínicos gerais, os antigos médicos autônomos, tornaram-se dispensáveis pelo capitalismo. No capitalismo selvagem, a produção e a acumulação das riquezas se fazem com muita violência. E coletivamente, não individualmente. Por isso, reflete-se no doente, na qualidade da prática

⁹³ Cf. HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem** [trad. Waltensir Dutra] 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

médica o modo como este profissional está inserido, particularmente, nesta sociedade. Ele é um proletário da saúde.

(...) O reflexo (do avanço do capitalismo) na medicina erudita é a especialização da prática médica. Há médicos especialistas para as diferentes partes do corpo: cabeça, olhos, garganta, estômago, intestino. Assim, perde-se a perspectiva do doente como um ser integral (corpo, psiquismo e relações sociais). Dado o modo como os médicos estão inseridos nesta sociedade (como produtores de serviços médicos, ligados às instituições que lhes oferecem condições inadequadas de trabalho e uma remuneração injusta), tal situação reflete-se na própria prática que executam: de forma autoritária, eles desapropriam o cliente dos seus sintomas, sensações e doenças. Tratam o doente como um objeto coisificado, sem potencialidade, religião ou classe social. Mais do que isso, tratam-no como um ser passivo diante da sua história, isto é, como um ser abstrato. Por outro lado, tal condição é concretamente reforçada pela dificuldade criada pelo acesso ao saber especializado na nossa sociedade.⁹⁴

Mas não pretendo ver este movimento de maneira unicamente econômica, como resultado do avanço do capitalismo pelas sociedades industriais. A especialização da medicina consistiu também na pretensão do poder médico de compartimentar o corpo humano para sobre ele exercer uma tecnologia de controle cada vez maior. A maquinaria humana precisou ser desmontada pela anátomo-clínica em segmentos menores para que fossem “descobertas” as “leis” que comandavam a vida com o fim de que, assim, pudesse a medicina tornar as manifestações do corpo previsíveis, controláveis, manipuláveis, na tentativa de estabelecer a ordem ao caótico mundo biológico.

⁹⁴ OLIVEIRA, 1985, p. 48-50.

O corpo, portanto, aparecia como elemento caótico, aquele do qual deveria livrar-se a ciência para que produzisse enunciados objetivos. O controle sobre ele era necessário para que a ciência, na sua pretensão do século XIX, fosse capaz de elaborar conceitos, teorias, enunciados, verdades. O olhar de profundidade que foi lançado pela medicina moderna andou juntamente com a segmentação, o esquadrinhamento, o mapeamento, o zoneamento de áreas do corpo que deveriam ser estudadas detalhadamente, profundamente. O corpo, então, passou a ser visto como mera união de partes, uma maquinaria formada por engrenagens, peças que, danificadas localmente, poderiam ser substituídas sem maiores prejuízos para o todo. Tornamo-nos o próprio monstro de Frankenstein⁹⁵.

Visto o corpo, portanto, como união de partes cada vez mais fragmentadas e cientificamente isoladas, à medicina acadêmica importou a análise desses segmentos locais. Curando as partes com a tecnologia médica, curar-se-ia o todo. Consertando as peças, a máquina voltaria a funcionar sem maiores problemas. O olhar objetivo lançado à máquina corporal levou o médico a não escutar mais o corpo⁹⁶. Este,

⁹⁵ SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o moderno Prometeu**. São Paulo: Martin Claret, 2001. Escrito originalmente entre 1816 e 1817. Leio tal obra como crítica à fetichização da ciência do início do século XIX, onde o Dr. Victor Frankenstein, médico, dá vida a um ser constituído de pedaços, membros, órgãos, tecidos, etc., de pessoas já mortas. Quando consegue fazê-lo viver, o médico percebe ter criado um “monstro”, e rejeita-o, abandonando-o. A referida literatura é rica em metáforas e críticas à ciência oitocentista e ao poder que ela galgou. Na relação que estabeleci aqui entre médico e paciente, posso lê-la como o abandono da criatura pelo médico, ou seja, a relação cada vez mais impessoal estabelecida entre o médico e o paciente (Cf. LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura: mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950)**. Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005).

⁹⁶ Estou usando corpo como elemento subjetivo, como venho fazendo desde o início deste texto, enquanto máquina corporal como a visão sobre o corpo

como elemento de prazer e subjetividade, impediria que o esculápio alcançasse a verdade sobre o mau funcionamento da máquina corporal. Assim, calou-se o corpo, mas não somente ele: calou-se também o sujeito presente naquele corpo, o homem doente, o paciente.

Antes do advento da medicina moderna, o médico só tinha acesso às manifestações externas visíveis da doença, ou seja, aos sintomas que ela exteriorizava. Por isto, o exame era realizado por meio dos sentidos do médico – tato, audição e visão – e também pelo que o paciente lhe relatava sobre o que sentia⁹⁷. O paciente era estimulado a falar, a conversar com o médico, descrevendo as dores pelas quais passava. Ele, melhor do que ninguém, poderia relatar a sua experiência com a doença que o afligia.

Esta posição de sujeito da doença muda com o advento da medicina científica no século XIX. O olhar da medicina passa a adentrar o corpo e, desta maneira, entrar em contato direto com os órgãos e tecidos afetados, sem a necessidade de intermediários. A medicina torna, então, visível o que antes era apenas dizível – ou audível. O visível e o dizível passam a andar juntos, não mais um precedente ao outro, mas conjuntamente associados⁹⁸. A doença e suas afecções na máquina humana são vistas por esse olhar de profundidade que se instaura na anátomo-clínica, e, assim, o que antes se tentava conhecer pela fala de alguém leigo, passa-se a ver,

a partir da medicina científica, que o enxergava como a uma máquina, como elemento objetivo constituído da junção de várias partes. “O médico terapeuta que exercia nas diversas partes da medicina, atualmente chamado ‘clínico geral’, viu declinar seu prestígio e sua autoridade em benefício dos médicos especialistas, engenheiros de um organismo decomposto tal como uma maquinaria” (CANGUILHEM, 2005, p. 28).

⁹⁷ Cf. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

⁹⁸ Ibid.

dizer, olhar e interferir com o saber e a tecnologia científica. A fala do doente torna-se dispensável.

O paciente é, assim, desapropriado de seus sintomas, de suas sensações, de suas experiências. Não deve falar sobre a sua doença para o médico, pois opiniões leigas são meras sensações, impressões falhas, errôneas, e não verdades. O doente perde a legitimidade de falar o que sente. O único que tem a autoridade para falar sobre a doença é o médico. O doente é desapropriado de seu próprio corpo e passa a ser visto com suspeição. O médico irá debruçar-se sobre a máquina para descobrir o que o paciente “realmente tem”, e suas palavras é que constituirão a verdade do morbus, mesmo que seja contrário ao que o sujeito sinta⁹⁹. A medicina científica pretende, com o seu método invasivo de investigação e diagnóstico, trazer à tona a “verdade” sobre a doença, e não meras impressões sensíveis acerca dela. A relação do homem com a doença inverte-se: ele passa a ser tratado não como sujeito de sua doença, mas como objeto dela¹⁰⁰.

Neste sentido, o homem doente perde a sua identidade como sujeito de uma relação que antes se estabelecia entre o médico generalista ou o terapeuta popular e o paciente. O homem e seu corpo passam a ser meramente o espaço de ação de uma entidade nosológica. A anátomo-clínica, ao inserir-se profundamente no corpo doente, ao dissecá-lo, tornará visível a doença em sua espacialização ao longo dos órgãos e tecidos. Nesta história, o sujeito se torna o micróbio, o vírus, a bactéria causadora da enfermidade. O homem fica relegado a constituinte do espaço de atuação desses seres¹⁰¹.

⁹⁹ Cf. CANGUILHEM, 2005.

¹⁰⁰ Ibid., p. 24.

¹⁰¹ Cf. REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. “O corpo – o homem doente e sua história”. In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História:**

Assim, os médicos passam a ver a doença meramente pela doença, esquecendo-se que esta se dá num homem doente. Perdem, portanto, de foco a própria experiência do homem, o que ele pensa, sente, passa. Enxergam meramente o que é objetivo: os elementos “causadores” da doença¹⁰². A relação que estabelecem com os pacientes, desta maneira, distancia-se tremendamente da que o médico generalista ou os terapeutas populares estabeleciam. Daí a crítica que Dinoá fez no início deste capítulo: “a medicina evoluiu, mas tornou os seus praticantes mais frios”. A confiança no médico passa a ser em seus títulos acadêmicos, e não em sua capacidade efetiva de curar.

E, na Campina Grande da década de 1930, quem parece ter incorporado, melhor do que qualquer outro profissional, esta nova imagem de médico, inclusive pelo estabelecimento de uma relação “moderna” e “científica” com os pacientes, foi justamente o Dr. João Arlindo Corrêa. Com o fim de analisar como essa relação era estabelecida, convoco de volta à narrativa o Sr. Arlindo Corrêa da Silva, diretor do jornal *A Batalha*, que introduziu este livro. É por meio de sua voz, irônica, explosiva e parcial, que enunciarei a construção de uma imagem acerca do médico Dr. João Arlindo Corrêa. Imagem, esta, caro leitor, que, tendo você me acompanhado até aqui, será capaz de articular com as demais imagens elaboradas acerca do referido médico, construídas pelas ações criminais e pelas demais fontes com as quais já trabalhei.

O jornal *A Batalha* foi fundado em 1934, provavelmente no dia 17 de outubro¹⁰³, tendo como diretor o Sr. Arlindo Corrêa da

novos objetos. [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 141-159.

¹⁰² CANGUILHEM, 2005, p. 24

¹⁰³ Tive acesso às edições do jornal a partir do número 7, Ano 1, datado de 28 de novembro de 1934. Ao retroceder as datas do calendário até a

Silva e redator chefe, o Sr. Isidro Aires de Castro. Arlindo Corrêa da Silva fazia do seu jornal um verdadeiro veículo de denúncias contra toda sorte de problemas existentes na cidade, como a questão da limpeza pública, o meretrício, a gatunagem, a jogatina, etc., elementos que mal diziam Campina Grande para os forasteiros, que impediam que ela atingisse o patamar de cidade moderna, elementos que deveriam ser erradicados caso se quisesse realmente que Campina fosse uma cidade grande¹⁰⁴.

Percorrendo as edições do periódico do Sr. Corrêa entre os anos de 1934 e 1935, foi possível conhecer aquele que era um alvo constante das críticas do jornalista: o Sr. Antonio Pereira Diniz, prefeito municipal, empossado em 27 de julho de 1934. As críticas ao gestor municipal se davam por ele, chamado pejorativamente de “Sansão” em várias edições do jornal, ser “incapaz” de comandar uma “cidade progressista” como Campina Grande.

Ao tratar da higiene na cidade, o jornal denuncia “cloacas estoiradas”, outras “entulhadas em fezes”, sem que o “Sr. Delegado de higiene¹⁰⁵, tome uma providência enérgica afim (sic) de cessar esta triste situação”¹⁰⁶, além de especificar uma cloaca existente na rua Barão do Abiahi que, ao cair da tarde “exala um máu cheio intolerável”¹⁰⁷.

Entretanto, para o cronista, a culpa da situação imunda em que se encontrava Campina Grande não era de seus moradores

primeira edição, consegui a data de 17 de outubro de 1934 como provável data da circulação da primeira edição do referido periódico. Lino Gomes Filho, porém, data-o de novembro de 1934 (SILVA FILHO, 2005, p. 151).

¹⁰⁴ Cf. AGRA, 2006.

¹⁰⁵ Não consegui constatar quem era o Delegado de Higiene de Campina Grande neste ano, cargo que, pelo menos até a fundação do Pedro I, era exercido pelo Dr. João Arlindo Corrêa. Possivelmente, este havia se afastado do Posto de Higiene quando assumiu a direção do Hospital, em 1932.

¹⁰⁶ *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 01.

¹⁰⁷ “Imundice”. *A Batalha*, Anno I, n. 22, edição de 14/03/1935, p. 03.

“atrasados”, como enunciavam os diversos discursos que circulavam na sociedade. A culpa, sob a óptica de Arlindo Corrêa, era do governo municipal, do Sr. Pereira Diniz, aquele “cancro” que, para a infelicidade do povo de Campina, comandava a cidade. Um homem tão “incapacitado” que, caso fosse designado para o cargo de fiscal do lixo, “teríamos o transito interrompido, pelo acumulo de lixo nas ruas, dada a sua já conhecida negligencia”¹⁰⁸.

A higiene imunda de nossa terra já é conhecida muito alem dos nossos horisontes; pois, os viajantes que, aqui transitam, levam dela horrivel impressão. Esta culpa não cabe, ao povo campinense, e sim, aos seus governantes que, não sentem o escrúpulo, de ter a frente da higiene da terra que governa, um cancro, que, dia a dia, vai cada vez mais, agravando o organismo dessa metrópole sertaneja.¹⁰⁹

Quando da viagem de Pereira Diniz à cidade de São Paulo, “centro de toda nossa civilização”, em março de 1935, para representar Campina Grande como “um dos maiores no comércio de algodão” num congresso que haveria naquela cidade, o Sr. Arlindo Corrêa publicou uma nota de surpresa em seu jornal, exclamando: “Pronunciaríamos favorável se o dr. Diniz entendesse alguma cousa do riscado! Mas, santo Deus, não existirá maior ignorante na matéria!”¹¹⁰.

Quando de seu retorno, estampou no jornal uma verdadeira “nota fúnebre” à cidade:

¹⁰⁸ “Imundice”. *A Batalha*, Anno I, n. 22, edição de 14/03/1935, p. 03.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 03.

¹¹⁰ “Comentarios”. *A Batalha*, Anno I, n. 24, edição de 28/03/1935, p. 03-04.

Pêsames á Campina Grande!

Depois de alguns dias de desafôgo, com a ausência de seu feroz inimigo, algoz das nossas liberdades e espesinhador dos nossos direitos de cidadania, Campina Grande assistiu domingo passado a pantomima que constituiu o regresso de São Paulo do prefeito Pereira Diniz. (...)

Está de pêsames a terra gloriosa de AFONSO CAMPOS!¹¹¹

E, logo na primeira página do jornal, um artigo intitulado “A Prefeitura de Campina Grande” foi oportunamente publicado pelo periódico com o fim de traçar um panorama extremamente negativo do prefeito a quem Arlindo Corrêa da Silva fazia questão de se referir pelo nome de “Sansão”, uma “autoridade que garroteou a liberdade de imprensa, ou no mínimo, consentiu que os seus aulicos usassem de processos pôdres e igonomiosos para nos massacrar”¹¹².

Esta última parte da fala de Arlindo Corrêa da Silva, diretor de *A Batalha*, refere-se aos dois processos judiciais que já tramitavam na justiça campinense em que ele figurava como réu, ações propostas pelo próprio prefeito Antonio Pereira Diniz, devido às diversas acusações e injúrias proferidas pelo jornal à sua pessoa, e pelo Dr. Diógenes Miranda, médico responsável pela fiscalização do leite vendido na cidade, devido às notas de repúdio que o jornal lhe havia veiculado, episódio, este, de que tratei no primeiro capítulo deste livro.

Em ambos os processos, entretanto, o diretor d'*A Batalha* acusava Pereira Diniz de ser o “autor moral” das queixas, afirmando, inclusive, que fora o prefeito quem redigira a queixa

¹¹¹ “Pêsames á Campina Grande!”. *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p.01.

¹¹² “A Prefeitura de Campina Grande”. *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p. 01.

prestada por Miranda ante a “falta de cultura jurídica” do advogado contratado por este¹¹³, com o fim de calar a voz do jornalista.

O leitor mais atento estará lembrado do Sr. Antonio Pereira Diniz, já algumas vezes citado neste capítulo. O Sr. Diniz era casado com Maria das Neves, filha do Dr. Chatô, e, antes de assumir o executivo municipal, atuava na cidade como promotor público. Foi ele o promotor que denunciou Língua de Aço à justiça, no início de 1932, a partir da queixa prestada pelo Dr. João Arlindo Corrêa em sua cruzada anti-curandeirismo. Estava, desta maneira, ligado diretamente às duas imagens de médicos que pretendi desconstruir neste capítulo: um era o seu sogro, o outro, seu amigo pessoal.

Não demorou, entretanto, para que o próprio Dr. João Arlindo Corrêa se tornasse alvo das críticas do Sr. Arlindo Corrêa da Silva. As críticas que o jornalista fazia diretamente ao prefeito acabaram respingando no médico, e isto foi sentido quando do incidente ocorrido no final de 1934 com o redator chefe de *A Batalha*.

Passo a narrar o incidente como ficou registrado pelas páginas e pela voz do Sr. Arlindo Corrêa da Silva.

No dia 28 de novembro de 1934, o jornal veiculou notícia referente ao desaparecimento de seu redator-chefe, o Sr. Isidro Aires de Castro. Este havia combinado com o diretor do jornal, Sr. Arlindo Corrêa, de encontrarem-se em Lagoa Seca para assistirem ao início da construção da capela daquele local. Como Isidro não compareceu, Arlindo e um amigo seu, Djalma Amorim, dirigiram-se à sua casa a fim de descobrir o motivo de sua ausência. Na primeira ida, às três da tarde, nada encontraram, apenas um bilhete avisando que seu companheiro havia “ido à cidade”. Continuaram a busca por outros locais, mas sem resultado.

¹¹³ *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04.

Quando regressaram à sua residência, por volta das cinco da tarde, escutaram “rumor de luta e as palavras ‘cabra safado’” sendo proferidas de dentro da casa. Acionada a força policial, foram presos dois indivíduos suspeitos e, no interior da residência, encontrados diversos artefatos que a polícia e os jornalistas logo ligaram à prática da “macumba”. Isidro, porém, continuou sumido, apesar das incessantes buscas que foram realizadas noite adentro. Ele foi apenas encontrado no dia seguinte, na segunda-feira, na casa de um amigo, em “situação de comiseração”, com “indício bem acentuado de alienação mental”.

Levado ao Hospital Pedro I para exames, ficou sob a responsabilidade do Dr. João Arlindo Corrêa, diretor daquela casa, que, no dia 27 de novembro, diagnosticou-o como se encontrando em “ESTADO CREPUSCULAR bem pronunciado” (grifo do jornal).

A edição d’*A Batalha* veiculada no dia seguinte, dando conta do ocorrido, atribuía o desaparecimento e o “estado crepuscular” do qual Isidro estaria acometido à ação de “catimboseiros”¹¹⁴. Depois disto, consegui apenas saber que o jornalista foi levado em viagem à cidade de “Cajaseiras”, provavelmente como medida terapêutica, para respirar novos ares e tentar curar-se.

Esta breve história não diz apenas uma das maneiras de se explicar a origem da alienação mental, quer seja, o aspecto místico envolvendo a “macumba”. Também não apenas apresenta o estigma social ante certas práticas ritualísticas diversas dos ritos existentes na doutrina cristã, tal a alcunha de “catimboseiros” e a pronta atribuição a estes elementos da responsabilidade pelo ocorrido¹¹⁵. O que me interessa analisar neste evento são as denúncias feitas pelo Sr. Corrêa da Silva

¹¹⁴ Toda esta história está narrada em “Macumba! Macumba!”. *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 04.

¹¹⁵ “O desaparecimento do nosso companheiro Isidro Aires de Castro, foi forjado por catimboseiros” (“Macumba! Macumba!”. *A Batalha*, Anno I, n. 07, edição de 28/11/1934, p. 04).

ao Dr. João Arlindo no tocante à maneira como este último tratou da doença de seu colega e amigo, o Sr. Isidro, e, de maneira geral, como ele tratava os pacientes do Hospital Pedro I.

Acontece que, logo após Isidro ter sido diagnosticado pelo Dr. João Arlindo, o Sr. Arlindo Corrêa, provavelmente após consultar outros médicos, descobriu que uma enfermidade tal qual “estado crepuscular” não existia em psiquiatria, interpretando, assim, que o diagnóstico do Dr. João Arlindo havia sido enunciado como deboche, visto que, segundo o jornalista, Isidro e o esculápio já tinham rixas pessoais um contra o outro. Para o jornalista, portanto, o médico “quiz tripudiar sobre uma infelicidade, porque não sentia simpatias pelo homem que, por obra do destino, caia lhe nas mãos”¹¹⁶. Associados, ainda, a isto, havia também os conflitos que o diretor de *A Batalha* mantinha com o prefeito Pereira Diniz e o médico Diógenes Miranda, que já estavam sendo resolvidos em juízo e nos quais o Dr. João Arlindo era uma das testemunhas de acusação¹¹⁷.

Não me é possível, caro leitor, afirmar com exatidão os motivos que levaram o Dr. João Arlindo, antigo diretor do Posto de Higiene, então diretor e mais importante nome dentro da administração do Hospital Pedro I, única casa de saúde existente na cidade, provavelmente o esculápio mais atuante na consolidação de um mundo médico-científico em Campina Grande, a invadir a sede do jornal *A Batalha* para ameaçar o Sr. Arlindo Corrêa e os jornalistas que lá trabalhavam. Talvez as críticas que o jornalista constantemente fazia ao Sr. Pereira Diniz, amigo do médico, tenham respingado tanto neste que ele tenha sentido banhar-se delas. Talvez o Dr. João Arlindo

¹¹⁶ “Confessando o seu pavor”. *A Batalha*, Anno I, n. 27, edição de 16/05/1935, p. 04.

¹¹⁷ “O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha, agredir os diretores d’*A Batalha*”. *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04.

estivesse ainda procurando um bode expiatório em quem depositar a frustração de uma luta anti-curandeirismo que não tinha gerado muitos frutos, pois José Cassimiro, já tendo sido preso duas vezes, provavelmente continuava livre, medicando ilegalmente e, para além dele, Campina, apesar de já ter constituído um grupo de médicos especialistas, continuava produzindo outros Línguas de Aço. Talvez tenha o Dr. João Arlindo ficado ainda mais irritado quando percebeu que não somente os Miquilinas faziam uso e professavam as medicinas não-acadêmicas, mas também tais práticas e seus executores eram defendidos por senhores letrados da sociedade campinense e brasileira, tais como Hortênsio Ribeiro, José Lins do Rêgo e Gilberto Freyre, o que dificultava ainda mais a concretização de sua cruzada médica¹¹⁸. Para Sousa, o esculápio não conseguia aceitar que estava “lutando contra forças mais poderosas e adversas do que o seu estreito universo deixava-o antever”, sendo uma “vítima de suas próprias crendices”¹¹⁹.

¹¹⁸ Gilberto Freyre publicara, em 1933, a primeira obra da trilogia sobre a formação da sociedade patriarcal brasileira, *Casa Grande e Senzala*. Nela, já ficam expostos alguns elementos que iriam nortear todo o trabalho do sociólogo, dentre eles, a valorização da chamada “cultura popular”, no que se incluem as medicinas não acadêmicas (Cf. BERTOLLI FILHO, Cláudio. “A sociologia de Gilberto Freyre e a educação para a saúde”. **Ciência e educação**, v. 9, n. 1, 2003, pp. 105-121). Já José Lins do Rego via com bons olhos os terapeutas populares, com os quais inclusive muitas vezes consultou-se, e denunciava a arrogância dos médicos togados. Naquele mesmo ano, publicou, pelo jornal oficial A União, um artigo chamado “Medicina popular”, em que afirmava, dentre outras coisas, que “a medicina do nosso povo não é como a dos médicos titulados, sem entranhas para os doentes perdidos. Um curandeiro nordestino nunca desengana um doente. Há sempre esperança de salvá-lo. Quando fracassar as ervas, os esterco, as cascas vêm da terra ele procura o céu” (“Medicina popular”. *A União*, edição de 03/08/1935, p. 03).

¹¹⁹ SOUSA, 2007, p. 80.

É possível, portanto, que a confluência de todos esses elementos tenha desencadeado no esculápio uma ira incontrolável, um deslize de sua racionalidade ilustrada e um grito virulento vindo da “irracionalidade animal”, tendo levado ao fatídico dia 02 de abril, quando, invadindo a redação do jornal *A Batalha*, localizada à rua Maciel Pinheiro, n. 42, ameaçou fisicamente os responsáveis pela sua publicação. A ciência, a qual tanto prezava o Dr. João Arlindo, com enfoque no uso da razão, neste dia sucumbiu às angústias do corpo.

(...) fomos surpreendidos com a entrada do Dr. [João] Arlindo Corrêa, em nossa sala de trabalho, que veio agredir os que fazem este jornal. Este forasteiro audaz quiz praticar mais um ato que marcasse o valor de sua mentalidade estreita.

Mas, encontrou o revide á altura da covarde agressão.

A palidez do seu rosto, o seu sistema nervoso alteradíssimo, provou que êle não pertence á estirpe dos homens de vergonha e de atos decentes.

O Dr. Arlindo Corrêa, é um instrumento cêgo do dr. Pereira Diniz. (...)

O seu estado bárbaro não nos amedronta.¹²⁰

A guerra, então, foi oficialmente declarada, com direito a descrever o médico como alguém que propalava que tinha “capangas” para fazer “servicinhos”, mas que, caso algum desses “servicinhos” fosse feito contra algum membro da redação, o “chicote” seria revidado “na cara desse medico agressor de jornalistas”¹²¹.

¹²⁰ “O Dr. Arlindo Corrêa veio a redação desta folha, agredir os diretores d’”A Batalha””. *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 04

¹²¹ *Ibid.*, p. 04.

A partir desta mesma edição do jornal, Arlindo Corrêa, o jornalista, começou a denunciar a maneira como o diretor do Hospital Pedro I lidava com os seus pacientes, acusando-o de tratar com desumanidade e desprezo os “indigentes”. Segundo o jornal, “quando se encontra deante do infortúnio de alguém, não tem interesses em amenisa-lo ou pelo menos comiserar-se dele, antes, demonstra o seu espírito de miserável, com humilhações e afrontas, aumentando o suplicio”¹²².

A descrição que segue constrói a imagem do Dr. João Arlindo como um verdadeiro Dr. Jekyll e Sr. Hyde: um médico que é, em verdade, um monstro¹²³.

Todos os dias chegam a nossa redação, pessoas que vêm queixar-se, da falta de humanidade, por parte do dr. Arlindo Corrêa, no Hospital Pedro I. Não se pode duvidar tamanha miséria de sua pessoa; pois, ele visa apenas, no doente, o estado financeiro e nunca o de saúde. Ao entrar um enfermo para aquele estabelecimento, ele tem logo o cuidado, de examinar, se é pensionista ou indigente. No primeiro caso recebe todo o seu carinho; no segundo tem o prêmio de ser pobre: gritos e pontapés.

Com o instinto de antropófago, que lhe é peculiar, segue a sua presa sem cessar, verificando bem as suas pegadas, na estrada arenosa do destino, até que a encontre exausta de longas caminhadas da vida; aí então arrastando-se sobre o ventre como as serpentes,

¹²² “Estará o dr. Arlindo Corrêa em ‘Estado Crespuscular’?”. *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 03.

¹²³ A obra de Robert Louis Stevenson, *O médico e o monstro*, escrita em 1886, destaca o caráter de crueldade de que pode revestir-se a prática clínica. A leitura que aqui uso é a de que o verdadeiro monstro é o próprio médico, daí o seu nome (Jekyll, de *I Kill*, “eu mato” em inglês), enquanto que o dito monstro (Mr. Hyde, de *Hide*, “escondido” em inglês) é o instinto animal que a ciência quis ocultar em nome da racionalidade científica, mas que pode a qualquer hora vir à tona (Cf. STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro**. São Paulo: Martin Claret, 2001).

vai silenciosamente aproximando-se, até cair-lhe sobre o seu corpo, já sem força para dete-lo; é assim que covardemente, vinga-se dos vencidos pela sorte.

É da essência do seu espírito, o desprezo pela grande e sofredora massa de homens suarentos e rudes, que entregues aos trabalhos exaustivos, sobre o peso de salários mesquinhos, arranjam o pão cotidiano, amassado pelo pé dos poderosos, para a sua prole esquelética.

Aquele monstro ao ver as desgraças alheias com o seu coração de pantera e cérebro de hiena, experimenta tal sensação, que não se pode conter, ri... alimenta a sua malícia, com o sofrimento dos desprotegidos da sorte, deshonrando neles, a pessoa humana.

Os seus ouvidos permanecem surdos, aos brados da consciência, porque a agitação estonteante no seu pensamento deshumano, formada pelos males que tem praticado, abafa as vozes cheia de lamentações dos pobres indigentes, que imploram algo de ameno para os seus sofrimentos.

Um vivente desta espécie, que não há um só sofrimento humano, que ele não profane, está preparando a escada, para descer ao abismo insondável, de seus crimes.

É um mendigo de idéas, porque foi apagada de sua pessoa, o que se chama caráter, quando se encontra diante do infortúnio de alguém, não tem interesse em amenizá-lo ou pelo menos comiserar-se dele, antes, demonstra o seu espírito de miserável, com humilhações e afrontas, aumentando o suplício.

Um elemento nocivo desta qualidade está bom de ser banido da direção de uma casa de saúde, porque um estabelecimento deste gênero não pode ter á sua frente, um homem que sofre de debilidade moral, que se nivela bem, com suas imperfeições moraes.

Ae fica o nosso protesto, contra a falta de caridade com os pobres.¹²⁴

¹²⁴ "Estará o dr. Arlindo Corrêa em 'Estado Crespuscular'?. *A Batalha*, Anno I, n. 25, edição de 04/04/1935, p. 03.

Aqui, o Sr. Arlindo Corrêa ressalta vários elementos constitutivos da atitude arrogante como o Dr. João Arlindo tratava seus pacientes, especialmente os pobres, para os quais, justamente, havia sido instalado o Hospital Pedro I. O Sr. Arlindo Corrêa, portanto, faz denúncias muito parecidas com aquelas que Hortênsio Ribeiro havia feito publicar no ano anterior, pelo jornal *A União*, em uma verdadeira apologia a José Cassimiro, ou Língua de Aço, e em detrimento de alguns médicos titulados que atuavam em Campina – os “papafigos” e “mortícolas” da ciência. O mesmo José Cassimiro que havia sido perseguido e reprimido pelo Dr. João Arlindo, a quem constantemente “procurava ridicularizar”, como denunciado pelo promotor Antonio Pereira Diniz. Promotor que, em 1935, havia se tornado prefeito de Campina Grande, amigo do Dr. João Arlindo Corrêa e inimigo do Sr. Arlindo Corrêa da Silva.

Talvez tenha sido por esta rede de intrigas gerada em torno da ascensão do poder médico e as tensões que este evento gestou na sociedade campinense, inclusive com outros poderes aí presentes, que levou Hortênsio Ribeiro a aceitar de bom grado realizar a defesa judicial do jornalista nos processos em que ele figurava como réu – abertos pelo Sr. Pereira Diniz e pelo Dr. Diógenes Miranda –, e que teria novamente o Sr. Severino Montenegro como juiz, o mesmo que havia condenado, anos antes, Joaquim Pontual e José Cassimiro, o qual já deveria estar mais do que acostumado a ver o Dr. João Arlindo perambulando pelo ambiente judicial.

Em 1936, ano seguinte a estes eventos, mais precisamente em abril, Hortênsio Ribeiro encarregou-se de um trabalho mais penoso para si próprio e para Campina Grande: escrever um necrológio para o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo. Falecera o Dr. Chatô, aos 80 anos de idade, em 29 de abril.

O seu desaparecimento, entretanto, deu-se num momento em que a medicina havia se modificado, modificando também os médicos. Sua morte deu-se num período em que o mundo médico girava em torno de práticas diferentes das do seu tempo de formação. A medicina então estava alicerçada em instituições, promovia especialização do conhecimento, cientificizara-se, inventara toda uma tecnologia de poder que alçou suas práticas para além da medicina individual e tornou-se uma medicina não só dos corpos humanos, mas também dos corpos urbanos. A medicina se tornou social, inventara figuras como a do médico higienista e a do sanitarista, geria as cidades e geria a hidra que as habitava através de políticas públicas de controle.

A construção da imagem do Dr. Chatô, desta maneira, em muito foi influenciada por esse novo momento da medicina. Com esta nova configuração do cenário médico em Campina, composto por médicos especialistas, vinculados à ciência positiva, médicos que viam seus pacientes como meros objetos de investigação e intervenção e não sujeitos que precisavam de alguém em quem confiar os seus corpos aflitos, a memória sobre os médicos do passado passou a ser construída no sentido de valorizar suas ações, ressaltar a maneira humana e pessoal com que eles lidavam com seus pacientes. Ver neles exemplos de como no passado o médico era glorioso, e como os esculápios campinenses da década de 1930 não mais eram.

Construiu-se, assim, a memória da medicina campinense colocando o Dr. Chateaubriand como principal representante dos médicos do passado, do médico generalista, do médico de família, humano, pessoal, íntimo, alguém em quem se confiar. Enquanto isso, do outro lado, construiu-se a imagem dos médicos do presente, especialistas, frios, insensíveis, repressores, gananciosos, “papafigos”, “mortícolas”, “esfurucadores de cadáver”, sem “entranhas para os infortúnios dos pobres desvalidos”, em

que, por ter ocupado postos importantes e suas ações terem ficado mais visíveis para a sociedade campinense, figurou como principal representante deste novo modelo de médico o Dr. João Arlindo Corrêa.

Assim, duas imagens antagônicas foram construídas no mundo médico campinense na década de 1930: a imagem do Dr. João Arlindo Corrêa, que representava o médico do mundo moderno, aquele não desejado; e a imagem do Dr. Chatô, que representava o médico do passado, dos tempos idos que não voltariam mais e, por isto mesmo, tornou-se o ideal de médico. Mesmo que em sua prática ele não fosse exatamente como o descreviam, a sua imagem foi construída com esse ideal de glorificação do passado. A sua morte, em plena efervescência dos conflitos envolvendo a atuação dos novos médicos, só fez, portanto, aumentar a idealização de sua memória.

Assim, encerrava-se mais uma peça. As cortinas do palco se fechavam. Os atores da construção do mundo médico campinense começavam a deixar o teatro.

Os periódicos do dia seguinte comentariam este espetáculo e lembrariam com saudade e admiração o Dr. Chatô, que encerrava a sua atuação ovacionado pelo público. Público este que o escolheu como seu ator predileto.

Já o Dr. João Arlindo, não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Domingo, 30 de setembro, dez horas da manhã. A estação da *Great Western*, próxima ao Açude Velho, encontra-se abarrotada de pessoas que foram para ali levadas pelo desejo de presenciar um evento histórico: a chegada da locomotiva, da Maria Fumaça, a Campina Grande. Destacam-se na multidão senhores e senhoras elegantemente vestidos para a solenidade: eles, trajando ternos brancos, e elas, de vestidos, com luvas e chapéus que o vento insiste em querer levar consigo sempre que lhes refresca a cabeça.

A espera, que já se prolonga, e a ansiedade em ver a chegada da locomotiva a Campina é subitamente interrompida quando, ao longe, todos escutam o berro da Maria Fumaça. Aglomeram-se junto às grades da Estação, mas o trem ainda não está visível. Ficará visível apenas em mais alguns segundos.

E, finalmente, desponta, ao longe, a frente da locomotiva, com silvos estridentes – talvez para a todos despertar. Em alguns minutos, todos os vagões se farão visíveis e o trem parará na Estação, levando consigo autoridades da política e da sociedade de Campina Grande que compareceram a esta primeira viagem.

Trazida a locomotiva a Campina, as pessoas então se aglomeram para ouvir os discursos de determinadas autoridades que se fizeram presentes a este momento – tentam ouvi-las entre um e outro grito do rapaz que vende bombons na Estação.

E lá estão o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, vestido de branco tal qual se espera do médico das famílias campinenses, e o Sr. Cristiano Lauritzen, prefeito municipal, responsável maior pela vinda da primeira locomotiva à cidade. Ambos discursam para o povo que ali se encontra, sendo ovacionados pelos seus atos em prol de Campina Grande. Todos os discursos proferidos, assim, ressaltam o caráter inovador, progressista e modernizante do trem, mas não apenas dele, também os atos desse grande benfeitor da cidade, responsável pela chegada daquele elemento do moderno: Lauritzen. Este é apontado, inclusive até mesmo por seu adversário político, o Dr. Chatô, como um homem que propicia a evolução da cidade ao trazer até ela a modernidade representada pela Maria Fumaça.

Ao final da solenidade, reúnem-se todos à frente da Estação para a foto oficial do evento, que ficará registrada na história de Campina Grande.

Tal foto, entretanto, diferentemente da foto que desponta em todos os arquivos históricos sobre Campina Grande, é uma foto colorida e que contém não um, mas dois prefeitos municipais. Estão lá o Sr. Cristiano Lauritzen, prefeito da cidade de 1904 a 1923, e o Sr. Veneziano Vital do Rêgo, prefeito da cidade desde o ano de 2004. O evento que acabo de descrever, diferentemente daquela primeira chegada do trem, em 2 de outubro de 1907, às quatro horas da tarde, teve lugar no dia 30 de setembro de 2007, às dez da manhã.

Descrevi, portanto, o evento que ocorreu como comemoração do Centenário da Chegada da Maria Fumaça a Campina Grande. Evento este que tentou reproduzir a primeira chegada, a de 1907, da maneira como narrada pela historio-grafia local, e que vestiu com roupas de época pessoas que atuaram e/ou discursaram tal qual imagina-se tenham atuado e/ou discursado autoridades como o Dr. Chatô e o Sr. Lauritzen, ou pessoas

simples como o rapaz que vende bombons aos gritos de “olha a cocada!”, que insistia em falar mais alto do que as autoridades na tentativa de vender os seus produtos.

Esta representação contemporânea elaborada para celebrar esse evento consagrado pela historiografia e pela memória locais atualiza, portanto, o papel do trem e o papel de Cristiano Lauritzen como símbolos da modernização e da modernidade campinenses do início do século XX. Em todos os discursos proferidos no evento – e, repito, inclusive o de um adversário político do “gringo”, como o Dr. Chatô –, Lauritzen é colocado como o grande modernizador da cidade, enquanto o trem é construído como o propiciador dessa modernização. Afirma-se, dentre tantos discursos, que, com a chegada da estrada de ferro, “novos valores chegarão também a esta região, como novos intelectuais, comerciantes, escritores, musicistas, todos cheios de inovações, sonhando com o desenvolvimento de Campina e de toda a região”¹.

O evento que comemorou o centenário da chegada do trem a Campina, desta maneira, fez uso da historiografia e da memória locais para representar esse evento na cidade contemporânea, ou seja, encenou uma determinada representação sobre o que pode ter ocorrido naquela tarde de 1907 para inventar um novo evento, uma nova chegada do trem, que não é a mesma ocorrida cem anos antes, mas uma representação sobre esse passado ausente, representação esta que ratifica o evento de 1907 tal como inventado e cristalizado pela historiografia clássica e pela memória dos grupos de elite daquele tempo, e também como ainda hoje vem sendo construído por uma historiografia renovada: o trem

¹ Discurso proferido por um dos atores no evento do Centenário da Chegada do Trem, 30 de setembro de 2007, gravado em vídeo, arquivo pessoal do autor.

como símbolo da modernidade, posto que representava o que de mais novo existia em termos de técnica científica na produção de maquinarias de conforto – mesmo que alguns não tenham achado assim tão confortável viajar na Maria Fumaça campinense...²

Ao representar, desta maneira, o acontecimento de 1907, os idealizadores do evento de 2007 inventaram um novo acontecimento, atualizando a memória sobre o 1907 como um marco na história da cidade, como ano inaugural da chegada da modernidade a Campina Grande. Produziram também todo um rito para a teatralização dessa memória: os silvos da locomotiva anunciando a sua chegada, a participação de pessoas trajadas tal qual se acredita tenham se vestido no início do século XX, a encenação de personagens presentes àquele momento e a incorporação de tais personagens na própria fala de cada um dos atores – o rapaz dos bombons que fala coloquialmente e grita para vender seus produtos, o Dr. Chatô e o Sr. Lauritzen que falam de maneira rebuscada tais quais pessoas letradas e líderes políticos de sua época, etc. Baseou-se na tentativa de reprodução de um acontecimento, de ritualização do mesmo, pela repetição e/ou encenação do evento histórico, objetivando transmitir determinados valores à sociedade, como a idéia de progresso e civilização por meio da modernização urbana.

A representação da chegada da locomotiva, desta maneira, vai ao encontro da idéia de uma tradição inventada, satisfa-

² Confira as impressões expressas por um jornalista do Diário de Pernambuco, presente à primeira viagem, de 1907, e as impressões de Manuel Mendes, que veio a Campina na década de 1930 (OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007, pp. 75-89; e MENDES, Manuel. **O menino do Tracunhaném**. Brasília: Thesaurus, 1999).

zendo alguns dos objetivos enunciados por essa produção ideológica: tenta demonstrar que havia uma determinada coesão social que estaria vigendo nos moradores de Campina Grande em 1907, fazendo circular o discurso de que todos ansiavam a locomotiva como símbolo do mundo moderno; objetiva também inculcar as idéias de modernidade e de progresso material e simbólico nas pessoas que, pelo exemplo desse evento primeiro, basear-se-iam nele para agirem no presente; e legítima, ainda, Cristiano Lauritzen no cargo de prefeito municipal por sua íntima vinculação com a Maria Fumaça, propiciando, assim, que ele seja produzido, instituído, lembrado e evocado como aquele responsável pela modernização de Campina e, desta maneira, aquele que deveria continuar ocupando o mais alto cargo municipal para que assim pudesse levar a cidade pelos trilhos do progresso³.

Assim, agencia-se uma memória e uma história sobre a cidade que estabelece aquele acontecimento como um marco, um marco que atualiza os lugares e os espaços dos sujeitos envolvidos na sua produção, um lugar que legitima o evento e transforma-o em representativo de uma tradição de grandiosidade da cidade de Campina Grande. Um passado inventado e produzido no presente para que os contemporâneos vejam tempos idos, tempos glorificados pela historiografia e pela memória de certos grupos que geriam a cidade, intencionalmente construídos pela dicotomia que contrapunha grupos rurais a grupos urbanos, fazendeiros a comerciantes, estabelecendo-se que foi a disputa entre tais grupos que construiu Campina como grande.

A re(a)apresentação da chegada do trem tencionou construir, desta maneira, uma ponte, uma intenção de continuidade entre

³ Cf. HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

um passado ausente e um presente, falhando, entretanto, nesta pretensão. O que o presente produziu foi um novo evento diferente daquele de cem anos antes. E não diferente apenas porque as pessoas já não são mais as mesmas, ali encontrando-se apenas seus representantes, nem mesmo por se haver introduzido uma gama de fatores inexistentes naquele 2 de outubro – como, por exemplo, a presença anômala de dois prefeitos municipais –, mas, acima de tudo, porque a primeira chegada da Maria Fumaça estava inserida em um contexto histórico em que se ansiava atender a determinadas expectativas de alguns grupos sociais informados por algumas idéias de progresso e modernidade, enquanto que a segunda chegada pretendeu reproduzir aquele momento tal qual um antiquário da história, como se o tempo houvesse congelado e pudéssemos enxergar a sua verdade pela reprodução das vestimentas, pela recuperação dos discursos, pela encenação das personagens, pela ritualização do acontecido.

O presente, por outro lado, lança também questões que se podia pensar superadas, mas que encontram ainda na contemporaneidade elementos que fazem tal passado emergir diante de nós, modificado, sim, mas estabelecendo elos íntimos com os nossos mortos, mostrando-nos, dentre outras coisas, a capacidade de sobreviver que esses mortos adquiriram ao longo das várias décadas que distanciam o nosso tempo do deles.

Ao ler sobre a questão do leite, por exemplo, o leitor pode ter pensado tal qual um homem contemporâneo, cujos corpo e mente já foram docilizados pelo discurso médico higienista, e ter assim concluído que, afinal, aquele saber científico que incidia sobre o líquido iria se mostrar como o mais correto com o passar das décadas, e a recusa à ingestão do leite pasteurizado se mostrava, portanto, um perigo de fato à saúde daqueles homens e que, neste caso, a proibição da venda de leite não purificado era a decisão correta a ser tomada.

Entretanto, será que não há o leitor que considerar, para além da maneira impositiva como foram tais medidas tomadas, que a resistência a aceitar o leite pasteurizado estava informada por um certo grau de desconfiança que as pessoas tinham quanto à qualidade do produto que estava sendo comercializado na cidade? Discuti isso em capítulo específico, mas será que o leitor conseguiu de alguma maneira se colocar nos sapatos daqueles moradores de Campina Grande que desconfiavam que o leite purificado de puro nada tinha? Mais intrigante ainda: será que nós estamos tão distantes daqueles homens que desconfiavam da qualidade de purificação de seu alimento e simplesmente se recusavam a aceitar tal produto?

O segundo semestre do ano de 2007 nos mostrou que não. Em outubro foi deflagrada a Operação Ouro Branco, a fim de averiguar adulterações descobertas no leite de embalagem longa vida de duas cooperativas do Estado de Minas Gerais, a Casmil (Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro) e Coopervale (Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande). Tais adulterações consistiam em mistura de soda cáustica e água oxigenada ao produto. Tal constatação acabou por expor algo ainda mais assustador: que tal prática não era incomum nem muito menos nova, mas antiga, segundo o próprio diretor do laboratório do Ministério da Agricultura, responsável pelo controle da qualidade do leite, o Sr. Ricardo Aurélio Nascimento. Em entrevista, afirmou ele que “o uso de água oxigenada e soda cáustica não vamos falar que é corriqueiro, mas é uma ação bastante antiga na cadeia produtiva do leite”, acrescentando que “é uma fraude antiga e parece que agora tomou uma proporção fora do normal”⁴.

⁴ “Laboratório confirma que adulteração de leite é prática antiga”. **Globo.com**. 01/11/2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL166415-5598,00-LABORATORIO+CONFIRMA+QUE+ADULTERACAO+DE+LEITE+E+PRATICA+ANTIGA.html>.

Diante do escândalo exposto em Minas Gerais, o leite comercializado nos demais Estados brasileiros passou a ser também investigado, a fim de saber se a adulteração estava restrita às cooperativas mineiras ou se era uma prática comum a todo o país.

Enquanto isto, o povo, maior consumidor do leite industrializado, passou a desconfiar da qualidade do produto que consumia, evitando comprar não apenas o leite da embalagem longa vida oriundo de Minas, mas qualquer laticínio, vindo ou não do estado mineiro.

Criou-se um pânico na população de que o nosso leite não é bom e a gente sabe que o nosso leite é de boa qualidade, o Brasil produz um leite muito bom. Evidentemente aconteceram alguns desvios e esses desvios estão sendo sanados e corrigidos e criados mecanismos para que se evite no futuro a ocorrência desses desvios - afirmou o ministro [da Agricultura, Reinhold Stephanes], lembrando que apenas nesta terça-feira já havia conversado com dirigentes de três empresas.⁵

Vivenciando essa situação, em pleno ano de 2007, não se sensibilizará mais o leitor, levando-o a tentar minimamente se colocar nas mentes daqueles moradores de Campina Grande que, em 1935, tiveram que aceitar que o leite de melhor qualidade era o pasteurizado unicamente porque o discurso

Acesso em: 16 jun. 2008. Os próprios funcionários da Coopervale afirmaram, em depoimentos prestados à Polícia Federal, que a mistura ocorria há pelo menos dois anos ("Soda é misturada ao leite há 2 anos, dizem funcionários". **Folhaonline**. 25/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339611.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2008).

⁵ "Stephanes: escândalo do leite afeta imagem de produtores no Brasil". **O Globo Online**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/30/326959256.asp>. Acesso em: 16 jun. 2008.

médico o enunciava como tal na tentativa de derrubar o antigo costume de bebê-lo cru? E que qualidade seria a desse leite que era purificado pela Usina de Pasteurização em Campina? Como confiar em tal purificação? Levou-se anos para termos nossos corpos e mentes docilizados no sentido de aceitarmos esse discurso médico praticamente como uma verdade inquestionável e comportarmos-nos de acordo com ele, e a Operação Ouro Branco serviu justamente para arrancar-nos o halo e jogar a nossa inocência ralo abaixo. Desta maneira, se nem hoje, depois de tantos anos de docilização, podemos crer na industrialização de nosso leite sem que uma certa desconfiança nos oprima, como esperar esse comportamento dos homens da década de 1930, que não haviam passado por essa docilização e para os quais a pasteurização do leite era algo novo, desconhecido e, portanto, elemento de desconfiança e estranhamento?

Assim, há também que pensar o leitor acerca das circunstâncias em que a medicina científica tentou prevalecer sobre as práticas de cura populares, entendendo que este movimento conflitava frontalmente com concepções presentes no universo mental das pessoas, letradas ou não. Estou aqui lidando, para além destas representações, com a destituição de um poder sobre si mesmo para a delegação de tal poder nas mãos de pessoas desconhecidas, acadêmicos que, muitas vezes, devido à postura científica que assumiam perante os outros, eram considerados petulantes e desumanos. E como entregar de bom grado a tais sujeitos o poder sobre aquilo que muitas vezes consistia na única propriedade que muitas pessoas possuíam: o próprio corpo? Os laços de confiança construídos com sujeitos da própria comunidade, sujeitos que pela experiência haviam demonstrado serem conhecedores de práticas de cura contra diversos males, acabavam sendo mais relevantes do que um conhecimento acadêmico-científico valorizado apenas pelos grupos letrados locais, conhecimento, este, que não havia se

afirmado como mais correto ou mais verdadeiro perante uma grande parcela das pessoas pobres.

É nesta linha de pensamento que posso ainda indagar o que pensaria de nosso tempo o Dr. João Arlindo Corrêa se soubesse que, em pleno século XXI, ainda persistem práticas “populares” de cura, tal como as rezadeiras, mulheres humildes, sem formação acadêmica, que diariamente recebem em suas casas diversas pessoas, a maioria crianças, para curar “mau olhado, vento caído e dor de dente”, e que, além de rezarem pela cura, “também receitam remédios caseiros aos pacientes, feitos à base das plantas e ervas medicinais”. Seriam alvo de sua caça às bruxas as rezadeiras Rita Gomes da Silva, 65 anos, a “rezadeira mais popular do bairro” do Pedregal, e Geraldina Severina Pessoa, 30 anos, moradora de Galante que treina as rezas em seus três filhos para algum dia poder vir a se tornar famosa como grande rezadeira? O que ele pensaria também de nossos dias se soubesse que as rezadeiras defendem – e muitas pessoas crêem nelas – que “todo mal de reza surge dentro ou fora do ambiente familiar”, que “o mau olhado, por exemplo, origina-se do ‘excesso de amor’ ou ‘amor caduco’”, já “o vento caído é o resultado de sustos ou medos fortes sofridos pela criança”⁶?

Mais estupefato, entretanto, provavelmente ele ficaria ao perceber que não apenas as pessoas pobres ou sem formação letrada procuram as práticas não-científicas de cura, mas que a Igreja e até mesmo alguns médicos reconhecem essa manifestação cultural como legítima.

A médica pediatra do Programa Saúde da Família (PSF)
Josélia Moura, não só acredita no poder da oração,

⁶ SILVA, Francinete. “Rezadeiras mantêm tradição de trazer a cura”. **Jornal da Paraíba**. Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

como recomenda às mães a buscarem a fé, que aliada ao tratamento feito com os remédios convencionais ajuda no tratamento de algumas enfermidades. “Se a pessoa doente tem fé na reza, nas orações, não vejo nada demais ela procurar uma rezadeira, desde que não abandone o tratamento feito à base dos medicamentos”, afirma a médica, lembrando que as orações são fatores positivos do “nosso psicológico, que influenciam para uma situação de relaxamento, facilitando e ajudando no tratamento de saúde”.⁷

Por este depoimento, visualizo uma inversão do movimento ocorrido no século XIX e no início do século XX, em que a medicina científica pretendeu destituir as práticas populares de cura do cotidiano das pessoas, enunciando-se e estabelecendo-se como único conhecimento legítimo de ação curativa sobre os corpos doentes. Não que a medicina esteja se ausentando deste papel, mas os médicos da segunda metade do século XX passaram a olhar os corpos doentes não como meros espaços de algebrização, meros sistemas objetivos de interferência, mas passaram a observá-los pela subjetividade de tais corpos, viram que a cura não é buscada apenas pela materialidade orgânica dos corpos, mas também pela mente das pessoas, e que alguns elementos – como a fé, por exemplo, em sentido amplo, entendida como confiança em alguém, seja ele um deus, um médico, um curandeiro, etc. – consistem em práticas que podem auxiliar – e não substituir por completo – um tratamento hospitalar.

A procura cada vez maior pela medicina homeopática e por filosofias orientais parece-me ser um movimento de recuperação daquilo que a modernidade, ao longo dos séculos XVIII e XIX,

⁷ SILVA, Francinete. “Igreja reconhece essa manifestação religiosa”. **Jornal da Paraíba**. Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

tentou privar do homem: uma relação mais próxima com os elementos da natureza. Apenas tentou, sem jamais conseguir estabelecer esses lugares de maneira concreta, efetiva, já que a pesquisa me levou a ler como tais lugares muitas vezes se confundiam num mesmo espaço como resistências mais declaradas ou sub-reptícias – a pasteurização do leite convivendo com as práticas ordinárias de beber leite cru, a valorização da vida rural em detrimento à vida urbana, a resistência das práticas “populares” de cura em detrimento das práticas científicas, etc.

Ressalto, assim, a permanência de elementos vinculados ao mundo rural quando se pretendeu construir tal mundo como espaço do atraso e tudo que viesse dele – o leite cru, a natureza e os médicos “populares” – como elementos impeditivos do progresso, como símbolos de um passado colonial que se pretendia esquecer e fazer substituir por um futuro civilizado, um futuro de elementos vinculados ao mundo urbano – o leite pasteurizado, a artificialização, intervenção e manipulação pela ciência, e os médicos diplomados.

Tal a idéia de modernidade com a qual trabalhei ao longo de todo este livro que agora se fecha. Tal a idéia que atravessou e informou os capítulos aqui produzidos e que, sob meu olhar, enredou a construção do mundo moderno na Campina Grande das primeiras décadas do século XX: a oposição entre elementos vinculados ao mundo rural e elementos vinculados ao mundo urbano, na política, na economia e na cultura. Oposição que, apesar de nem sempre ter se dado de maneira clara, já que tais elementos se confundiam e amalgamavam, não permitindo uma visualização pura dessas diferenciações, constituíram parte integrante dos discursos que circularam naquela sociedade e que inventaram uma história e uma memória para Campina Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Campina Grande, PB: Gráfica Marcone, 2006, 149p.

_____. "Do delírio de morte de Brás Cubas: as pretensões da ciência moderna postas em questão". In: **Machado de Assis: o bruxo da linguagem**. Anais do Encontro Machado de Assis: O bruxo da linguagem. Campina Grande, PB, 2009.

AGRA DO Ó, Alarcon. "Relatos de males – notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial". In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 11-45.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2 ed. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Elpidio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1962, pp. 289-300.

ARANHA, Gervácio B. "Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)". In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003, pp. 79-132.

_____. "Realismo vs. Nominalismo e a escrita da história: questões para o século XXI". In: **Conferência de abertura do XI Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH – PB**. Campina Grande, Mimeo, 2004.

_____. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2007.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**, 1826 a 1986. 2 ed. Campina Grande, PB: Grafset, 1986.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente** da Idade Média aos nossos dias [trad. Priscila Viana de Siqueira]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

“Arruda”. **O portal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ANIMAIS/arruda.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

ASHCAR, Renata & FARIA, Roberta. **Banho: histórias e rituais**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2006.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 28 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 26-27 [Série Bom Livro].

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento** [trad. Estela dos Santos Abreu]. 6 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 315p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001 (Coleção Antropologia e Saúde).

_____. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. “A sociologia de Gilberto Freyre e a educação para a saúde”. **Ciência e educação**, v. 9, n. 1, 2003, pp. 105-121.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande, PB: Caravela, 1998.

_____. **Os alicerces de Campina Grande – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006.

CAMPOS, Aluizio Afonso. "Trajetória jurídico-política". *In*: CAMPOS, Aluizio Afonso (org.) **Afonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a Medicina** [trad. Vera Avellar Ribeiro] Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** [trad. Ephraim Ferreira Alves]. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 (vol. 1 – Artes de fazer).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações** [trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORBIN, Alain. "Gritos e cochichos". *In*: PERROT, Michelle (org.) **História da vida privada** – da Revolução Francesa à Primeira Guerra [trad. Bernardo Joffily]. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4, pp. 562-611.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada** [trad. Maria Lucia Machado]. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande, PB: A União, 1993 (2 vols.).

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das pestes e epidemias** [trad. Mauro Silva]. São Paulo: Ediouro, 2003.

FERNANDES, Maria Helena. "Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista". **Estados**

Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003, 15p.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)". In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

FIGUEIREDO, B. G. "Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX". **Estudos**, v. 1, n. 1, pp. 95-109, maio 2001.

_____. **A arte de curar:** cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FICO, Carlos et POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**. Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992 [2 vols.].

FLÁVIO, José. "50 anos da morte de José Lins do Rêgo". **BuscaPB News**, 20 out. 2007. Disponível em: <http://www.buscapb.com.br/buscanews/noticias2.php?colunista=13&artigo=87>. Acesso em: 24 jan. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Loucura** na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) [trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O nascimento da clínica**. [trad. Roberto Machado] Rio de Janeiro: Forense, 2004a.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. "O que são as Luzes?" In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (seleção e organização dos textos por Manoel Barros da Motta). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, pp. 335-351 (Ditos & Escritos, vol. II).

_____. **História da Sexualidade** – a vontade de saber. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, vol. 1.

GONÇALVES, Evaldo. “Affonso Campos e Campina Grande na Primeira República”. In: CAMPOS, Aluizio Afonso (org.) **Affonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiróz et al. **O bairro de José Pinheiro: ontem e hoje**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, 1999.

_____. **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem** [trad. Waltensir Dutra] 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

KANT, Immanuel. “Crítica da Razão Pura”. [trad. J. Rodrigues de Meringe]. **EBooks Brasil**, Edição Acrópolis. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/critica.html>. Acesso em: 6 julho 2007.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

“Laboratório confirma que adulteração de leite é prática antiga”. **Globo.com**. 01/11/2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL166415-5598,00-LABORATORIO+CONFIRMA+QUE+ADULTERACAO+DE+LEITE+E+PRATIC+A+ANTIGA.html>. Acesso em: 16 jun. 2008.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. São Paulo: Autêntica, 1999.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. [trad. Carlos Irineu da Costa]. Rio de Janeiro: 34, 1994, 152p.

_____. **A esperança de Pandora**. [trad. Gilson César Cardoso de Sousa] Bauru, SP: EDUSC, 2001, pp.13-38 (Coleção Filosofia e Política).

LEITÃO, Fabiana Oliveira. **Quando o médico abandona sua criatura**: mudança do saber médico em Campina Grande (1920-1950). Monografia de Graduação. Campina Grande, PB: UEPB, 2005.

LIMA, Rômulo de Araújo. "A burguesia comercial em Campina Grande". **Grão**. Publicação do curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB. Ano 1, n. 3, julho/agosto de 1985.

MACHADO, Roberto et al. **Da(n)ação da norma**. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. (Série Saber e Sociedade, n. 3).

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARÓJA, Flávio. "A nossa hygiene – considerações geraes". **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno III, 1911, vol. 8. Parahyba: Imprensa official, pp. 431-437.

MEDEIROS, Coriolano. "Subsidios para a historia da Hygiene Publica na Parahyba". **Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano**. Anno III, 1911, vol. 8. Parahyba: Imprensa official, pp. 117-123.

MEDEIROS, Tácito. "Psiquiatria e Nordeste: um olhar sobre a história". **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1516-44461999000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2005.

MELO, Josemir Camilo de. "O trem e o crescimento de Campina Grande". In: OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José

Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007.

MELO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. “Trajetória jurídico-política”. In: CAMPOS, Aluizio Afonso (org.) **Afonso Campos** – um contemporâneo do futuro. Brasília, 1990.

MENDES, Manuel. **O menino do Tracunhanhém**. Brasília: Thesaurus, 1999.

Memorial urbano de Campina Grande. Campina Grande, PB: A União, 1996.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Limites e espaços da cura. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Representando o mundo: entre natureza e civilização”. In: **Cientificismo e sensibilidade romântica**. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

_____. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. “II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”. In: MELO SOBRINHO, Noéli Correia de (org.) **Escritos sobre a História – Friedrich Nietzsche**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, São Paulo: Loyola, 2005, pp. 67-178.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba: Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem**. João Pessoa: Universitária UFPB, 1979.

OLIVEIRA Elda Rizzo. **O que é medicina popular**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 [Coleção Primeiros Passos n. 31].

OLIVEIRA, Maria José Silva et RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). **Memórias da Modernidade Campinense** – 100 anos

do trem Maria Fumaça. Campina Grande, PB: Gráfica Agenda, 2007.

PEREIRA NETO, André de. "Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922)". **Cad. Saúde Pública**, vol.16, n. 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 2000.

PIMENTA, Tânia Salgado. "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX". In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, pp. 307-330.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande, PB: Livraria Pedrosa, 1958.

_____. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande, PB: Caravela, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques et PETER, Jean-Pierre. "O corpo – o homem doente e sua história". In: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. **História: novos objetos**. [trad. Terezinha Marinheiro]. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 141-159.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e fatos**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1979.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Filósofos na tormenta – Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida**. [trad. André Telles]. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, pp. 105-152.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do corpo:** elementos para uma história das práticas corporais. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. "É possível uma história do corpo?" In: SOARES, Carmen (org.). **Corpo e história.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, pp. 03-24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 2 ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra.** O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o moderno Prometeu.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

SILVA, Francinete. "Rezadeiras mantêm tradição de trazer a cura" et "Igreja reconhece essa manifestação religiosa". **Jornal da Paraíba.** Seção Geral, edição de 27/08/2006, p. 13.

SILVA, Valdecir Carneiro da. **A mortalidade na infância da cidade da Parahyba,** 1897 a 1912. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB/CCS, 2002.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese histórica de Campina Grande:** 1670-1963. João Pessoa: Grafset, 2005.

"Soda é misturada ao leite há 2 anos, dizem funcionários". **Folhaonline.** 25/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339611.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2008.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e imagens da cidade:** Campina Grande (1920-1945). Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 245-318.

_____. **Territórios de confrontos – Campina Grande (1920-1945).** Campina Grande, PB: EDUFPG, 2007.

SOUZA, Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil, vol. 1).

“Stephanes: escândalo do leite afeta imagem de produtores no Brasil”. **O Globo Online**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/30/326959256.asp>. Acesso em: 16 jun. 2008.

STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (Pensadores & a educação).

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)**. Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**. Medicina, religião e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

WELLS, H. G. **A ilha do Dr. Moreau**. São Paulo: Ediouro (Coleção Clássicos Jovens).

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura** [trad. Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.